



UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE DIREITO

**TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS E O REGIME  
INTERNACIONAL DE COMBATE**

*MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS*

Autora  
**Marcela Caroline Vaz Gironi**

Dissertação orientada pelo Prof. Doutor Rui Guerra da Fonseca

**Lisboa – PT  
2018**

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE DIREITO

**TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS E O REGIME  
INTERNACIONAL DE COMBATE**

Dissertação apresentada como requisito para  
obtenção de grau de Mestre em Direito, da  
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa,  
orientada pelo Professor Doutor Rui Guerra da  
Fonseca

Autora  
**Marcela Caroline Vaz Gironi**

**Lisboa – PT  
2018**

*“Agir, eis a inteligência verdadeira. Serei o que  
quiser. Mas tenho que querer o que for. O êxito está  
em ter êxito e não em ter condições de êxito.  
Condições de palácio tem qualquer terra larga, mas  
onde estará o palácio se não o fizerem ali?”*

**Fernando Pessoa**

## **Agradecimentos**

Agradeço e dedico este trabalho à minha mãe, Ana Lucia, pela compreensão, apoio e contribuição para minha formação acadêmica. Por sempre me incentivar à realização dos meus objetivos e ideais, encorajando-me a enfrentar todos os momentos difíceis da vida. Pela paciência, apoio, carinho e amor incondicional. Sendo verdadeira amiga, que se doou por inteiro e renunciou aos seus sonhos para que eu pudesse realizar os meus. Minha eterna gratidão vai além de meus sentimentos. Obrigada por fazer papel de pai e mãe, compartilhar os meus sonhos e os alimentá-los, incentivando-me a prosseguir na jornada, mostrando que o nosso caminho deve ser seguido sem medo, fossem quais fossem os obstáculos.

A Deus que iluminou o meu caminho durante esta caminhada, por ter me dado saúde, força para superar as dificuldades e por ter ajudado a manter a fé nos momentos mais difíceis.

Ao meu excelentíssimo professor-orientador Dr. Rui Guerra da Fonseca, por me orientar e transmitir seus conhecimentos, com paciência e generosidade, dando-me atenção em todos os momentos em que necessitei.

A Universidade de Lisboa, seu corpo docente, direção e administração, que proporcionaram todo conhecimento e aprendizado necessário para minha formação acadêmica, que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

À Dra. Fernanda Patrícia Fuentes Muñoz, coordenadora de enfrentamento ao tráfico de pessoas pelo Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime no Brasil (UNODC-Brasil), que me acolheu, se disponibilizou de forma tão doce para me ajudar e mostrar como funciona na prática a busca e as dificuldades no combate deste grave problema.

Ao meu pai, que hoje se encontra com Deus. Ele não teve a oportunidade de presenciar a concretização deste sonho, mas sempre me incentivou, ajudou, apoiou e, com certeza, torce de onde está, para que eu alcance e tenha sucesso em toda minha jornada.

Ao meu amor e aos amigos que me acompanharam nesta trajetória e a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

## RESUMO

O presente estudo investiga as problemáticas referentes ao tráfico de pessoas, abordando o conceito e sua evolução histórica, analisando o crime, seu crescimento e desmembramento ao longo dos anos, considerando a gravidade do problema. Procura entender os mecanismos desenvolvidos para o combate do tráfico de pessoa, especialmente a nível internacional e a necessidade da aplicação de efetiva de punição pelas autoridades, porém com grande dificuldade.

O tráfico de pessoas tem como finalidade principal a exploração e é um fenômeno em expansão. É uma das modalidades criminosas mais lucrativas do mundo e por esse motivo seu combate exige uma abordagem complexa e multidisciplinar e diz respeito não só a migrações internacionais, possuindo várias outras questões correlatas.

O debate sobre o tema aumentou significativamente nas últimas duas décadas com a implementação de políticas públicas de combate ao tráfico de pessoas, focando na prevenção, proteção e punição dos envolvidos, não podendo esquecer, porém, da proteção às vítimas e políticas voltadas à promoção de direitos humanos, sua aplicação e eficácia na busca da eliminação do delito.

Sem a intenção de esgotar o tema, proponho-me a examinar o entendimento do atual conceito de tráfico de pessoas à luz dos instrumentos internacionais que abordam essa questão e sob o prisma dos diversos tratados que conformam o *corpus juris* do direito internacional dos direitos humanos e dos principais projetos destinados à enfrentar e combater o tráfico de pessoas.

**Palavras chave:** tráfico de pessoas, tráfico humano, direitos humanos; direito internacional; crime organizado transnacional; combate ao tráfico.

## ***ABSTRACT***

This study investigates the problems related to Trafficking in Persons, approaches the concept and its historical evolution, analyse the crime, its growth and dismemberment over the years and the seriousness of the problem, examining the numerous and serious violations of human rights arising from trafficking. It seeks to understand the mechanisms developed for its combat, internally and internationally, and necessity for effective enforcement of punishment.

The main purpose of trafficking is exploitation and it is an expanding. Being one of the most profitable criminal forms in the world, its combat requires a complex and multidisciplinary approach and concerns not only international migration, but also there are a lot of other related issues.

The debate on the subject has significantly increased in the last two decades with the implementation of public policies to combat trafficking in persons, focusing on the prevention, protection and punishment of those involved, not forgetting, however, the protection of victims and policies aimed at promoting rights, their application and effectiveness in the search for the elimination of crime.

Without depleting the subject, I would like to examine and understanding the current concept of international human trafficking by the international instruments that address this issue and under of the various treaties that make up the *corpus juries* of international human rights law and of projects aimed at combating trafficking in persons.

**Key words:** trafficking in person; human trafficking; human rights; international law; transnational organized crime; fight against trafficking.

# ÍNDICE

|  |           |
|--|-----------|
| <b>RESUMO.....</b>   | <b>5</b>  |
| <b>ABSTRACT.....</b>   | <b>6</b>  |
| <b>Lista de Abreviaturas.....</b>  | <b>9</b>  |
| <b>Lista de Figuras .....</b>  | <b>10</b> |
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>12</b> |
| <b>1. ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TRÁFICO DE PESSOAS: A ESCRAVIDÃO MODERNA .....</b>  | <b>14</b> |
| <b>2. DEFINIÇÃO DE TRÁFICO: AÇÃO, MEIO E PROPÓSITO .....</b>   | <b>17</b> |
| <b>3. PRINCIPAIS FORMAS DE EXPLORAÇÃO RESULTANTE DO TRÁFICO DE PESSOAS .....</b>   | <b>20</b> |
| 3.1. Exploração Sexual.....  | 20        |
| 3.2. Trabalho forçado .....  | 21        |
| <b>4. SUJEITOS.....</b>  | <b>24</b> |
| 4.1. Sujeito Ativo: o infrator .....   | 24        |
| 4.2 Sujeito Passivo: a vítima.....   | 26        |
| 4.3 Como identificar uma vítima de tráfico? .....  | 28        |
| 4.4. O que fazer, como denunciar e proteger uma vítima? .....  | 30        |
| <b>5. ESTATÍSTICAS .....</b>   | <b>31</b> |
| 5.1. Quanto vale o ser humano na balança comercial do tráfico? .....   | 31        |
| 5.2. Relatórios Globais sobre o Tráfico de Pessoas .....   | 37        |
| 5.2.1. Ano 2009 .....  | 38        |
| 5.2.2. Ano 2012 .....  | 41        |
| 5.2.3. Ano 2014 .....  | 43        |
| 5.2.4 Ano 2016 .....   | 45        |
| <b>6. PRINCIPAIS INSTRUMENTOS LEGAIS RELATIVOS AO TRÁFICO DE PESSOAS .....</b>   | <b>48</b> |
| 6.1. Convenção para a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outros de 2 de dezembro de 1949 ( <i>Convention for the Suppression of the Traffic in Persons and of the Exploitation of the Prostitution of Others of 2 December 1949</i> ) .....  | 53        |
| 6.2. Convenção sobre o Direito da Criança de 1989 ( <i>Convention on the Rights of the Child</i> ) ...   | 54        |
| 6.3. Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional ( <i>United Nations Convention against Transnational Organized Crime</i> ) .....  | 54        |
| 6.3.1. Protocolo Adicional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças ( <i>Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons, Especially Women and Children, supplementing the United Nations Convention against Transnational Organized Crime</i> ) ..... | 58        |
| 6.3.2. Protocolo contra o Contrabando de Migrantes por Terra, Mar e Ar ( <i>Protocol against the Smuggling of Migrants by Land, Sea and Air</i> ) .....  | 60        |
| 6.4. Convenção do Conselho da Europa relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos ( <i>Council of Europe Convention on Action against Trafficking in Human Beings</i> ).....  | 63        |
| 6.5. Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas ( <i>Inter-American Convention on Forced Disappearance of Persons</i> ) .....   | 66        |
| 6.6. Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados ( <i>International Convention for the Protection of All Persons from Enforced Disappearance</i> ) .....   | 68        |

|  |            |
|--|------------|
| <b>7. SISTEMA LEGAL INTERNACIONAL.....</b>   | <b>69</b>  |
| 7.1. Corte ou Tribunal Internacional de Justiça ( <i>International Court of Justice</i> ) .....  | 69         |
| 7.2. Tribunal Penal Internacional ( <i>International Criminal Court</i> ) .....  | 71         |
| 7.3. Corte Interamericana de Direitos Humanos ( <i>Inter-American Court of Human Rights</i> ) ....   | 78         |
| <b>7. CASOS E JURISPUDÊNCIAS .....</b>   | <b>79</b>  |
| 7.1. Estado Africano <i>versus</i> Makhosini Mathews Fakudze (Processo N 41/942/16) .....  | 79         |
| 7.2. Estados Unidos da América <i>versus</i> Erik Shamsud-Din (Número do Boletim: 1: 10-cr-00927) .....  | 80         |
| 7.3. Ministério Público Federal <i>versus</i> 6 acusados (ACR 0000957-09.2007.404.7210 TRF4/SC .....   | 81         |
| 7.4. Rantsev <i>versus</i> Chipre e Rússia ( <i>Application</i> nº 25965/04) .....   | 82         |
| 7.5. Chowdury and Others <i>versus</i> Greece ( <i>Application</i> nº 21884/15) .....  | 82         |
| 7.6. G e H (The Queen on the application of G and H) <i>versus</i> Tribunal Superior da Inglaterra e País de Gales ( <i>Upper Tribunal of England and Wales</i> ) e SSHD ( <i>Secretary of State for the Home Department</i> ) (Case Nº: CO/2123/2014) ..... | 83         |
| 7.7. Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde <i>versus</i> Brasil .....  | 83         |
| <b>8. PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS QUE TRATAM DO TEMA.....</b>   | <b>84</b>  |
| 8.1. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime ( <i>United Nations Office on Drugs and Crime</i> ) .....   | 84         |
| 8.2. Organização dos Estados Americanos ( <i>Organization of American States</i> ) .....   | 89         |
| <b>9. PRINCIPAIS PROJETOS E PRÁTICAS DE BUSCA AO COMBATE DO TRÁFICO DE PESSOAS E PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS.....</b>  | <b>91</b>  |
| <b>CONCLUSÃO.....</b>  | <b>102</b> |
| <b>BIBLIOGRAFIA .....</b>  | <b>104</b> |
| Monografias e Artigos .....  | 104        |
| Documentos .....   | 106        |



## **Lista de Abreviaturas<sup>1</sup>**

CPB – Código Penal Brasileiro

ENAFRON – Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras

EUA – Estados Unidos da América

EUROJUST – Unidade de Cooperação Judiciária da União Europeia

FBI – *Federal Bureau of Investigation* (Departamento Federal de Investigação)

GAECO – Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado

GLO.ACT – *The Global Action to Prevent and Address Trafficking in Persons and the Smuggling of Migrants*

GRETA - *Group of Experts on Action against Trafficking in Human Beings* (Grupo de Peritos em Combate ao Tráfico de Seres Humanos)

OEA – Organização dos Estados Americanos (*Organization of American States*)

OIM – Organização Internacional para as Migrações (*International Organization for Migration*)

OIT – Organização Internacional do Trabalho (*International Labor Organization*)

ONU – Organização das Nações Unidas (*United Nations Organizations*)

PESTRAF – Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil

PNETP – Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Brasil)

SNJ – Secretaria Nacional de Justiça

TPI – Tribunal Penal Internacional

UN.GIFT – *United Nations Global Initiative to Fight Human Trafficking* (Iniciativa Global das Nações Unidas para Combater o Tráfico Humano)

UNICEF – *United Nations International Children's Emergency Fund* (Fundo das Nações Unidas para a Infância)

UNODC – *United Nations Office on Drugs and Crime* (Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime)

---

<sup>1</sup> As abreviaturas foram utilizadas em conformidade com a forma mais usual.

## Lista de Figuras

Figura 1 – Conceito e elementos do tráfico de pessoas. Fonte: <http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/320/Pesquisa%20Tráfico%20de%20Pessoas%20-%20ENAFRON.pdf?sequence=1>

Figura 2 – Lista de produtos realizados através de mão de obra infantil ou trabalho forçado conforme setores da economia. Fonte: [https://www.dol.gov/ilab/reports/pdf/TVPRA\\_Report2014.pdf](https://www.dol.gov/ilab/reports/pdf/TVPRA_Report2014.pdf).

Figura 3 – Proporção entre as formas de exploração detectadas, por região, entre 2010-2012. Fonte: [https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/GLOTIP\\_2014\\_full\\_report.pdf](https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/GLOTIP_2014_full_report.pdf).

Figura 4 – Mundialmente, mais de ¼ das vítimas de tráfico humano são crianças, podendo ser mais alto em algumas regiões. Fonte: [http://www.unodc.org/endht/en/campaign\\_images/campaign\\_images.html](http://www.unodc.org/endht/en/campaign_images/campaign_images.html)

Figura 5 – Perfil das vítimas de tráfico detectadas em 61 países e as formas de exploração realizadas, conforme relatórios de 2006. Fonte: [https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/tocta/TOCTA\\_Report\\_2010\\_low\\_res.pdf](https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/tocta/TOCTA_Report_2010_low_res.pdf).

Figura 6 – Percentagem de países abrangidos pelo Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas de 2009 que introduziram na sua legislação um delito específico de tráfico de pessoas. Fonte: [http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/Global\\_Report\\_on\\_TIP.pdf](http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/Global_Report_on_TIP.pdf)

Figura 7 – Rotas de tráfico humano no mundo, entre 2010-2012. Fonte: [http://www.unis.unvienna.org/unis/en/events/2015/crime\\_congress\\_human\\_trafficking.html](http://www.unis.unvienna.org/unis/en/events/2015/crime_congress_human_trafficking.html)

Figura 8 – Proporção de mulheres condenadas por tráfico de pessoas e outros crimes na Europa. Fonte: [http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/Global\\_Report\\_on\\_TIP.pdf](http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/Global_Report_on_TIP.pdf)

Figura 9 – Percentagem de vítimas detectadas por região. Fonte: [https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/Trafficking\\_in\\_Persons\\_2012\\_web.pdf](https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/Trafficking_in_Persons_2012_web.pdf)

Figura 10 – Número de condenações registadas por ano, percentagem de países, por região entre 2007-2010. Fonte: [https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/Trafficking\\_in\\_Persons\\_2012\\_web.pdf](https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/Trafficking_in_Persons_2012_web.pdf)

Figura 11 – Tendências percentual de vítimas mulheres e meninas entre 2004-2011. Fonte: [https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/GLOTIP\\_2014\\_full\\_report.pdf](https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/GLOTIP_2014_full_report.pdf)

Figura 12 – Criminalização do tráfico de pessoas com uma infracção específica, número e percentagem de países, 2003-2014. Fonte: [https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/GLOTIP\\_2014\\_full\\_report.pdf](https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/GLOTIP_2014_full_report.pdf)

Figura 13 – Percentual de vítima por região em 2014. Fonte: [http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2016\\_Global\\_Report\\_on\\_Trafficking\\_in\\_Persons.pdf](http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2016_Global_Report_on_Trafficking_in_Persons.pdf)

Figura 14 – Distância entre os fluxos de tráfico por região em 2014. Fonte: [http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2016\\_Global\\_Report\\_on\\_Trafficking\\_in\\_Persons.pdf](http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2016_Global_Report_on_Trafficking_in_Persons.pdf)

Figura 15 – Vítimas de tráfico detectados na América do Sul por gênero e idade e formas de exploração entre os casos detectados na América do Sul. Fonte: [http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2016\\_Global\\_Report\\_on\\_Trafficking\\_in\\_Persons.pdf](http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2016_Global_Report_on_Trafficking_in_Persons.pdf)

Figura 16 – Estrutura do Tribunal Penal Internacional. Fonte: <https://www.icc-cpi.int/iccdocs/PIDS/publications/UICCEng.pdf>

Figura 17 – Países do GLO.ACT. Fonte: <http://www.unodc.org/unodc/en/human-trafficking/glo-act/overview.html>

Figura 18 – Metas e objetivos do GLO.ACT. Fonte: [http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/2016/glo.act/GloACT\\_ProjectSummary\\_PT\\_2016.pdf](http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/2016/glo.act/GloACT_ProjectSummary_PT_2016.pdf)

Figura 19 – Percentagem de países que criminalizam o tráfico de pessoas e possuem legislação específica sobre o tema, entre 2003-2016. Fonte: [http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2016\\_Global\\_Report\\_on\\_Trafficking\\_in\\_Persons.pdf](http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2016_Global_Report_on_Trafficking_in_Persons.pdf)

## INTRODUÇÃO

O tráfico de pessoas é o terceiro maior e mais lucrativo crime em escala mundial, ficando atrás somente do tráfico de drogas e tráfico de armas. É um problema crescente e está florescendo principalmente através das fronteiras.

Sendo uma das modalidades criminosas mais lucrativas do mundo, conforme mencionado acima, por consequência, seu combate exige uma abordagem complexa e multidisciplinar.

A alta rentabilidade que envolve essa temática torna compensatório o risco da atividade criminosa, permanecendo em crescimento, tornando insuficientes os mecanismos de proteção e prevenção, dificultando no combate.

Esta pesquisa tem natureza básica, abordagem qualitativa, do tipo bibliográfica e objetivo principalmente exploratório, de reunir, analisar e interpretar dados sobre a temática, sem a pretensão de esgotar o tema, mas com o desígnio de buscar informações sobre o assunto. Investiga as problemáticas referentes ao tráfico de pessoas, tema relevante para o direito e as relações internacionais. Busca abordar a evolução do conceito de tráfico, analisar o crime, demonstrar sua gravidade e formas de combate.

O tráfico de pessoas é considerado “um dos piores desrespeitos aos direitos inalienáveis do ser humano”, segundo a Organizações das Nações Unidas (ONU), sendo assim uma das maiores violações ao direitos humanos, responsável por afetar milhares de pessoas no mundo todo.

O tráfico de pessoas replica a lógica do capitalismo e transforma o ser humano em mercadoria, normalmente enganando os mais vulneráveis sob a oferta de melhoria de vida.

As vítimas podem ser submetidas a vários tipos de exploração, mas os tipos mais frequentes são a exploração sexual e o trabalho forçado.

Teve início com as frequentes guerras e disputas territoriais que contam a história da humanidade, inicialmente sem o caráter comercial como é visto hoje, tendo como objetivo principal a apropriação dos povos vencidos para desbravar as terras através dessa mão-de-obra escrava.

O aumento das preocupações e o debate sobre o tema expandiu significativamente nas últimas décadas, criando instrumentos, medidas legislativas, administrativas e socioeducativas, focando na proteção e também na punição dos envolvidos, assim como, o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à promoção dos direitos humanos e amparo às vítimas.

No âmbito do direito internacional, falar de tráfico de pessoas é ter como referência conceitual e legal a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (*United Nations Convention against Transnational Organized Crime*), também conhecida como Convenção de Palermo e o seu Protocolo Adicional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, principal instrumento global que trata do tema. A Convenção foi adotada pela Resolução nº 55/25 da Assembleia Geral das Nações Unidas em novembro de 2000 e aberta para assinaturas numa conferência de Estados-membros em Palermo, na Itália, em dezembro de 2000, entrando em vigor em setembro de 2003. Através desses instrumentos o mundo adquiriu uma nova perspectiva para enfrentar o problema.

Ressalta-se a necessidade de aplicação de medidas intersetoriais e integradas às mais diversas áreas de atuação, bem como, a cooperação entre órgãos nacionais e internacionais, integração de políticas e formação de equipes de investigação, possibilitando o estabelecimento de acordos e alianças internacionais para garantir desenvolvimento e proteção da dignidade da pessoa humana.

Diante da imensidão do problema, não podemos esquecer que, além da busca pelo combate ao crime também é necessário auxiliar as vítimas através de tratamentos psicológico e médico, com descrição e sigilo, em virtude de todos os traumas sofridos. É necessário preparo técnico, emocional e sensibilidade para lidar com delitos dessa gravidade, uma vez que, esse tipo vítima preponderantemente mulheres e crianças, em decorrência das condições diferenciais de vulnerabilidade social, o impacto desses crimes pode ser devastador e levar à um ciclo de violência e abuso.

Como o delito é internacional, também é preciso um esforço global de conscientização e união das Nações para controle das fronteiras. No entanto, diante das estatísticas, apesar do aumento da criação de medidas teóricas pelos Estados, ainda há muito o que ser feito, mas é importante destacar que quebrar o silêncio em torno do problema é um passo essencial para a sua eliminação.

# 1. ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TRÁFICO DE PESSOAS: A ESCRAVIDÃO MODERNA

Até pouco tempo, o único consenso entre aqueles que discutiam o tráfico de pessoas era de que não havia consenso sobre a sua definição. Data de 1904 o primeiro tratado internacional adotado sobre o assunto, o Acordo Internacional para a Supressão do Tráfico de Escravas Brancas.<sup>2</sup>

Apesar de ser um fenômeno antigo, a preocupação da comunidade internacional com o tráfico de pessoas tem atraído atenção nos últimos anos e ganhou espaço na agenda política internacional apenas no século XXI.

O tráfico de pessoas é conhecido como uma forma moderna de escravidão, também intimamente ligado ao tema das migrações internacionais, embora nem todos os casos de tráfico sejam de migrantes irregulares ou vice-versa. O termo escravidão, neste contexto, significa que uma pessoa possui outro ser humano como uma propriedade.

As primeiras formas de escravidão humana podem ser averiguadas desde a antiga Mesopotâmia. O uso intensivo de escravos está intimamente ligado à construção dos Impérios da antiguidade, característica comum entre as sociedades e superpotências da época como a Babilônia, o Egito e o Império Romano, buscando alcançar a expansão política e econômica. Nessa época, os escravos não tinham nem mesmo o status legal de pessoa, tratados como bens móveis e não possuíam direitos individuais.<sup>3</sup>

No final do século XIV, após a Peste Negra, começa a se desenvolver o comércio transatlântico de escravos, onde os escravos africanos eram comprados em troca de mercadorias da Europa, bem como, enviado às Américas e Caribe, através de navios e em condições precárias.<sup>4</sup> No entanto, não se limitava apenas ao comércio transatlântico, estima-se que 1,25 milhões de europeus foram capturados no mediterrâneo e vendidos como escravos entre os séculos XVI à XIX.<sup>5</sup>

---

<sup>2</sup> CAMPOS, Bárbara Pincowsca Cardoso. *O Tráfico De Pessoas à Luz da Normativa Internacional de Proteção dos Direitos Humanos*. Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, v. 7, n 7, Ano 2006/2007, p. 37.

<sup>3</sup> WEISSBRODT, D. (2007) 'Slavery' in Wolfrum, R. (ed.) *Max Planck Encyclopedia of Public International Law*, Oxford, Oxford University Press. *apud* THE OPEN UNIVERSITY. Open Learn. Course: *Modern Slavery*. Disponível em: <http://www.open.edu/openlearn/people-politics-law/the-law/modern-slavery/content-section-0> Acesso em: 17 abril 2017, p. 07-08.

<sup>4</sup> THE OPEN UNIVERSITY. Open Learn. Course: *Modern Slavery*. Disponível em: <http://www.open.edu/openlearn/people-politics-law/the-law/modern-slavery/content-section-0> Acesso em: 17 abril 2017, p. 07-08.

<sup>5</sup> DAVIS, R.C. (2004) *Christian Slaves, Muslim Masters: White Slavery in the Mediterranean, the Barbary Coast and Italy, 1500–1800*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, p. 8-23. *apud* THE OPEN UNIVERSITY. Open Learn. Course: *Modern Slavery*. Disponível em: <http://www.open.edu/openlearn/people-politics-law/the-law/modern-slavery/content-section-0> Acesso em: 17 abril 2017, p. 09-10.

Na América, ao que temos conhecimento, a escravidão foi introduzida em 1619 quando um navio holandês levou o primeiro escravo para a América.<sup>6</sup> Era particularmente comum, uma prática social e legalmente aceita, sendo, principalmente uma característica e consequência dos diversos conflitos armados.

O conceito de escravidão baseou-se principalmente na noção de exercer os poderes de propriedade e controle sobre outra pessoa, bem como, à restrição da liberdade de circulação, além do trabalho forçado. Todavia, com o passar dos anos, novas formas de exploração surgiram, não se buscava mais apenas pessoas para o trabalho forçado no campo, mas também a escravidão sexual, casamento forçado, remoção de órgãos, dentre outros.

No início do século XIX, o Congresso dos EUA reconheceu a existência do tráfico de seres humanos quando assinou a Lei White-Slave Traffic, conhecida como Mann Act, em 1910. O Mann Act proíbe o transporte de mulheres e meninas entre vários estados ou territórios, para fins de prostituição ou para qualquer outro propósito imoral. Em apoio a acordos internacionais, criou o crime de transportar mulheres estrangeiras para fins de prostituição.<sup>7</sup>

Em 1994, a Organização dos Estados Americanos (OEA) adotou a Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores, a qual definiu o tráfico de menores como: “O sequestro, a remoção ou a retenção, ou a tentativa de sequestro, remoção ou retenção de um menor por motivos ilegais (incluindo a prostituição, exploração sexual e servidão) ou por meios ilegais (ou seja, alcançado através de sequestro, fraude, coerção e/ou pagamento)”.<sup>8</sup>

Embora vários governos estivessem debatendo e aprovando legislação sobre tráfico durante a década de 1990, foram os Estados Unidos da América que tiveram o maior impacto sobre a evolução de um consenso internacional sobre a definição do tráfico. Os EUA manifestaram claramente seu interesse em minimizar as diferenças entre uma definição nacional emergente e a que está sendo negociada em Viena.<sup>9</sup>

Muitas mulheres são traficadas da Europa Oriental, Ásia e América Latina para os Estados Unidos e os traficantes muitas vezes usam o turismo e oferecem serviços de elaboração de passaportes e vistos, assim, se aproveitam para traficar essas mulheres para os

---

<sup>6</sup> PALMIOTTO, Michael J. *Combating Human Trafficking: A Multidisciplinary Approach*. CRC Press. Taylor & Francis Group, 2015, p xviii-xx.

<sup>7</sup> *Idem*.

<sup>8</sup> GALLAGHER, Anne T. *The International Law of Human Trafficking*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 22.

<sup>9</sup> *Idem*.

Estados Unidos.<sup>10</sup>

A escravidão propriamente dita existiu por muito tempo até ser abolida em parte do mundo no século XIX, no entanto, em suas várias formas, continua existindo, sendo o tráfico de pessoas uma forma moderna de escravidão.

Em suma, sabe-se que o tráfico de pessoas é uma das mais antigas e recorrentes violações de direitos humanos que teve como precursor a escravidão e o tráfico negreiro, ou seja, o tráfico primeiramente com intuito de escravizar e aprisionar inimigos e posteriormente tornou-se fonte pecuniária, mão-de-obra escrava para os serviços ligados a terra e lavoura, realizados de forma exaustiva e degradante. E, uma vez que continentes estavam envolvidos como compradores e fornecedores, temos o primeiro fluxo internacional conhecido de tráfico internacional de pessoas.

Depois de muita negligência e indiferença, o mundo está ainda acordando para a realidade da existência do tráfico de pessoas, tornando-se conscientes de que os seres humanos tornaram-se objetos de outros seres humanos para a obtenção de dinheiro, trabalho, sexo, favores. É a apropriação do indivíduo para atividades que resultarão em ganhos econômicos ao explorador, ou seja, o uso da pessoa como um item de consumo no uso sexual, venda de órgãos ou ainda como mão de obra tornando-se trabalhadores não remunerados e não livres. Qualquer vítima em particular pode cumprir um, vários ou todos esses propósitos.

Para o Kevin Bales<sup>11</sup>, “o resultado do tráfico é a escravidão e vice-versa, o qual se mostra através das mais variadas formas e fins. O resultado do crime é a exploração, tendo como núcleo a condição de controle potencialmente violento de uma pessoa por outra.”

Acredita-se que o tráfico, é uma condição em que uma pessoa é exposta quando outra pessoa tira proveito de sua vulnerabilidade econômica e social mediante uma oferta, que pode ser um falso emprego, melhoria de vida, casa, dinheiro, dentre outros falsos benefícios.

Os elementos-chave que a caracterizam o tráfico de pessoas são, basicamente, forçar o trabalho ou qualquer outro ato (para exploração sexual, tráfico de órgãos, adoção ilegal, casamento forçado, etc), sem consentimento e ganho dinheiro em contrapartida, impossibilidade de comunicação com outras pessoas; controle ilimitado pelo empregador; restrições de liberdade, que será tratado a seguir.

---

<sup>10</sup> PALMIOTTO, Michael J. *Combating Human Trafficking: A Multidisciplinary Approach*. CRC Press. Taylor & Francis Group, 2015, p xxi.

<sup>11</sup> BALES, Kevin. *Testing a Theory of Modern Slavery*. Yale University, Connecticut, 2004. Disponível em: <http://glc.yale.edu/sites/default/files/files/events/cbss/Bales.pdf> Acesso em: 10 dez 2016, p. 1-2.



## 2. DEFINIÇÃO DE TRÁFICO: AÇÃO, MEIO E PROPÓSITO

Os primeiros instrumentos que trouxeram uma definição sobre o tráfico eram limitados, uma vez que estavam apenas preocupados com questões específicas, como o movimento organizado de mulheres e meninas no estrangeiro para fins de prostituição.<sup>12</sup>

A confusão em torno do significado do tráfico não se limitava à ONU. A Organização Internacional de Migração (OIM), começou a trabalhar seriamente nesta questão do tráfico no início dos anos 90, visto que o tráfico internacional de pessoas se insere no contexto das grandes correntes migratórias de hoje. Em geral, as vítimas de tráfico atravessam as fronteiras internacionais sem a devida documentação, inserindo-se, assim, no grande volume de migrantes irregulares.<sup>13</sup>

O progresso foi complicado desde o início, decorrente da falta de concordância sobre as características que separavam o "tráfico de migrantes" do que a OIM e a ONU caracterizava como "tráfico de pessoas".<sup>14</sup>

Desta feita, em 2000, na 55ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, é estabelecida uma definição ao tráfico de pessoas por meio do Protocolo relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças (*Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons, Especially Women and Children*), como forma de complementação à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (*United Nations Convention against Transnational Organized Crime*) ou Convenção de Palermo e representa um marco fundamental nos esforços internacionais para enfrentar o tráfico de seres humanos, pois tipifica internacionalmente o crime por meio de seu artigo 3, alínea ‘a’, como: “O recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recebimento de pessoas, por meio de ameaça ou uso da força ou outras formas de coerção, de rapto, de fraude, de engano, do abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade ou de dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra pessoa, para o propósito de exploração”.

Esta definição faz referencia à três elementos-chave que distinguem o tráfico humano de outros delitos semelhantes: o ato, os meios e o propósito.

---

<sup>12</sup> GALLAGHER. Anne T. *The International Law of Human Trafficking*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 13-14.

<sup>13</sup> CAMPOS, Bárbara Pinowsca Cardoso. *O Tráfico De Pessoas à Luz da Normativa Internacional de Proteção dos Direitos Humanos*. Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, v. 7, n 7, Ano 2006/2007, p. 38-39.

<sup>14</sup> GALLAGHER. Anne T. *The International Law of Human Trafficking*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 18-19.

| <b>AÇÃO</b>   | <b>MEIO</b>  | <b>FIM</b>   |
|---|--|--|
| <b>RECRUTAMENTO, TRANSPORTE, TRANSFERÊNCIA, ALOJAMENTO OU ACOLHIMENTO DE PESSOAS.</b> | <b>AMEAÇA, USO DA FORÇA OU OUTRAS FORMAS DE COAÇÃO, RAPTO, FRAUDE, ENGANO, ABUSO DE AUTORIDADE OU SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, ENTREGA OU ACEITAÇÃO DE PAGAMENTOS OU BENEFÍCIOS PARA OBTER O CONSENTIMENTO DE UMA PESSOA QUE TENHA AUTORIDADE SOBRE OUTRA.</b> | <b>EXPLORAÇÃO SEXUAL, TRABALHO OU SERVIÇOS FORÇADOS, ESCRAVATURA, SERVIDÃO, REMOÇÃO DE ÓRGÃOS, TECIDOS E PARTES DO CORPO, E OUTRAS FORMAS DE EXPLORAÇÃO.</b> |

**Figura 1.** Conceito e elementos do tráfico de pessoas. Fonte. <http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/320/Pesquisa%20Tráfico%20de%20Pessoas%20-%20ENAFRON.pdf?sequence=1>

As ações ou conduta do agente infrator incorporadas nesta definição são: o recrutamento, transporte, transferência, abrigo e o recebimento de pessoas.

Os meios utilizados para realização da ação são: ameaça; força; coerção, rapto, fraude, engano, abuso de poder ou de posição de vulnerabilidade e ainda, pagamentos e/ou benefícios para obter o consentimento da vítima.

Já o propósito será sempre a exploração, que poderá se desdobrar em diversas formas de exploração a fim de obter vantagem. Pelo Protocolo de Palermo são reconhecidas a exploração sexual, exploração laboral (trabalho ou serviços forçados), escravidão (ou similares), a servidão ou a remoção de órgãos.

O primeiro elemento-chave diz respeito ao deslocamento de pessoas, sendo assim, o tráfico de seres humanos envolve essencialmente a migração,<sup>15</sup> que pode envolver um indivíduo ou um grupo de indivíduos. A migração nesse caso pode não se referir apenas ao cruzamento das fronteiras entre países, uma vez que uma parte substancial reside em mover

<sup>15</sup> CAMPOS, Bárbara Pincowsca Cardoso. *O Tráfico De Pessoas à Luz da Normativa Internacional de Proteção dos Direitos Humanos*. Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, v. 7, n 7, Ano 2006/2007, p. 37-38.

uma pessoa de uma região para outra, dentro dos limites de um único país.<sup>16</sup>

O tipo penal é objetivo e aborda a fase de captação ou aliciamento (o recrutamento/acolhimento); a do transporte ao local de destino (o trânsito/deslocamento) e; a fase da exploração das vítimas (o propósito de exploração), realizado com o emprego de meios ilícitos, em quaisquer das etapas, se configurando com a utilização de algum meio de coerção, físico ou psíquico, capaz de viciar o consentimento ou a vontade da vítima, como a ameaça, a força e o engano.<sup>17</sup>

Por fim, a nota verdadeiramente distintiva do tráfico é o propósito de exploração, relacionado a intenção de tirar proveito econômico da vítima, aspecto que o diferencia de outras práticas, que por vezes, se associam às migrações irregulares.<sup>18</sup> As vítimas do tráfico são submetidas a várias formas de exploração que variam frequentemente de acordo com a sua idade e gênero.<sup>19</sup>

Na visão de Gallagher<sup>20</sup>, a “demora para desenvolver um entendimento acordado (sobre a definição) refletiu grandes diferenças de opinião sobre o resultado final do tráfico, seus atos constitutivos e sua importância, bem como as semelhanças e diferenças entre o tráfico e questões relacionadas, como a migração ilegal e contrabando de migrantes”.

Todavia, trata-se de um crime organizado que possui diferentes utilidades e vitima principalmente, pessoas em estado de vulnerabilidade econômica, laboral e social. Embora uma das formas mais conhecida de tráfico de seres humanos seja para fins de exploração sexual, milhares de vítimas são traficadas para fins de trabalho forçado, remoção de órgãos, adoção ilegal, servidão e práticas similares.

É incontestável que o tráfico de pessoas é um problema global e um dos crimes mais vergonhosos do mundo, uma das piores formas de maltrato, afetando a vida de milhões de pessoas e roubando-lhes a dignidade. Infelizmente é um fenômeno em expansão, tanto através das fronteiras internas quanto internacionais.

Atualmente, os traficantes pouco se valem de métodos coercitivos diretos, aproveitam-se da vulnerabilidade das vítimas, conforme mencionado acima, sob a oferta de melhoria de

---

<sup>16</sup> JESUS, Damásio E. de. *Tráfico Internacional de Mulheres e Crianças – Brasil: aspectos regionais e nacionais*. São Paulo: Editora Saraiva, 2003, p. XXVI.

<sup>17</sup> CAMPOS, Bárbara Pinowsca Cardoso. *O Tráfico De Pessoas à Luz da Normativa Internacional de Proteção dos Direitos Humanos*. Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, v. 7, n 7, Ano 2006/2007, p. 37-38.

<sup>18</sup> *Idem*.

<sup>19</sup> THE OPEN UNIVERSITY. Open Learn. Course: *Modern Slavery*. Disponível em: <http://www.open.edu/openlearn/people-politics-law/the-law/modern-slavery/content-section-0> Acesso em: 17 abril 2017, p. 18.

<sup>20</sup> GALLAGHER. Anne T. *The International Law of Human Trafficking*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 12.

vida para atraí-las para a “rede do tráfico” e posteriormente, os obrigam a situações de exploração todos os dias. É sobre esses sonhos que as redes do tráfico humano são consolidadas.

Desta forma, fica claro que o tráfico é um tipo penal positivado pelo direito internacional e direito interno de muitos países e traz consigo a intenção de exploração e as várias formas de realização desse objetivo.

Consoante o disposto acima, as vítimas podem ser submetidas a vários tipos de exploração, mas os dois tipos mais frequentemente são a exploração sexual e o trabalho forçado.<sup>21</sup>

### **3. PRINCIPAIS FORMAS DE EXPLORAÇÃO RESULTANTE DO TRÁFICO DE PESSOAS**

#### **3.1. Exploração Sexual**

A exploração sexual é a destinação mais comum dada as vítimas de tráfico de pessoas. Há o recrutamento, o acolhimento, o transporte ou a obtenção de uma pessoa para efeitos de um ato sexual comercial, no qual um ato sexual é induzido por força, fraude ou coerção.

Certas vulnerabilidades colocam a vítima em posição de fraqueza. Assim, essa atrocidade vitima preponderantemente mulheres e crianças, devido às suas condições diferenciais de maior vulnerabilidade, a discriminação de gênero, a pobreza, a desigualdade de oportunidades e de renda, a instabilidade econômica e política, dentre outras diversas finalidades que o tráfico de pessoas pode se destinar.

O tráfico com o propósito de exploração sexual também pode ocorrer por meio de uma forma específica de coerção pela qual os indivíduos são obrigados a continuar na prostituição em decorrência de uma “dívida” ilegal supostamente incorrida pelo transporte, recrutamento ou até mesmo sua “venda”, que os exploradores insistem que devem pagar antes que eles possam “ser livres”.<sup>22</sup>

O consentimento da vítima em participar da exploração sexual ou prostituição é irrelevante, pois o consentimento foi dado de forma viciada, através de manipulação psicológica ou força física, sendo legalmente considerado uma vítima de tráfico e deve

---

<sup>21</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Global Report on Trafficking in Person 2014*. Disponível em: <[https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/GLOTIP\\_2014\\_full\\_report.pdf](https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/GLOTIP_2014_full_report.pdf)> Acesso em: 09 maio 2016, p. 33-34.

<sup>22</sup> U.S, United States of America. *Trafficking in Person Report. June 2017*. Disponível em: <https://www.state.gov/documents/organization/271339.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

receber os auxílios delineados no Protocolo de Palermo, bem como nas leis nacionais aplicáveis.

Para as crianças, o tráfico sexual tem consequências ainda mais devastadoras, incluindo traumas físicos e psicológicos de longa duração, doenças, dependência de drogas, gravidez indesejada, desnutrição, ostracismo social e até a morte.

### 3.2. Trabalho forçado

O trabalho forçado, também chamado de tráfico de mão-de-obra, ocorre quando uma pessoa, pelo uso da força ou ameaças, coerção psicológica, abuso, engano ou outros meios coercitivos, obriga alguém a trabalhar em condições precárias. Uma vez que o trabalho de uma pessoa é explorado o consentimento prévio da pessoa para trabalhar nessas condições é legalmente irrelevante.<sup>23</sup>

As normas internacionais que tipificam e proíbem o trabalho forçado incluem a Convenção sobre o Trabalho Forçado de 1930, a Convenção sobre a Abolição do Trabalho Forçado de 1957 e a Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Princípios Fundamentais de 1998, a qual apela para que todos os Estados membros promovam e protejam os indivíduos desse crime.

A definição do crime é feita pela Convenção sobre o Trabalho Forçado de 1930 em seu artigo 2, item 1: “Para os fins da presente convenção, a expressão ‘trabalho forçado ou obrigatório’ designará todo trabalho ou serviço exigido de um indivíduo sob ameaça de qualquer penalidade e para o qual ele não se ofereceu de espontânea vontade”.

Segundo dados da OIT de 2014, estima-se que cerca de 21 milhões de pessoas são vítimas de trabalho forçado a nível mundial (sendo muitos provenientes do tráfico) e que a indústria do trabalho forçado gera lucros anuais de 150 bilhões de dólares.<sup>24</sup> Ainda, no relatório da OIT denominado “Uma Aliança Global contra o Trabalho Forçado” estima-se que o lucro anual produzido pelas redes criminosas é aproximadamente 31,6 bilhões de dólares.<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup> U.S., United States of America. *Trafficking in Person Report. June 2017*. Disponível em: <https://www.state.gov/documents/organization/271339.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

<sup>24</sup> International Labour Organisation (2014) Profits and Poverty: the Economics of Forced Labour [Online] *apud* THE OPEN UNIVERSITY. Open Learn. Course: *Modern Slavery*. Disponível em: <http://www.open.edu/openlearn/people-politics-law/the-law/modern-slavery/content-section-0> Acesso em: 17 abril 2017, p. 29-30.

<sup>25</sup> OIT, Organização Internacional do Trabalho. *Uma Aliança Global contra Trabalho Forçado*. Relatório Global do Seguimento da Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. ISBN 92-2-817508-7. Brasília: OIT, 2005. Disponível em: [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil-ia/documents/publication/wcms\\_227553.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil-ia/documents/publication/wcms_227553.pdf) Acesso em: 12 de junho de 2017, p 61.

Conforme já noticiado, isso é particularmente comum entre algumas populares marcas, especialmente na produção de roupas baratas, onde as empresas fornecem e/ou fabricam seus produtos usando trabalho forçado, incluindo também o emprego de crianças.<sup>26</sup>



**Figura 2.** Lista de produtos realizados através de mão de obra infantil ou trabalho forçado conforme setores da economia. Fonte: [https://www.dol.gov/ilab/reports/pdf/TVPR\\_Report2014.pdf](https://www.dol.gov/ilab/reports/pdf/TVPR_Report2014.pdf)

O trabalho infantil é proibido por lei na maioria dos países, mas continua a ser abundante em algumas das partes mais pobres do mundo. Os migrantes são particularmente vulneráveis a essa forma de tráfico, mas os indivíduos podem ser forçados em seus próprios países. Muitas mulheres e meninas também são vítimas especialmente em servidão doméstica, onde são frequentemente abusadas sexualmente também.

<sup>26</sup> THE OPEN UNIVERSITY. Open Learn. Course: *Modern Slavery*. Disponível em: <http://www.open.edu/openlearn/people-politics-law/the-law/modern-slavery/content-section-0> Acesso em: 17 abril 2017, p. 32-34.

Tem-se conhecimento de casos em que o trabalho forçado é perpetuado pelo próprio Estado, como por exemplo, o Governo do Uzbequistão que tem utilizado crianças e adultos para realizar trabalho forçado em campos de algodão, chegando a 1/3 da população.<sup>27</sup>

Trata-se de um método altamente lucrativo, uma vez que, não havendo pagamento de mão de obra o valor final do produto é muito baixo e o lucro sempre presente.

O trabalho em regime de servidão também conhecido como servidão por dívida, é um dos métodos mais utilizados de escravização, no qual uma pessoa torna-se um trabalhador vinculado quando são forçados a trabalhar para pagar os empréstimos, trabalhando longas horas e raramente receberem uma remuneração pelo seu trabalho e precisam pedir mais dinheiro emprestado para sobreviver tornando-se um ciclo sem fim, podendo, inclusive, estender-se por gerações. A ONU estima que 74% da população paquistanesa vive com menos de 2 dólares por dia.<sup>28</sup>

O trabalho forçado está historicamente associado com a agricultura, mas é atualmente um fenômeno rural e urbano praticado em quase todos os setores da economia, especialmente no sul da Ásia. A OIT estima que, na região da Ásia-Pacífico, no mínimo 9,5 milhões de pessoas estão em trabalho forçado e a maioria em servidão por dívidas.<sup>29</sup> O trabalho forçado de adultos e crianças em fornos de tijolos é uma prática muito comum no Afeganistão.<sup>30</sup>

Ainda de acordo com a OIT, esse tipo é a principal forma de escravidão realizada na Índia, Nepal e Paquistão, funcionando como uma espécie de “economia informal”.<sup>31</sup> É um produto da pobreza, da exclusão social e do fracasso dos governos em agir contra essa prática e suas causas subjacentes.

Esse crime está tipificado e definido pela Convenção Complementar das Nações Unidas sobre Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura de 1956 (United Nations Supplementary Convention on Slavery, the Slave Trade and Institutions and Practices Similar to Slavery) em seu artigo 1º, §1 como: “(...)

---

<sup>27</sup> *Idem.*

<sup>28</sup> UPADHYAYA, Krishna Prasad. *Poverty, discrimination and slavery*. The reality of bonded labour in India, Nepal and Pakistan. Anti-Slavery International, 2008. ISBN 978-0-900918-70-4 Disponível em: <http://www.antislavery.org/wp-content/uploads/2017/01/1-poverty-discrimination-slavery-final.pdf> Acesso em: 08 maio 2017, p. 05-06

<sup>29</sup> ILO, *A global alliance against forced labour*, ILO, Geneva, 2005. *apud* THE OPEN UNIVERSITY. Open Learn. Course: *Modern Slavery*. Disponível em: <http://www.open.edu/openlearn/people-politics-law/the-law/modern-slavery/content-section-0> Acesso em: 17 abril 2017, p. 29-30.

<sup>30</sup> THE OPEN UNIVERSITY. Open Learn. Course: *Modern Slavery*. Disponível em: <http://www.open.edu/openlearn/people-politics-law/the-law/modern-slavery/content-section-0> Acesso em: 17 abril 2017, p. 29-30.

<sup>31</sup> UPADHYAYA, Krishna Prasad. *Poverty, discrimination and slavery*. The reality of bonded labour in India, Nepal and Pakistan. Anti-Slavery International, 2008. ISBN 978-0-900918-70-4 Disponível em: <http://www.antislavery.org/wp-content/uploads/2017/01/1-poverty-discrimination-slavery-final.pdf> Acesso em: 08 maio 2017, p. 05-07.

o estado ou a condição resultante do fato de que um devedor se haja comprometido a fornecer, em garantia de uma dívida, seus serviços pessoais ou os de alguém sobre o qual tenha autoridade, se o valor desses serviços não for equitativamente avaliado no ato da liquidação da dívida ou se a duração desses serviços não for limitada nem sua natureza definida”.

Quanto ao trabalho infantil, viola especificamente vários instrumentos internacionais de direitos humanos, incluindo: Declaração Universal dos Direitos Humanos, Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança. Alguns indicadores de trabalho forçado de uma criança incluem situações em que a criança parece estar sob a custódia de um não familiar que exige que a criança realize um trabalho que o beneficie.<sup>32</sup>

Uma forma comum de coerção usada pelos traficantes é a imposição de um vínculo ou dívida.

Alguns trabalhadores “herdam dívidas”, por exemplo, no sul da Ásia, estima-se que haja milhões de vítimas do tráfico trabalhando para pagar as dívidas de seus ancestrais. Outros são vítimas de traficantes ou recrutadores que exploram ilegalmente uma dívida inicial assumida, intencional ou involuntariamente, como um termo de emprego.

Isso pode ocorrer, por meio dos traficantes propriamente ditos, quanto agências clandestinas de trabalho, recrutadores e/ou empregadores, tanto no país de origem quanto no país de destino, podem contribuir à exploração por dívidas cobrando taxas de recrutamento de trabalhadores e taxas de juros exorbitantes, tornando difícil, se não impossível, saldar a dívida.

## **4. SUJEITOS**

### **4.1. Sujeito Ativo: o infrator**

O tráfico internacional de pessoas é um crime comum quanto ao sujeito ativo, podendo o autor do delito ser homem ou mulher, não sendo necessário, inclusive, habitualidade.<sup>33</sup>

---

<sup>32</sup> U.S., United States of America. *Trafficking in Person Report. June 2017*. Disponível em: <https://www.state.gov/documents/organization/271339.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

<sup>33</sup> RODRIGUES, Thaís de Camargo. *Tráfico Internacional de Pessoas Para Exploração Sexual*. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 100.



Para que haja consumação do crime é necessário que um sujeito pratique um dos atos definido no artigo 3, alínea ‘a’, do Protocolo Adicional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas. O que não exclui, no entanto, a coautoria e a participação, conforme cada ordenamento jurídico especificamente. Outrossim, pode ser cometido por pequenas quadrilhas, bandos ou organizações criminosas, com divisão clara de tarefas, o foco da Convenção que trata o assunto e estudaremos a diante.<sup>34</sup>

É muito frequente a relação familiar, de amizade ou de proximidade entre o aliciador direto e a vítima. Além disso, ao se aproveitar da situação de vulnerabilidade da vítima, com a promessa de ajuda para uma vida melhor, acaba visto pela vítima como seu benfeitor, aquela pessoa que a auxiliará a sair de uma situação ruim.<sup>35</sup>

Há alguns indícios da ocorrência do crime. Um indicador geral pode ser um grande número de pessoas, que não são da mesma família, vivendo juntas em uma área pequena; um indicador físico pode incluir lesões de pancadas ou queimaduras de cigarros; alguém tenha os documentos de viagem de um indivíduo e ainda homens ou mulheres indo e vindo constantemente para o mesmo ponto, ou seja, podem fazer a mesma rota de viagem diversas vezes dentro de um curto período de tempo.<sup>36</sup>

O traficante propriamente dito (trafficker) está no topo da organização, tem interesse monetário no recrutamento e exploração da vítima; o recrutador (recruiter) é responsável por identificar as potenciais vítimas; o conector (connector) é a pessoa que em troca de dinheiro, drogas ou outros favores, identifica vítimas em potencial e organiza uma conexão entre tais vítimas e os recrutadores ou traficantes; o preparador (groomer) é o membro da organização que inicia a vítima no mundo da prostituição e da pornografia, por exemplo, o processo de preparação é um processo psicológico manipulador destinado a capitalizar as vulnerabilidades de uma potencial vítima para manipulá-las a participar das atividades da organização, para dessensibilizar a vítima para os aspectos negativos da organização, em muitos casos, o recrutador assume esse papel; já o observador (watcher) é responsável pelo transporte das vítimas e deve garantir que elas não tenham a oportunidade de fugir ou se comunicar com pessoas fora da organização.<sup>37</sup>

---

<sup>34</sup> *Idem.*

<sup>35</sup> MJ, Ministério da Justiça. *Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*. Brasília. Cartilha 2007, p. 20.

<sup>36</sup> PALMIOTTO, Michael J. *Combating Human Trafficking: A Multidisciplinary Approach*. CRC Press. Taylor & Francis Group, 2015, p. xxi.

<sup>37</sup> PALMIOTTO, Michael J. *Combating Human Trafficking: A Multidisciplinary Approach*. CRC Press. Taylor & Francis Group, 2015, p. 47-50.

## 4.2 Sujeito Passivo: a vítima

Qualquer ser humano pode ser uma vítima do tráfico de pessoas em potencial, independente de gênero ou idade. Atualmente não há limitação quanto aos sujeitos protegidos e na condenação de todas as formas de exploração.<sup>38</sup> No entanto, as mulheres e crianças são as principais vítimas.

Para os autores que considerem a moralidade pública o bem jurídico tutelado pelo delito, a coletividade também torna-se sujeito passivo.<sup>39</sup>

Ainda existem muitos equívocos sobre o tráfico de pessoas, especialmente no que se refere à percepção das vítimas, presumindo-se que as vítimas do tráfico são apenas mulheres e que essas são traficadas apenas para exploração sexual. Outro mito é que, frequentemente, as vítimas são vistas como tendo consentido em serem traficadas e isso é extremamente incorreto.<sup>40</sup>

Não há exigência de pluralidade de vítimas para que se veja concretizado o crime.

As vítimas são escolhidas conforme seu grau de vulnerabilidade social, levando em consideração a discriminação, a pobreza, a desigualdade de oportunidades e de renda, a instabilidade econômica e política.<sup>41</sup>

Estudos revelam que a maioria é proveniente de países muito pobres ou com graves problemas, as quais em geral migram para países que supostamente lhe oferecem melhores perspectivas de vida. Desta forma, não podemos desviar a atenção da maneira como o Estado cria vulnerabilidades, as pessoas são tornadas vulneráveis e, dessa forma, propensas a tornarem-se vítimas pelo próprio Estado, quando falta políticas públicas e investimentos para o combate dos crimes.

Além disso, a questão do gênero possui forte relação à questão da vitimização, em particular quando se trata de tráfico de pessoas. Isso porque o tráfico está, desde sua criação, conforme mencionado, especialmente ligado a questão da escravidão e prostituição de mulheres e isso nos leva à pensar “se as mulheres escolheram ou se foram forçados a prostituição”.

---

<sup>38</sup> MJ, Ministério da Justiça. *Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*. Brasília. Cartilha 2007, p. 11-14.

<sup>39</sup> RODRIGUES, Thaís de Camargo. *Tráfico Internacional de Pessoas Para Exploração Sexual*. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 101-102.

<sup>40</sup> THE OPEN UNIVERSITY. Open Learn. Course: *Modern Slavery*. Disponível em: <http://www.open.edu/openlearn/people-politics-law/the-law/modern-slavery/content-section-0> Acesso em: 17 abril 2017, p. 19-20.

<sup>41</sup> JESUS, Damásio E. de. *Tráfico Internacional de Mulheres e Crianças – Brasil: aspectos regionais e nacionais*. São Paulo: Editora Saraiva, 2003, p. 02-19.

Estudos comprovam que as vítimas são escolhidas conforme seu grau de vulnerabilidade social e essa vulnerabilidade é muito clara tanto quanto os migrantes quanto os cidadãos, aqueles muitas vezes não recebem proteções ou são discriminados em decorrência simplesmente de seu status migratório e, quanto a estes, trabalham em setores desregulamentados, onde o Estado realmente esqueceu quaisquer proteções e leis trabalhistas; falta de oportunidade; instabilidade econômica e política; dentre outros fatores.

Uma questão importante em relação às vítimas é: o que as mantém presas nesta condição desumana? Parece haver várias razões pelas quais as pessoas se mantêm presas. O medo é um fator importante, que pode incluir abuso físico e violência sexual, podendo incluir diversas formas ameaças, como prejudicar membros da família, enviar a vítima para a prisão ou deportação. Além disso, a falta de conhecimento pode ser outra razão pela qual as vítimas não relatam sua exploração e escravidão.<sup>42</sup> Mas o mais importante, elas não têm acesso a outras pessoas para relatarem o que passam ou quando conseguem, podem se deparar com agentes de organização governamental infiltrados que são também criminosos.

Os sobreviventes do tráfico são deixados com numerosos problemas de saúde mental, como resultado das múltiplas exposições a eventos traumáticos, isolamento social e degradação física e psicológica experimentados durante o tempo que foram escravizados pelo tráfico. Mesmo quando as vítimas não estão expostas à violência física, a falta de previsibilidade e a falta de controle das vítimas são fatores que contribuem para transtornos mentais.<sup>43</sup>

As crianças e adolescentes são um grupo particularmente vulnerável em decorrência de sua idade e têm, portanto, necessidades específicas e precisam de proteção e apoio diferenciados.

A definição de criança dada pelo direito internacional é descrita pela Convenção Sobre os Direitos da Criança (Convention on the Rights of the Child) adotada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989, em seu artigo 1 que: “Nos termos da presente Convenção, criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo”.

No que diz respeito especificamente à criança e ao adolescente, o meio a ser utilizado não é necessário para se configurar o tráfico de pessoas nos termos do Protocolo, bastando

---

<sup>42</sup> PALMIOTTO, Michael J. *Combating Human Trafficking: A Multidisciplinary Approach*. CRC Press. Taylor & Francis Group, 2015, p xxi.

<sup>43</sup> PALMIOTTO, Michael J. *Combating Human Trafficking: A Multidisciplinary Approach*. CRC Press. Taylor & Francis Group, 2015, p 52-53.

apenas os elementos ação e a finalidade de exploração para que a criança ou o adolescente sejam considerados vítimas de tráfico.

Vários fatores contribuem para o tráfico de crianças, como: as situações nos países de origem das vítimas, conflitos armados, a marginalização de alguns grupos de crianças, são fatores importantes a considerar. Além disso, as desigualdades estruturais, pobreza, oportunidades desiguais, discriminação por gênero, idade ou etnia, potencialmente exacerbam os riscos de as crianças se tornarem vítimas de tráfico. Uma constante parece ser o desequilíbrio inerente ao poder que existe entre crianças e adultos, desequilíbrio este, tanto físico quanto intelectual.

Existem também outras barreiras, como a falta de profissionais treinados para lidar com essa peculiaridade, falta de conhecimento de questões culturais, escassez de recursos e dessa forma as necessidades específicas das crianças vítimas muitas vezes não são atendidas.<sup>44</sup>

A forma mais comum de exploração infantil é a sexual, podendo ocorrer com contato físico, através de estupro e moléstia, e também, embora sem contato físico direto, por meio da distribuição da pornografia infantil. Um grande mercado existindo também é o tráfico de crianças destinadas a adoção irregular, bem como remoção e venda de órgãos, dentre outros crimes relacionados.

Compreender essas nuances implícitas e explícitas pode ajudar as autoridades a moldarem políticas e estratégias globais.

Ainda, o Estado não pode agir apenas após a realização do crime, ao meu ver, ainda falta conscientização dos Estados no quesito de prevenção. É importante que reconheçamos que pessoas são exploradas e também precisamos ir além da imagem e do discurso da vitimização, buscando efetivação das leis, políticas e projetos de combate.

### **4.3 Como identificar uma vítima de tráfico?**

Há grande dificuldade em identificar potenciais vítimas do tráfico de seres humanos decorre da natureza oculta do crime. Uma vez que as vítimas normalmente entram nos países de forma irregular e, ainda, os traficantes se valem de meios e métodos que ajudam a controlar essa vítima, mantê-la silenciosa e isolada do mundo para que o crime permaneça oculto.

---

<sup>44</sup> THE OPEN UNIVERSITY. Open Learn. Course: *Modern Slavery*. Disponível em: <http://www.open.edu/openlearn/people-politics-law/the-law/modern-slavery/content-section-0> Acesso em: 17 abril 2017, p. 26-27.

Segundo um estudo norte-americano, para evitar a identificação e minimizar a eficácia da aplicação da lei, os traficantes muitas vezes fazem uma rotação geográfica com as vítimas, deslocando estas para outras cidade ou país.<sup>45</sup>

Além disso, algumas vítimas não procuram ajuda de autoridades por não acreditarem que são vítimas, faltando conhecimento e educação para entender o problema em que vivem. Estudos ainda mostram que as vítimas são constantemente ameaças pelos traficantes, como por exemplo, a deportação, danos à ela ou seus familiares, dizem inclusive, que “elas são as culpadas pela situação em que se encontram”. Ainda, muitas vezes o traficante é visto como um benfeitor que oferece casa, alimento e proteção, aparentando que não há nada de errado nos seus atos.

Outro desafio para a identificação das vítimas é a falta de conhecimento e treinamento por parte de agentes e servidores que confundem vítimas como imigrantes ilegais ou prostitutas, por não possuírem seus documentos, tratadas assim como criminosas, sendo, inclusive, deportadas. O número de vítimas identificadas é substancialmente menor do que o número estimado de vítimas traficadas existentes.<sup>46</sup>

Isso posto, devemos reconhecer a necessidade de quebrar esse ciclo vicioso.

De acordo com o Departamento de Estado dos Estados Unidos da América e Escritório de Monitoramento e Combate ao Tráfico, caso haja oportunidade de falar com uma potencial vítima em particular e sem comprometer a segurança de ambos, há alguns questionamento que podem ser feitos como: se a pessoa poderia deixar o emprego se quisesse; se tem total liberdade para ir e vir; se está sobe algum tipo de coação e/ou ameaça; onde e como mora; se possui dívidas; etc.<sup>47</sup>

As vítimas de tráfico humano geralmente são identificadas por uma investigação criminal, por colegas de trabalho, clientes ou vizinhos e, ainda, quando buscam serviços médicos, sociais ou emprego.

Isso porque, há sinais que devem gerar desconfiança à qualquer indivíduo comum que se depare com eles, como por exemplo, pessoas que quando questionadas por terceiros aparentam medo ou intimidação e assim não respondem e/ou não dão continuidade a conversa; em uma viagem um passageiro que não sabe explicar detalhes da viagem e/ou não

---

<sup>45</sup> NEWTON, Phyllis J.; MULCAHY, Timothy M.; MARTIN, Susan E. *Finding Victims of Human Trafficking*. Document n. 224393, 2007-VT-BX-0001. Norc Final Report. University of Chicado. October 2008. Disponível em: <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/grants/224393.pdf> Acesso em: 01 maio 2017, p. 42-45.

<sup>46</sup> *Idem*.

<sup>47</sup> U.S., United States of America, Department of State. Office to Monitor and Combat Trafficking in Persons *Identify and Assist a Trafficking Victim*. Disponível em: <https://www.state.gov/j/tip/id/>. Acesso em: 01 maio 2017.

está vestido adequadamente ao seu suposto destino; documentos pessoais estão aos cuidados de terceiros; há comunicação por códigos; contradição de histórias; apresentam indícios de estar sob influência de drogas e/ou álcool.

Além dos sinais supracitados, alguns departamentos de estado, organizações nacionais e internacionais, agentes, campanhas governamentais, já criaram uma lista, não exaustiva, com alguns indicadores para o reconhecimento de potenciais vítimas ou situações de tráfico como: pessoas que vivem com seu empregador; possuem condições de vida precárias; várias pessoas morando juntas; incapacidade de falar sozinho; as respostas para qualquer pergunta parecem ensaiadas, histórias inconsistentes; sinais de abuso físico; submissão; não recebimento de salário.<sup>48</sup> Ainda, não fazem contato visual; aparentam depressão, ansiedade ou algum distúrbio; desnutrição; falta de controle; perda do sentido de tempo e espaço; locais de trabalho com alta segurança, etc.<sup>49 50</sup>

#### **4.4. O que fazer, como denunciar e proteger uma vítima?**

Uma situação como essa é perigosa, isso porque, os criminosos possuem muitos artifícios para amedrontar as vítimas, o que leva ao fato de que mesmo que consiga alcançar algumas vítimas, elas podem ter medo de aceitar sua ajuda.

Desta forma, conhecer os indicadores de tráfico humano ajudará a agir de acordo com a sua intuição de que algo está errado para que possa então relatá-lo às autoridades competentes.

Se acredita ser vítima de uma situação de tráfico ou pode ter informações sobre uma possível situação de tráfico, possíveis vítimas, comportamentos ou locais suspeitos, bem como, identificar uma vítima que conseguiu fugir, deve-se entrar imediatamente em contato com a polícia local, centros especializados, autoridades conhecidas e organizações que ajudam com abrigo e assistência.

Em regra, os centros especializados possuem uma linha telefônica nacional gratuita (também chamado “disque denúncia”), com disponibilidade 24 horas por dia, todos os dias do ano, pode ser inseguro tentar resgatar uma vítima de tráfico, não há como saber como o

---

<sup>48</sup> U.S., United States of America, Department of State. Office to Monitor and Combat Trafficking in Persons *Identify and Assist a Trafficking Victim*. Disponível em: <https://www.state.gov/j/tip/id/>. Acesso em: 01 maio 2017.

<sup>49</sup> POLARIS. Freedom Happens Now. *Recognize the signs*. Disponível em: <https://polarisproject.org/recognize-signs> Acesso em: 01 maio 2017.

<sup>50</sup> EC, European Commission. *Guidelines for identification of victims of trafficking human beings*. ISBN 978-92-79-32953-1. European Union, 2013. Disponível em: [https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/e-library/docs/thb-victims-identification/thb\\_identification\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/e-library/docs/thb-victims-identification/thb_identification_en.pdf) Acesso em: 01 maio 2017.

traficante pode reagir e retaliar.

## 5. ESTATÍSTICAS

### 5.1. Quanto vale o ser humano na balança comercial do tráfico?

O crime organizado se globalizou e se transformou em uma das principais forças econômicas e armadas do mundo. É difícil identificar as vítimas de tráfico humano, a natureza clandestina do crime dificulta sua avaliação completa e assim, o número real de vítimas de tráfico humano é desconhecido.

A baixa taxa de processos leva a crer que o tráfico é uma atividade de baixo risco e alto lucro, assim, a provável impunidade encoraja esta atividade. A extensão do tráfico é muitas vezes subestimada e existe uma alarmante falta de consciência.

O número de vítimas identificadas é substancialmente menor do que o número estimado de vítimas traficadas existentes.

Segundo o UNODC a média anual de lucro gerado através do Crime Organizado Transnacional é de US\$ 870 bilhões, um valor superior ao montante da ajuda oficial ao desenvolvimento global.<sup>51</sup> Englobando tráfico de drogas e armas de fogo, tráfico de pessoas para fins de prostituição, mão-de-obra barata, pornografia infantil, venda clandestina de animais selvagens, produtos de destruição, madeira, dentre outros.<sup>52</sup> Já a média mundial anual de lucro através do tráfico de seres humanos é de US\$ 32 bilhões a cada ano.<sup>53</sup>

Conforme mencionado, as vítimas podem ser submetida a vários tipos de exploração. Os dois tipos mais frequentemente são: exploração sexual e trabalho forçado.<sup>54</sup>

De acordo com estudos, essa atrocidade vitima preponderantemente mulheres e crianças, devido às condições diferenciais de vulnerabilidade social, cujas principais causas são um combinado entre a ausência de direitos ou baixa aplicação das regras existentes, a

---

<sup>51</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. Transnational Organized Crime: Let's put them out of business. *Crimes: Human Trafficking*. Disponível em: <http://www.unodc.org/toc/en/crimes/human-trafficking.html> Acesso em: 05 de jan. de 2017.

<sup>52</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *The Globalization of Crime*. ISBN: 978-92-1-130295-0. United Nations publication, Sales N°. E.10.IV.6, p. 3.

<sup>53</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. Transnational Organized Crime: Let's put them out of business. *Crimes: Human Trafficking*. Disponível em: <http://www.unodc.org/toc/en/crimes/human-trafficking.html> Acesso em: 05 de jan. de 2017.

<sup>54</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Global Report on Trafficking in Person 2014*. Disponível em: [https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/GLOTIP\\_2014\\_full\\_report.pdf](https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/GLOTIP_2014_full_report.pdf) Acesso em: 09 maio 2016, p. 33-34.

discriminação de gênero, a pobreza, a desigualdades de oportunidades, econômica e política.<sup>55</sup>

Ressalta-se que o problema não se apresenta com a mesma intensidade em todas as regiões, uma vez que há determinados fatores econômicos, sociais, ideológicos e geopolíticos que o impulsionam.

Ainda, conforme documentado pelo estudo “The Globalization of Crime”, realizado pelo UNODC, com o fim da Guerra Fria, em 1991, um grande número de trabalhadores deixaram a Europa Oriental para a Europa Ocidental, criando assim novas oportunidades para o tráfico humano.<sup>56</sup>

A maioria das vítimas de tráfico detectadas na Europa provém dos Balcãs e da antiga União Soviética, em particular Romênia, Bulgária, Ucrânia, Rússia e República da Moldávia.<sup>57</sup>

Embora os números variem, uma estimativa da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2005 indicou que mais de 2 milhões e meio de pessoas foram vítimas de tráfico. Pesquisas sobre tendências gerais de trabalho forçado sugerem que o escopo do problema é muito maior. O tráfico de seres humanos é um dos negócios ilícitos mais lucrativos na Europa, com grupos criminosos a fazer cerca de 3 bilhões de dólares por ano.<sup>58</sup>

A Organização Internacional do Trabalho estima em 12,3 milhões o número de pessoas em situação de trabalho forçado no mundo, praticado principalmente nos serviços de desmatamento, geralmente ilegal, manutenção de pastos, carvoarias e nas lavouras do agronegócio, outros são forçados a trabalhar por estados ou por grupos militares rebeldes.<sup>59</sup>

De acordo com o UNODC, até à data de 2012, estima-se a existência de 20,9 milhões de vítimas do tráfico no mundo inteiro e, sendo majoritariamente direcionado à exploração sexual da vítima.<sup>60</sup> Conforme verifica-se no gráfico abaixo.

---

<sup>55</sup> JESUS, Damásio E. de. *Tráfico Internacional de Mulheres e Crianças – Brasil: aspectos regionais e nacionais*. São Paulo: Editora Saraiva, 2003, p. 02-19.

<sup>56</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *The Globalization of Crime*. ISBN: 978-92-1-130295-0. United Nations publication, Sales N°. E.10.IV.6, p. 3.

<sup>57</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *The Globalization of Crime*. ISBN: 978-92-1-130295-0. United Nations publication, Sales N°. E.10.IV.6, p. 44.

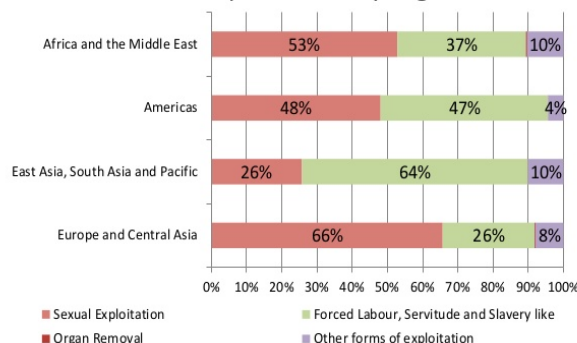
<sup>58</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. Transnational Organized Crime: Let's put them out of business. *Crimes: Human Trafficking*. Disponível em: <http://www.unodc.org/toc/en/crimes/human-trafficking.html> Acesso em: 05 de jan. de 2017.

<sup>59</sup> MJ, Ministério da Justiça. *Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*. Brasília. Cartilha 2007, p. 16-18.

<sup>60</sup> ARK OF HOPE FOR CHILDREN. *Child trafficking Statistics*. Disponível em: <http://arkofhopeforchildren.org/child-trafficking/child-trafficking-statistics> Acesso em: 09 maio 2016.



Detected forms of exploitation, by region, 2010-2012



**Figura 3.** Proporção entre as formas de exploração detectadas, por região, entre 2010-2012. Fonte: [https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/GLOTIP\\_2014\\_full\\_report.pdf](https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/GLOTIP_2014_full_report.pdf).

Mundialmente, uma em cada cinco vítimas de tráfico de seres humanos são crianças, embora em regiões e sub-regiões mais pobres, como a África e o Sul da Ásia, constituam a maioria das pessoas traficadas. Entretanto, as mulheres representam dois terços das vítimas do tráfico humano no mundo.<sup>61</sup>

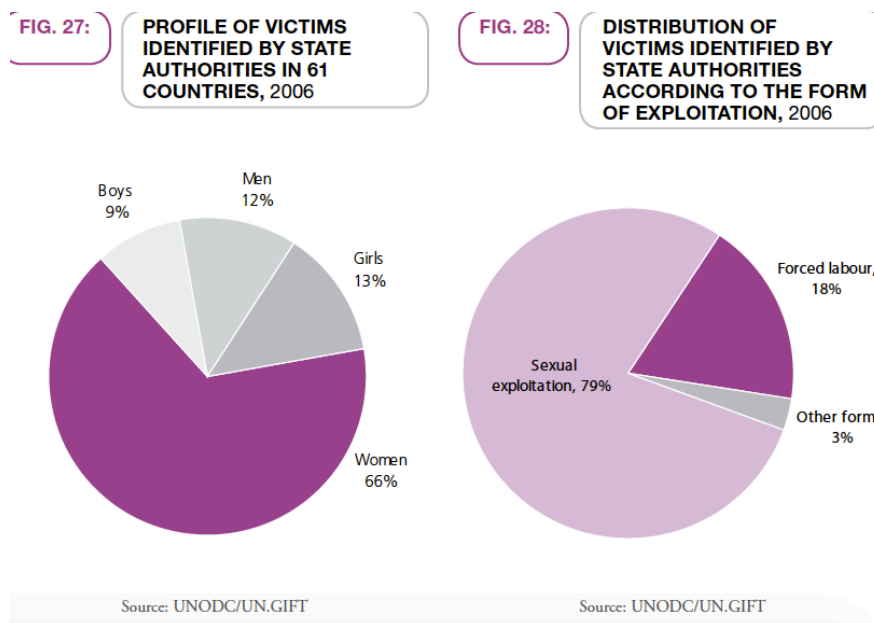


**Figura 4.** Mundialmente, mais de ¼ das vítimas de tráfico humano são crianças, podendo ser mais alto em algumas regiões. Fonte: [http://www.unodc.org/endht/en/campaign\\_images/campaign\\_images.html](http://www.unodc.org/endht/en/campaign_images/campaign_images.html)

Segundo estudo realizado e publicado em 2006 pela UNODC, milhares de pessoas em todo o mundo são submetidas a relações sexuais forçadas ou outras formas de violência e

<sup>61</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. Transnational Organized Crime: Let's put them out of business. *Crimes: Human Trafficking*. Disponível em: <http://www.unodc.org/toc/en/crimes/human-trafficking.html> Acesso em: 05 de jan. de 2017.

exploração sexual.<sup>62</sup> Cerca de 2/3 das vítimas detectadas foram mulheres e a exploração para fins sexuais representa cerca de 79% de todos os casos a nível mundial<sup>63</sup>, os restantes 21% das vítimas eram supostamente traficados para fins de trabalho forçado ou outras formas de exploração. Note-se, contudo, que estes números não são definitivos e podem ser distorcidos, dada a proeminência e a visibilidade de algumas formas de exploração sobre outras.<sup>64</sup>



**Figura 5.** Perfil das vítimas de tráfico detectadas em 61 países e as formas de exploração realizadas, conforme relatórios de 2006. Fonte: [https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/tocta/TOCTA\\_Report\\_2010\\_low\\_res.pdf](https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/tocta/TOCTA_Report_2010_low_res.pdf)

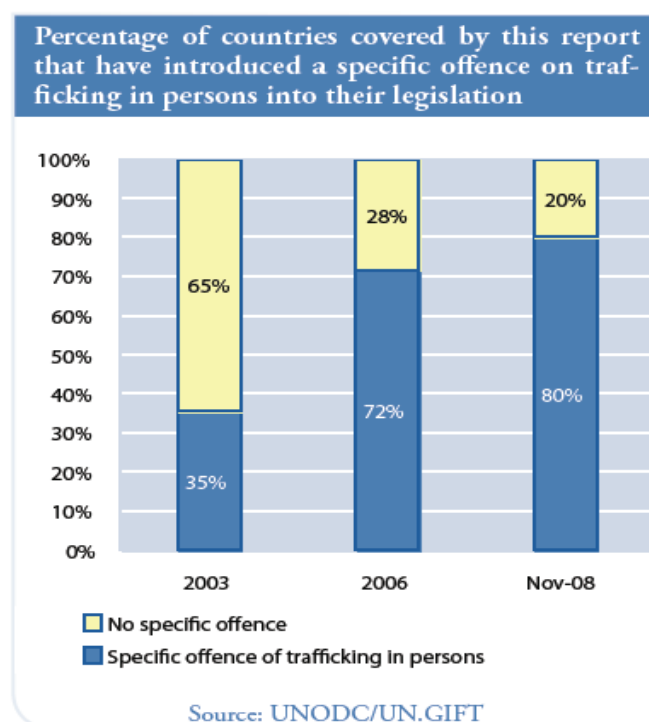
O tráfico de pessoas apresenta graves violações de direitos humanos e é um fenómeno em expansão, as estimativas apontam para números extremamente altos de seres humanos traficados através de fronteiras nacionais e internacionais. Apesar da grande quantidade de países signatários de convenções e instrumentos que tratam sobre o tema, há ainda muitos países, como por exemplo em África, que não dispõem dos instrumentos legais necessários e/ou não o implementaram. Em novembro de 2008, 63% de 155 países haviam aprovado leis

<sup>62</sup> MAIA, Angelus Emílio Medeiros de Azevedo; COSTA, Hayanne Hackradt Saraiva da; MOREIRA, Thiago Oliveira. *A Tutela dos Direitos das Crianças e Adolescentes pelo Tribunal Penal Internacional*. Revista Direito e Liberdade – RDL – ESMARN – v. 14, n. 1, p. 73-97, jan/jun 2012, p. 78-79.

<sup>63</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *The Globalization of Crime*. ISBN: 978-92-1-130295-0. United Nations publication, Sales N°. E.10.IV.6, p. 39.

<sup>64</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. Transnational Organized Crime: Let's put them out of business. *Crimes: Human Trafficking*. Disponível em: <http://www.unodc.org/toc/en/crimes/human-trafficking.html> Acesso em: 05 de jan. de 2017.

contra o tráfico de pessoas.<sup>65</sup>



**Figura 6.** Percentagem de países abrangidos pelo Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas de 2009 que introduziram na sua legislação um delito específico de tráfico de pessoas. Fonte: [http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/Global\\_Report\\_on\\_TIP.pdf](http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/Global_Report_on_TIP.pdf)

Desde que o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC) começou a recolher informação, estudar as estatísticas e perfil das vítimas de tráfico, verificou que a proporção de crianças entre as vítimas tem aumentado.

Entre 2010 e 2012 foram descobertas cerca de 510 rotas de tráfico e entre os traficantes condenados, 72% são homens enquanto 28% são mulheres, embora os delinquentes femininos estejam sobre-representados quando comparados com outros crimes, uma vez que algumas gangues consideram as mulheres mais eficazes no aprisionamento das vítimas, ganhando sua confiança.<sup>66</sup>

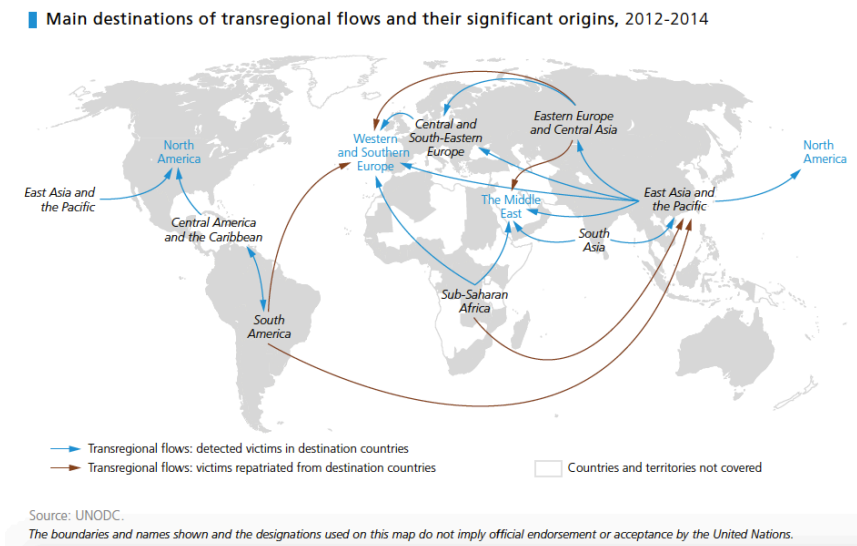
Todos os países do mundo são afetados pelo tráfico de seres humanos, como ponto de origem, de trânsito ou de destino, foram relatadas vítimas originárias de pelo menos 127 países encontradas em 137 países. Há vítimas traficadas dentro do seu próprio país, para

<sup>65</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Global Report on Trafficking in Person 2009*. Disponível em: < [http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/Global\\_Report\\_on\\_TIP.pdf](http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/Global_Report_on_TIP.pdf) > Acesso em: 09 maio 2016, p. 06.

<sup>66</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Global Report on Trafficking in Person 2014*. (...) p. 25-27 e 37.

países vizinhos e entre continentes.<sup>67</sup>

As rotas do tráfico acompanham as da imigração. O movimento foi tradicionalmente do Sul para o Norte, mas hoje também se dá entre regiões ou sub-regiões e dentro de países. A dificuldade em definir ao certo as rotas do tráfico reside na indisponibilidade de informações.<sup>68</sup>



**Figura 7.** Rotas de tráfico humano no mundo, entre 2012-2014. Fonte: [http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2016\\_Global\\_Report\\_on\\_Trafficking\\_in\\_Persons.pdf](http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2016_Global_Report_on_Trafficking_in_Persons.pdf)

O crime organizado diversificou-se, tornou-se global e atingiu proporções macroeconômicas: os bens ilícitos podem ser originários de um continente, traficados através de outro e comercializados num terceiro. O crime organizado transnacional pode permear agências e instituições governamentais, alimentando a corrupção, infiltrando negócios e políticas e dificultando o desenvolvimento econômico e social.<sup>69</sup>

Ressalta-se que, a globalização, trouxe consigo a promessa de mercados mais amplos e maiores lucros, criou complexas redes novas e até novas formas de beneficiar-se.<sup>70</sup>

No mais, entende-se que as influências culturais podem ser um fator relevante para os índices de exploração infantil, existindo em diversas regiões do mundo a prática de utilizar jovens, especialmente meninas, para a prostituição, considerando-as como “deusas sexo”.

<sup>67</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Transnational Organized Crime: Let's put them out of business. Crimes: Human Trafficking*. Disponível em: <http://www.unodc.org/toc/en/crimes/human-trafficking.html> Acesso em: 05 de jan. de 2017.

<sup>68</sup> JESUS, Damásio E. de. *Tráfico Internacional de Mulheres e Crianças – Brasil: aspectos regionais e nacionais*. São Paulo: Editora Saraiva, 2003, p. 21.

<sup>69</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Transnational Organized Crime: Let's put them out of business. Crimes: Human Trafficking*. Disponível em: <http://www.unodc.org/toc/en/crimes/human-trafficking.html> Acesso em: 05 de jan. de 2017.

<sup>70</sup> GALLAGHER, Anne T. *The International Law of Human Trafficking*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 2.

Nesse diapasão, a questão é proibida pela lei mas não no âmbito sociocultural de certas comunidades.<sup>71</sup> Infelizmente, ainda hoje visualizamos algumas normas culturais que são utilizadas de forma distorcida para justificar práticas de crimes desse porte.

De acordo com Kevin Bales, em seu estudo a respeito da “escravidão moderna”, encontrou exemplos de relacionamentos que teriam diferentes visões e significados dependendo do local em que ocorriam.<sup>72</sup>

Ainda, o ex secretário-geral da ONU, Kofi A. Annan, entende que o tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças, para trabalhos forçados e exploração para fim sexual, é uma das violações mais flagrantes dos direitos humanos que as Nações Unidas enfrenta. É ampla e crescente, enraizada em condições sociais e económicas, facilitada por práticas que discriminam as mulheres e conduzidos por cruel indiferença ao sofrimento humano por parte daqueles que exploram os serviços de que as vítimas são forçadas a oferecer.<sup>73</sup>

Não há dúvidas de que o tráfico de seres humanos é um problema global e um dos crimes mais vergonhosos do mundo, afetando a vida de milhões de pessoas e roubando-lhes a dignidade. Os traficantes enganam tanto mulheres, quanto homens e crianças de todos os cantos do mundo e, posteriormente, os obrigam a situações de exploração todos os dias.

Embora a forma mais conhecida e frequente de tráfico de seres humanos seja para fins de exploração sexual, centenas de milhares de vítimas são traficadas para fins de trabalho forçado, servidão doméstica, adoção ilegal, mendicância ou remoção de órgãos, conforme mencionado.

O tráfico de seres humanos está crescendo e pode ser possível que, dentro de uma década, supere o tráfico de drogas e o de armas.

## **5.2. Relatórios Globais sobre o Tráfico de Pessoas**

Sabemos que o tráfico de pessoas é um fenômeno global e dada esta difusão, é difícil estimar o tamanho do problema.

Embora o apoio da sociedade e das organizações internacionais tenha trazido soluções globais e eficazes de combate ao tráfico, os governos são os principais responsáveis por

---

<sup>71</sup> FREEMAN, Michael David Alan. The international library of essays on rights. *Children's Rights*. Volume II. London: Library of Congress Cataloging in Publication Data, 2004, p. 63-64.

<sup>72</sup> BALES, Kevin. *Testing a Theory of Modern Slavery*. Disponível em: <http://glc.yale.edu/sites/default/files/files/events/cbss/Bales.pdf> Acesso em: 10 dez 2016.

<sup>73</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Organized Crime*. Disponível em: <http://www.unodc.org/unodc/en/organized-crime/index.html> Acesso em: 09 de jan. de 2017.

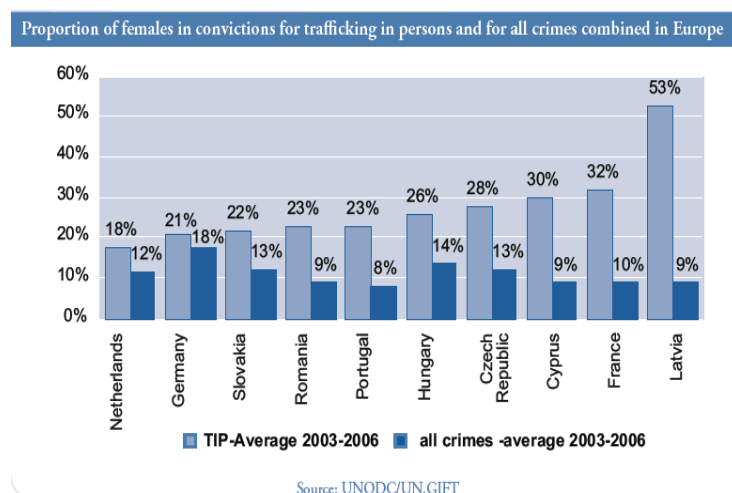
abordar o tema e é por isso que os Relatórios medem anualmente os esforços do governo no paradigma de processar os traficantes, proteger as vítimas e prevenir o crime. Ou seja, os relatórios não mostram a realidade do tráfico, em decorrência principalmente das dificuldades em identificação das vítimas, mas a capacidade de resposta dos governos.

### 5.2.1. Ano 2009<sup>74</sup>

Este relatório apresenta as informações reunidas por 10 pesquisadores do UNODC de 155 países e territórios de setembro de 2007 a julho de 2008, mas a informação em si refere-se ao período de 2003 a 2007.

A primeira vez que o UNODC tentou identificar padrões do tráfico humano foi em abril de 2006, mas foi em fevereiro de 2009 que o UNODC e a UN.GIFT publicaram um primeiro relatório global sobre o tráfico de seres humanos.

De acordo com o Relatório divulgado em 2009 mais de 2,4 milhões de pessoas foram vítimas de tráfico para fins comerciais, sendo a exploração sexual a finalidade de maior incidência, com 79% dos casos e a exploração laboral com 18% das situações identificadas. Um dado curioso trazido por esse documento foi o número surpreendente de mulheres envolvidas com o tráfico, mas não apenas como vítimas, o que é notável, mas também como traficantes.



**Figura 8.** Proporção de mulheres condenadas por tráfico de pessoas e outros crimes na Europa. Fonte: [http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/Global\\_Report\\_on\\_TIP.pdf](http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/Global_Report_on_TIP.pdf)

O número de condenações aumentou, mas não proporcionalmente ao tamanho do problema, visto que, em sua maioria, as condenações ainda ocorrem em apenas alguns países.

<sup>74</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Global Report on Trafficking in Person 2009*. Disponível em: < [http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/Global\\_Report\\_on\\_TIP.pdf](http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/Global_Report_on_TIP.pdf) > Acesso em: 09 maio 2016.

Constatou-se que entre 2007 e 2008, dois em cada cinco países abrangidos por este relatório não tinham registado uma única condenação.

No que diz respeito às vítimas, os dados coletados por esse estudo traçam, ainda que de forma superficial, o perfil das vítimas, sendo altamente influenciado pela legislação local e as prioridades dos países de destino. No mais, indicam que as redes criminosas captam vítimas locais e as vendem a outras redes criminosas e que os países de origem das vítimas são, normalmente, os países menos desenvolvidos.

Reportou-se notáveis casos de tráfico em âmbito nacional, regional, bem como, transfronteiriço. Nestes casos, a Europa é o principal continente de destino das vítimas das mais variadas origens, enquanto a Ásia é o principal continente de origem dessas vítimas e as Américas recebem e enviam praticamente na mesma proporção.

Os fluxos mais comuns ocorrem entre países da mesma região e vizinhos devido à maior facilidade para concretização, mas também há grande número de tráfico entre os continentes.

Algumas vítimas do sudeste asiático foram detectadas nas mais diversas regiões do mundo, como Europa, Américas, Oriente Médio, Ásia e África Central. Outros fluxos de tráficos notáveis foram: das vítimas originárias da África, com destino à Europa e América do Norte; de vítimas da América do Sul para a América do Norte e Europa, dentre outros.

De acordo com dados oficiais recolhidos pelo Observatório do Tráfico de Seres Humanos (OTSH) de Portugal, cerca de 479 potenciais vítimas foram comunicadas pela polícia ou por ONGs entre 2008 e 2011. Desses, 122 foram oficialmente reconhecidos como vítimas do tráfico humano, cerca de 60% sendo mulheres. Enquanto o tráfico para fins de exploração sexual continua significativo (47% das vítimas identificadas), surgiu uma nova tendência: aumento do número de casos de tráfico para fins de exploração do trabalho (46% de todas as vítimas durante o período de referência), que afeta principalmente homens.<sup>75</sup>

Poucas crianças foram identificadas como vítimas de tráfico humano, sendo 17 entre 2008 e 2011, das quais 14 eram meninas. A maioria das vítimas foi traficada para exploração sexual, mas também haviam 3 casos de tráfico para exploração do trabalho e 3 para tentativa de adoção ilegal. Enquanto as crianças eram principalmente de nacionalidade estrangeira (Romênia e Brasil), 5 crianças portuguesas também foram identificadas como vítimas de

---

<sup>75</sup> Report concerning the implementation of the Council of Europe Convention on Action against Trafficking in Human Beings by Portugal. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2013/12/gretainges.pdf>  
Acesso em: 10 out 2017.

tráfico durante o período de referência. A idade média foi de 14 anos.<sup>76</sup>

O relatório é a face mais visível e consequente instrumento de aferição dos resultados do trabalho das diversas entidades que integram o Sistema de Segurança Interna. Os desafios e ameaças da segurança interna situam-se também num âmbito transnacional.

O Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) de Portugal, realizado em 2009, revelou que 40% das mulheres vítimas do tráfico humano em Portugal são brasileiras. Baseado em 85 casos identificados em 2009, o estudo apontou que a maioria dessas mulheres originárias dos estados de Goiás, Minas Gerais e dos estados do Nordeste. Para o diretor do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal, o alto índice de brasileiras entre as vítimas está relacionado apenas ao número expressivo da comunidade brasileira em Portugal, com cerca de 100 mil pessoas, ou seja, mais de 20% do total de imigrantes no país. Segundo ele, o Serviço de Estrangeiros está trabalhando em parceria com autoridades brasileiras para combater o tráfico de seres humanos nos dois países.<sup>77</sup>

O relatório também especificou algumas características sobre os traficantes e aliciadores. Geralmente são de nacionalidade portuguesa, romena, brasileira, ucraniana e eslovaca, e para conquistar a vítima, oferecem propostas de trabalho com falsos benefícios.

Em Portugal é fornecido treinamento inicial e contínuo sobre tráfico de seres humanos aos policiais, incluindo treinamento em técnicas de investigação específicas, entrevistas de vítimas e proteção dessas vítimas. Os guardas de fronteira também são treinados anualmente. Os promotores e os juízes recebem treinamento pelo Centro de Estudos Judiciais como parte de sua indução ou desenvolvimento profissional contínuo. Além disso, o Observatório do Tráfico de Seres Humanos capacitou e orientou inspetores, profissionais de justiça, trabalhadores sociais, profissionais de saúde e representantes de ONGs em regiões com riscos especiais de tráfico de mão-de-obra na agricultura.<sup>78</sup>

---

<sup>76</sup> Report concerning the implementation of the Council of Europe Convention on Action against Trafficking in Human Beings by Portugal. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2013/12/gretainges.pdf> Acesso em: 10 out 2017.

<sup>77</sup> COE, Council of Europe. Secretariat of the Council of Europe Convention on Action against Trafficking in Human Beings (GRETA and Committee of the Parties) Council of Europe. *Compendium of good practices on the implementation of the Council of Europe on Action against Trafficking in Human Beings*. Disponível em: <https://rm.coe.int/16806af624> Acesso em: 12 jun 2017. P. 06-12.

<sup>78</sup> *Idem*.



### 5.2.2. Ano 2012<sup>79</sup>

Com o quadro do Plano de Ação Global das Nações Unidas para Combater o Tráfico de Pessoas, adoptado em julho de 2010, a Assembleia Geral ordenou ao UNODC que elaborasse um Relatório Global de dois em dois anos. O Relatório de 2012 ficou responsável por iniciar os trabalhos e trazer uma visão geral dos padrões e fluxos de tráfico de pessoas, incluindo um capítulo sobre a resposta mundial ao tráfico de pessoas.

O Plano de Ação Global lista uma série de disposições específicas a serem adotadas pela comunidade internacional para promover a ratificação universal e reforçar a implementação do Protocolo de Palermo. Também levou à criação do Fundo Fiduciário Voluntário das Nações Unidas para as Vítimas do Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças (United Nations Voluntary Trust Fund for Victims of Trafficking in Persons, Especially Women and Children).

Entre 2007 e 2010, foram identificadas pelo menos 460 rotas de tráfico ao redor do mundo. De acordo com este relatório foram detectadas vítimas de pelo menos 136 nacionalidades diferentes em 118 países. As mulheres são cerca de 55-60% de todas as vítimas traficadas detectadas, se somadas com a quantidade de meninas, juntas são em torno de 75% e 14% são homens. não muito distante do que foi notificado pelo relatório de 2009.

Já o percentual de crianças vítimas do tráfico cresceu se compararmos o período de 2003 a 2006 que somavam 20%, quanto ao período de 2007 a 2010 no qual somam 27% das vítimas e dentre elas, a cada 3 vítimas, 2 são meninas e 1 é menino.

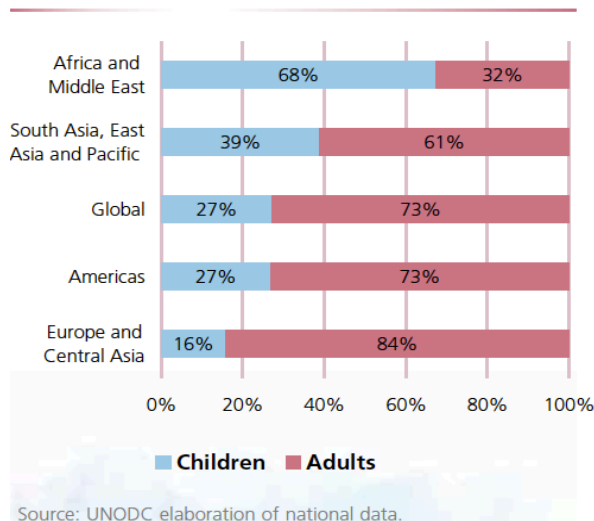
Quando os valores são comparados a nível global, o tráfico de crianças parece ser menos frequente do que o tráfico de adultos, no entanto, quando se consideramos os dados a nível regional e nacional, em muitos países, as crianças foram mais frequentemente detectadas como vítimas.

Geralmente os traficantes são homens, mas o número de mulheres que fazem parte da rede segue em crescimento, similar ao demonstrado pelo relatório de 2009. Nas regiões da Europa do Leste e Ásia Central elas são a maioria.

---

<sup>79</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Global Report on Trafficking in Person 2012*. Disponível em: [https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/Trafficking\\_in\\_Persons\\_2012\\_web.pdf](https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/Trafficking_in_Persons_2012_web.pdf) Acesso em: 09 maio 2016.

**FIG. 8: Share of child victims detected, by region, 2007-2010**



**Figura 9.** Percentagem de vítimas detectadas por região. Fonte: [https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/Trafficking\\_in\\_Persons\\_2012\\_web.pdf](https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/Trafficking_in_Persons_2012_web.pdf)

No âmbito das condenações os índices foram muito baixos, no período de 2007 e 2010, de 132 países abrangidos 16% não registraram uma única condenação por crimes de tráfico e 23% registraram menos de 10 condenações.<sup>80</sup>

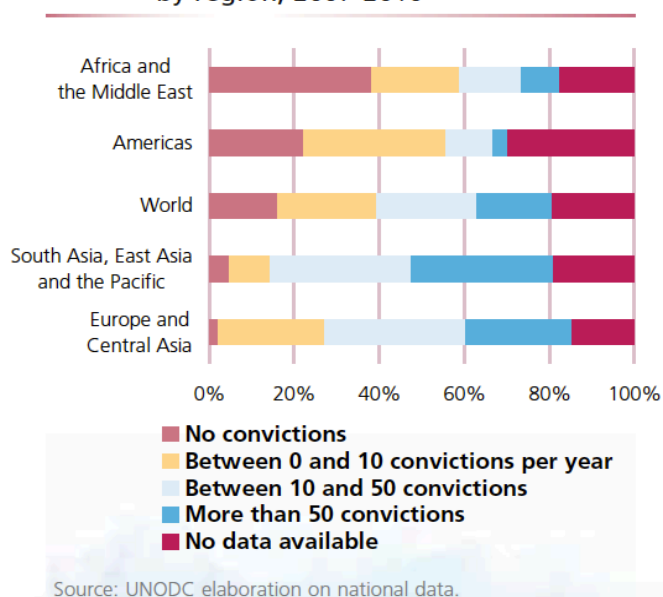
O tráfico de pessoas destinado a exploração sexual foi encontrado com mais frequência na Europa, Ásia Central e América, sendo 58% dos casos de tráfico notificados. Enquanto o tráfico para fins de trabalho forçado é comum na África, Oriente Médio, Sul e Leste asiático e no Pacífico, sendo assim 36% dos casos.<sup>81</sup>

Ressalta-se que, o tráfico para trabalho forçado constituía 18% para o período 2003-2006 (relatório anterior), tendo então duplicado. A OIT estima que há quase 21 milhões de vítimas para esse fim, entre 2002-2011.

<sup>80</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Human Trafficking. Case Law Database*. Disponível em: <https://www.unodc.org/cld/en/about/index.html> Acesso em 20 jan. 2017.

<sup>81</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Global Report on Trafficking in Person 2012*. Disponível em: [https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/Trafficking\\_in\\_Persons\\_2012\\_web.pdf](https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/Trafficking_in_Persons_2012_web.pdf) Acesso em: 09 maio 2016, p 11 e 34-37.

**FIG. 54: Number of convictions recorded per year, percentage of countries, by region, 2007-2010**



**Figura 10.** Número de condenações registadas por ano, percentagem de países, por região entre 2007-2010.

Fonte: [https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/Trafficking\\_in\\_Persons\\_2012\\_web.pdf](https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/Trafficking_in_Persons_2012_web.pdf)

Para outros tipos de exploração tipificados, como a servidão, os casamentos forçados, a adoção ilegal, a participação em combates armados, representaram 6% do número total de casos detectados em 2010.

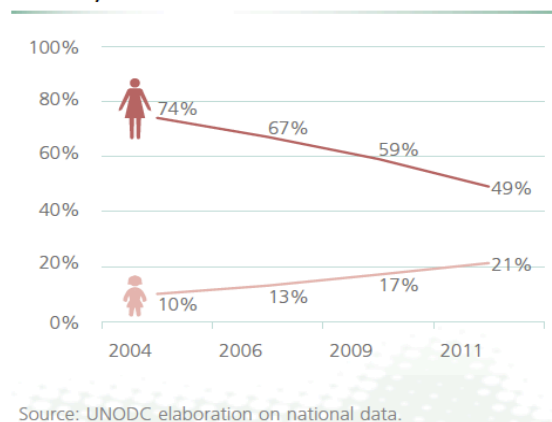
### 5.2.3. Ano 2014<sup>82</sup>

Este Relatório traz dados obtidos entre 2010 e 2012 ou mais recente. Nesse período de estudo, foram identificadas pelo menos 510 rotas de tráfico ao redor do mundo, mais do que no período que cuida o relatório anterior. No mais, foram detectadas vítimas de pelo menos 152 nacionalidades diferentes em 124 países.

O Relatório mostra que 33% das vítimas de tráfico são crianças, havendo assim um aumento de 5% de vítimas crianças em comparação com o período de 2007 à 2010. As meninas são 2 em cada 3 crianças vitimadas, somando 21% das vítimas e, em conjunto com as mulheres, representam 70% das vítimas do tráfico total no mundo. Os homens somam 18% e os meninos 12%. Conforme mostra o gráfico a seguir.

<sup>82</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Global Report on Trafficking in Person 2014*. Disponível em: <[https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/GLOTIP\\_2014\\_full\\_report.pdf](https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/GLOTIP_2014_full_report.pdf)> Acesso em: 09 maio 2016, p. 37-38.

**Trends in the shares of females (women and girls) among the total number of detected victims, 2004-2011**



**Figura 11.** Tendências percentual de vítimas mulheres e meninas entre 2004-2011.

Fonte: [https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/GLOTIP\\_2014\\_full\\_report.pdf](https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/GLOTIP_2014_full_report.pdf)

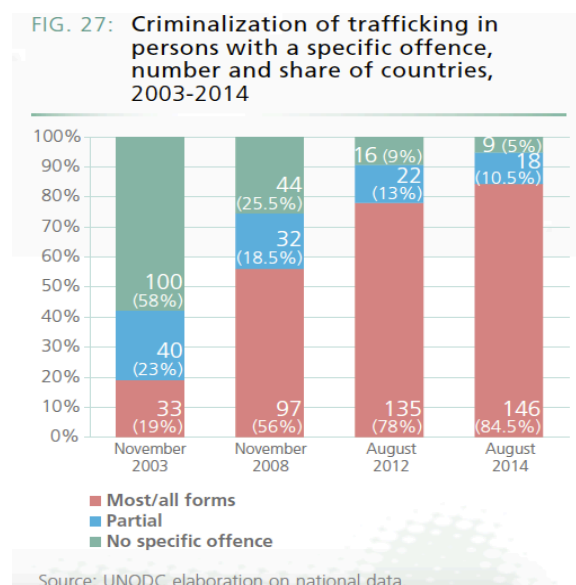
Embora a maioria das vítimas ainda seja submetida à exploração sexual as outras formas de exploração são cada vez mais detectadas.

O tráfico para trabalho forçado foi o que mais cresceu com o passar do tempo, se compararmos os períodos de estudo dos relatórios anteriores. Esse tipo de exploração constituía 18% para o período 2003-2006, passando a 36% para o período de 2007-2010 e 40% entre 2010-2012.

Quanto ao gênero das vítimas, 79% das vítimas são mulheres e meninas, conforme constatado também nos relatórios anteriores.

A partir de agosto de 2014, dos 173 países analisados, cerca de 85% criminalizam o tráfico de pessoas e criaram legislação específica. No entanto, 10% desses países têm legislação parcial que abrange apenas algumas vítimas ou certas formas de exploração e 5% não dispõem de nenhum tipo de legislação a respeito do tema.

Embora este progresso legislativo seja notável, o uso das leis para processar e condenar os traficantes continua a ser limitado e há uma grande necessidade de aumentar tanto a capacidade como a conscientização da aplicação da lei para melhor responder ao tráfico.



**Figura 12.** Criminalização do tráfico de pessoas com uma infração específica, número e percentagem de países, 2003-2014. Fonte: [https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/GLOTIP\\_2014\\_full\\_report.pdf](https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/GLOTIP_2014_full_report.pdf)

Quanto aos traficantes, em sua maioria ainda são homens, mas o número de mulheres continuou crescendo, somando cerca de 30% dos criminosos.

## 5.2.4 Ano 2016<sup>83</sup>

O estudo decorreu no período de 2012 e 2014. Foram identificadas mais de 570 rotas de tráfico ao redor do mundo, percentual similar o encontrado pelo relatório de 2014 e detectadas vítimas de pelo menos 160 nacionalidades diferentes em 140 países.

Nessa edição do Relatório Global, há ainda uma investigação de como migrantes e refugiados podem ser vulneráveis ao tráfico de pessoas.

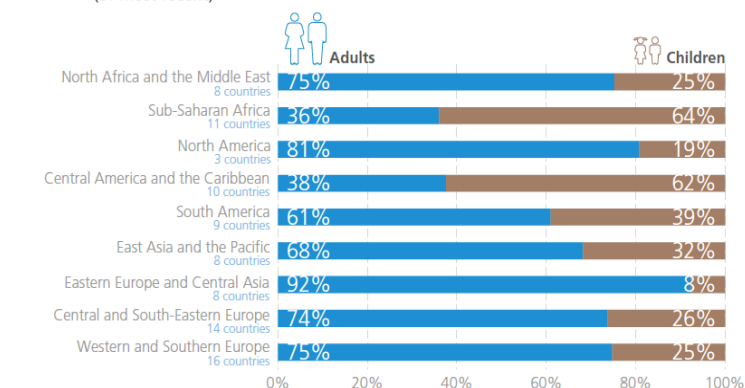
Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados informou que, no final de 2015, mais de 65 milhões de pessoas foram deslocadas à força em todo o mundo em consequência de perseguições, conflitos, violências ou violações de direitos humanos, um aumento de 6 milhões em comparação com apenas 12 meses antes.

Nos últimos 10 anos, o perfil das vítimas mudou. Embora a maioria ainda sejam mulheres (51%), crianças (28%), os homens (21%) agora compõem partes maiores do número total de vítimas, a depender da localidade considerada.

Em algumas regiões o número de crianças é ainda maior, em regiões da África Subariana, por exemplo, a percentagem de crianças chega a 64%.

<sup>83</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Global Report on Trafficking in Person 2016*. Disponível em: [http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2016\\_Global\\_Report\\_on\\_Trafficking\\_in\\_Persons.pdf](http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2016_Global_Report_on_Trafficking_in_Persons.pdf) Acesso em: 09 jan 2017, p. 05 e 39-40.

**FIG. 8** Shares of adults and children among detected trafficking victims, by region, 2014 (or most recent)



Source: UNODC elaboration of national data.

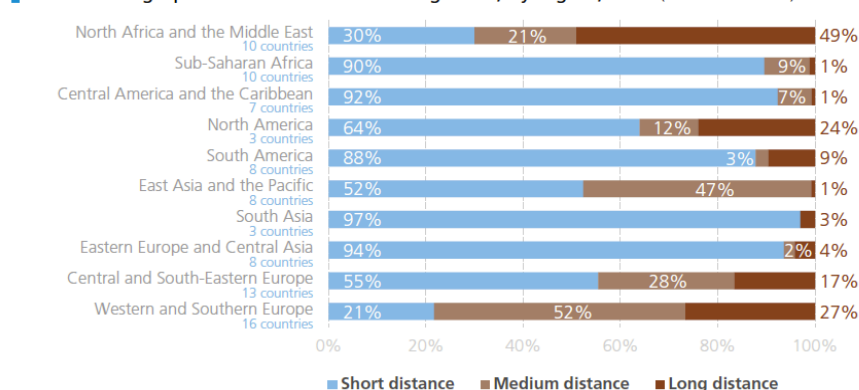
**Figura 13.** Percentual de vítima por região em 2014. Fonte: [http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2016 Global Report on Trafficking in Persons.pdf](http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2016%20Global%20Report%20on%20Trafficking%20in%20Persons.pdf)

Visualizou-se aumento do número de crianças traficadas em cada ano do relatório, podemos afirmar que sua ocorrência se deu, principalmente, por essas vítimas serem as mais vulneráveis. Além de questões “culturais”, incluindo casos em que os próprios países vendem as crianças. Estatísticas também indicam que em países com população mais jovem tem número maior de crianças traficadas.

Outrossim, o número de mulheres traficantes passou de 30% dos criminosos para 37%.

Apesar do grande número de tráfico intercontinental cerca de 42% das vítimas detectadas são traficadas internamente, através de ligações entre o tráfico transfronteiriço e os fluxos migratórios regulares.

**FIG. 25** Geographical distance of trafficking flows, by region, 2014 (or most recent)



Source: UNODC elaboration of national data.

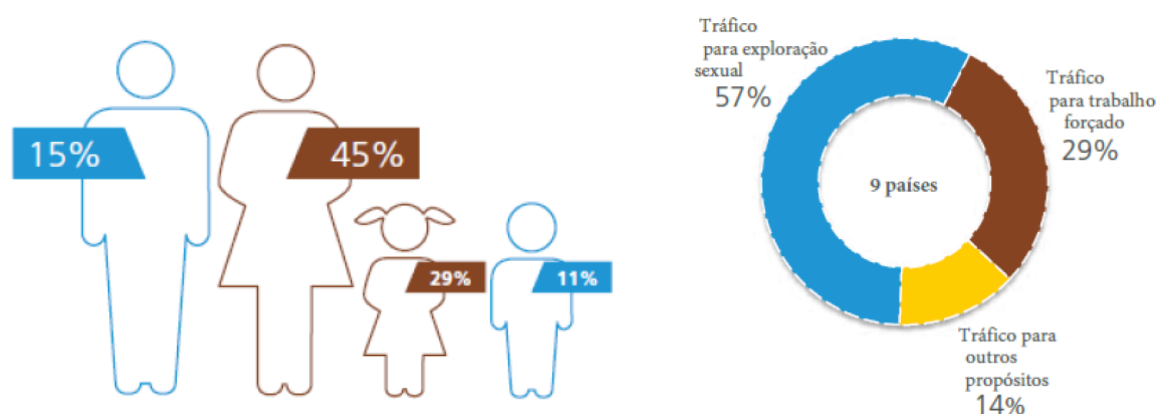
**Figura 14.** Distância entre os fluxos de tráfico por região em 2014. Fonte: [http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2016 Global Report on Trafficking in Persons.pdf](http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2016%20Global%20Report%20on%20Trafficking%20in%20Persons.pdf)

O número de países com leis que criminalizam a maioria das formas de tráfico de pessoas, de acordo com a definição utilizada pelo Protocolo de Tráfico de Pessoas, aumentou de 2003 para 2016, passando de 18% para 88%.

Todavia, o número de condenações anuais ainda é baixo, de 136 países, 40% registraram apenas 10 ou menos no período de 2012 a 2014, enquanto 15% não registrou uma única condenação.

Em um panorama regional, a América do Sul é uma região de destino, origem e trânsito, mas o tráfico interno representa 78% do fluxo na região.

O perfil mais detectado de vítimas é o de mulheres adultas, chegando a 45%, mas meninas, crianças e adolescentes, também foram frequentemente identificadas. Diante desse cenário, é fácil prever que a forma de exploração mais detectada foi a exploração sexual, cerca de 57%, ficando o tráfico para trabalho forçado logo após, com 29% das vítimas.



**Figura 15.** Vítimas de tráfico detectados na América do Sul por gênero e idade e formas de exploração entre os casos detectados na América do Sul. Fonte: [http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2016\\_Global\\_Report\\_on\\_Trafficking\\_in\\_Persons.pdf](http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2016_Global_Report_on_Trafficking_in_Persons.pdf)

O perfil dos traficantes corresponde aos padrões globais, sendo a maioria homens, no entanto, o número de mulheres envolvidas na participação do crime de tráfico de pessoas é muito alto se comparado a outros crimes, sendo cerca de 34%, o que pode ser uma situação facilitadora para o recrutamento das vítimas do sexo feminino que acabam criando um vínculo com as traficantes que fazem aquelas acreditarem que uma mulher não faria mal a outra e aproveitam da situação de vulnerabilidade já existente.

Em caráter global, o número de investigações e condenações ainda é muito baixo se comparado com o número de vítimas detectadas.

Segundo o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de Portugal, realizado em

2016<sup>84</sup> das 261 presumíveis vítimas de tráfico de seres humanos identificadas, 228 foram registadas em Portugal e 33 dizem respeito a cidadãos portugueses no estrangeiro sendo que a maioria estava relacionada com exploração laboral seguindo a sexual. Segundo o relatório, as sinalizações em Portugal aumentaram 68,9% e de portugueses no estrangeiro diminuiram 43,1%.

Segundo o Relatório americano sobre Tráfico de Pessoas de 2017 (US Trafficking in Person 2017)<sup>85</sup> o governo de Portugal, por exemplo, cumpre integralmente os padrões mínimos para a eliminação do tráfico e continua a demonstrar esforços para a repressão do tráfico, aumentando o número de investigações, processos, condenações e vítimas identificadas. O governo alterou seu código trabalhista para ampliar a responsabilidade pela defesa das proteções aos trabalhadores, acrescentou uma quinta equipe regional anti-tráfico interdisciplinar para ajudar as vítimas e continuou a financiar três abrigos operados por ONGs.

Mas embora o país cumpra os padrões mínimos, as penalidades para os traficantes condenados foram menos severas em comparação aos anos anteriores e, em alguns casos, as sentenças foram suspensas, enquanto foram identificadas significativamente mais vítimas, especialmente para exploração sexual.

## **6. PRINCIPAIS INSTRUMENTOS LEGAIS RELATIVOS AO TRÁFICO DE PESSOAS**

Do começo do século XX até o presente, alguns instrumentos legais foram adotados, mas a discussão sobre o complexo fenômeno do tráfico de pessoas só ganhou força, de fato, com a evolução e a consolidação da normativa internacional de proteção dos direitos humanos.<sup>86</sup> Depois de muito tempo é que instrumentos de direito internacional trataram expressamente sobre o assunto.

Pode-se dizer que a legislação internacional sobre o tema teve início a partir de 1814, com o Tratado de Paris que se ocupou primeiro do tráfico de negros, objeto de comércio para a escravidão.

---

<sup>84</sup> Gabinete do Secretário Geral. *Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) 2016*. Disponível em: [http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relatório%20Anual%20de%20Segurança%20Interna%20\(RIASI\)/IASI%202016.pdf](http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relatório%20Anual%20de%20Segurança%20Interna%20(RIASI)/IASI%202016.pdf) Acesso em: 12 jun 2017, p. 48-49.

<sup>85</sup> U.S, United States of America. *Trafficking in Person Report. June 2017*. Disponível em: <https://www.state.gov/documents/organization/271339.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018, p. 329-331.

<sup>86</sup> CAMPOS, Bárbara Pinowska Cardoso. *O Tráfico De Pessoas à Luz da Normativa Internacional de Proteção dos Direitos Humanos*. Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, v. 7, n 7, Ano 2006/2007, p. 37-38.



O tráfico, no que diz respeito aos seres humanos em geral, entrou em uso internacional em conexão com a denominada “White Slavery” ou “Escravidão Branca”, termo usado inicialmente para referir-se ao recrutamento forçado ou fraudulento à prostituição. A primeira Convenção contra a “Escravidão Branca” (Convention against White Slavery), foi adotada em 1904. Segundo Gallagher tráfico foi por meio desta convenção que se repercutiu para o início da visão internacional sobre o tema e uma busca, ainda que remota, para o seu confronto.<sup>87</sup>

A partir de 1814, o Tratado de Paris se ocupou primeiro do tráfico de negros, objeto de comércio para a escravidão e essa preocupação inicial com o tráfico de negros da África, para exploração laboral, agregou-se a do tráfico de mulheres brancas para prostituição. A prostituição, nessa primeira fase, era considerada um atentado à moral e aos bons costumes, muito tempo depois é que se passou a tratar a dignidade da pessoa humana como o bem jurídico afetado pelo tráfico.<sup>88</sup>

Inicialmente a prostituição era mencionada como uma categoria única, hoje é gênero e desdobra-se no turismo sexual, prostituição infantil, pornografia, prostituição forçada, escravidão sexual, casamento forçado.<sup>89</sup>

Em 1921, um importante Acordo foi criado com a finalidade de reprimir o tráfico de mulheres e crianças, tratava-se da Convenção para a Supressão do Tráfico de Mulheres e Crianças (International Convention for the Suppression of Traffic in Women and Children), 1926 em a Convenção sobre a Escravidão (Slavery Convention), em 1933 da Supressão do Tráfico de Mulheres (International Convention for the Suppression of the Traffic in Women of Full Age), com uma Emenda realizada em 1947.<sup>90</sup>

Outros instrumentos de direito internacional que incluem segmentos contra a escravidão e o tráfico de pessoas que podemos citar são: a famosa Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (Universal Declaration of Human Rights), Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos 1966 (International Covenant on Civil and Political Rights 1966), Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966 (International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights 1966).<sup>91</sup>

---

<sup>87</sup> GALLAGHER. Anne T. *The International Law of Human Trafficking*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 13-14.

<sup>88</sup> MJ, Ministério da Justiça. *Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*. Brasília. Cartilha 2007, p. 11-14.

<sup>89</sup> *Idem*.

<sup>90</sup> GALLAGHER. Anne T. *The International Law of Human Trafficking*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 13-14.

<sup>91</sup> PALMIOTTO, Michael J. *Combating Human Trafficking: A Multidisciplinary Approach*. CRC Press. Taylor & Francis Group, 2015, p xix-xx.

Também fazem parte deste escopo de instrumentos legais ainda a Convenção das Nações Unidas para a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outros de 1949 (The United Nations Convention for the Suppression of the Traffic in Persons and of the Exploitation of the Prostitution of Others), a Convenção e Protocolo Final para a Repressão do Tráfico de Pessoas e do Lenocínio de 1949 (Lake Success), a Convenção Europeia dos Direitos do Homem de 1950 (European Convention on Human Rights 1950), os Pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos de 1966 (The International Covenants on Civil and Political Rights), a Convenção Suplementar Relativa a Abolição da Escravatura, Tráfico/Comércio de Escravos e das Instituições e Práticas Semelhantes à Escravidão de 1956 (the Supplementary Convention on the Abolition of Slavery, the Slave Trade, and Institutions and Practices Similar to Slavery)<sup>92</sup>, Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969 (American Convention on Human Rights 1969) que trouxe em seu texto especificamente o "tráfico de mulheres", a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres de 1979 (The Convention on the Elimination of all Forms of Discrimination Against Women), Carta Africana dos Direitos dos Homens e dos Povos de 1981 (African Charter on Human and People's Rights 1981) que apresentou também uma abordagem diferente da escravidão, tratando-a como uma forma de degradação ao lado da tortura, a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989.<sup>93 94</sup>

Esses instrumentos lançaram as bases para as convenções contemporâneas e os esforços para eliminação do tráfico.

Visualizamos que os primeiros instrumentos que tratam do tráfico de seres humanos estão intimamente ligados à abolição da escravidão, em decorrência da interação entre os crimes, conforme mencionado no início do presente trabalho. Podemos dizer assim, que o tráfico é a forma de escravidão moderna trazida com a globalização.

As crescentes preocupações levaram à Organização das Nações Unidas (ONU) à criação do United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC), cujo objetivo é combater o tráfico e outros aspectos do crime organizado, criando ainda, um documento normativo que visa estabelecer normas a serem seguidas pelos Estados signatários.

Em dezembro de 1998, a Assembleia Geral da ONU, através da resolução 53/111,

---

<sup>92</sup> MJ, Ministério da Justiça. Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Brasília. Cartilha 2007, p. 10-11.

<sup>93</sup> KING, Lindsey. *International Law and Human Trafficking*. Human Rights and Human Welfare. Online Journal of Academic Literature Review. University of Denver. Disponível em: <http://www.du.edu/korbel/hrhw/researchdigest/trafficking/InternationalLaw.pdf> Acesso em 10 dez 2016.

<sup>94</sup> GALLAGHER. Anne T. *The International Law of Human Trafficking*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 14-15.

decidiu estabelecer um Comitê Aberto Intergovernamental Ad Hoc com o objetivo de elaborar uma convenção internacional global contra o crime organizado transnacional e de se discutir a elaboração, conforme o caso, dos instrumentos internacionais específicos sobre o tráfico de mulheres e crianças, o combate à fabricação e tráfico ilícitos de armas de fogo, suas peças e componentes e munições, o tráfico ilícito de e transporte de migrantes, incluindo por via marítima. Em dezembro de 1999, através da resolução 54/126, solicitou ao Comitê a continuação do trabalho, intensificando-o, a fim de concluí-lo em 2000. Aceitou com satisfação o oferecimento do Governo da Itália para hospedar, em Palermo, a Conferência de Alto Nível com a finalidade de assinar a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional e os seus protocolos, principal ferramenta jurídica destinada a combater o tráfico de seres humanos.<sup>95</sup>

Os grupos criminosos aproveitaram a economia globalizada de hoje e a tecnologia sofisticada também veio com ela, mas os esforços para combatê-los eram muito fragmentados.

As preocupações a respeito das violações dos direitos humanos tornaram-se maiores para a sociedade internacional a partir da 2ª Guerra Mundial e especialmente com a criação das Nações Unidas. Mas foi apenas em 2000 que foi implementado instrumento legal que representa o marco fundamental nos esforços internacionais para enfrentar o tráfico de seres humanos, a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (*United Nations Convention against Transnational Organized Crime*) ou Convenção de Palermo e o Protocolo relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças (*Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons, Especially Women and Children, supplementing the United Nations Convention against Transnational Organized Crime*), em complementação à Convenção.

O fenômeno do tráfico foi intensificado nas últimas décadas em decorrência de causas múltiplas e seu resultado é uma combinação de fatores políticos, econômicos, históricos, sociais e culturais.

Os números são alarmantes, como ficará demonstrado no presente trabalho, mas a verdade é que não é fácil, diante da própria natureza ilícita do ato, determinar a sua real dimensão.

Por trás dos crescentes movimentos migratórios que alimentam as expectativas e os

---

<sup>95</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *United Nations Convention against Transnational Organized Crime and The Protocols Thereto*. Disponível em: <<http://www.unodc.org/documents/treaties/UNTOC/Publications/TOC%20Convention/TOCebook-e.pdf>> Acesso em: 24 de out. de 2016, p. 1-2.

sonhos dos que, em decorrência das enormes disparidades socioeconômicas, buscam alternativas e melhoria de vida, podemos identificar inúmeros indivíduos que se aproveitam da inocência de alguns nessa busca por qualidade de vida ao oferecerem o tráfico cruel revestido de oportunidade. Esse é o caso típico do chamado tráfico de migrantes ou contrabando de migrantes, tratado especificamente pelo denominado Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea.<sup>96</sup>

A globalização, trouxe consigo a promessa de mercados mais amplos e maiores lucros, criou complexas redes novas e até novas formas de exploração diante da facilidade com que pessoas e mercadorias viajam entre as nações.

Segundo dados, o número de passageiros aéreos cresceu aproximadamente 5% ao ano nos últimos 30 anos. Calcula-se que em 2007, as companhias aéreas do mundo realizaram mais de 29 milhões de voos regulares, transportando mais de 2,2 bilhões de passageiros entre cerca de 3.750 aeroportos em cidades em todo o mundo. No entanto, mais de 90% do comércio global é transportado por mar e em comparação aos anos de 1996 e 2007, a quantidade de toneladas transportadas quase triplicou. Ainda mais rápido foi a expansão do crescimento das comunicações globais.<sup>97</sup>

A internet também foi um grande precursor desse tipo de crime, em decorrência da velocidade de conexão que ela proporciona e, ainda, os criminosos estão escondidos e protegidos atrás de um computador. Assim, os criminosos visualizaram uma grande oportunidade no ciberespaço.

Até o ano de 2012, a Internet atingiu os bilhões usuários, um crescimento mundial de 566% a partir do ano de 2000.<sup>98</sup> E permanece em crescimento, junto com ele a dificuldade no controle de uma rede tão grande, tornando-se parte da operação.

Assim, essa expansão proporciona a mobilidade necessária tanto a atividade internacional, especialmente as ilícitas.

---

<sup>96</sup> MJ, Ministério da Justiça. *Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*. Brasília. Cartilha 2007, p. 19-20.

<sup>97</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *The Globalization of Crime*. ISBN: 978-92-1-130295-0. United Nations publication, Sales N°. E.10.IV.6, p. 29-31.

<sup>98</sup> PALMIOTTO, Michael J. *Combating Human Trafficking: A Multidisciplinary Approach*. CRC Press. Taylor & Francis Group, 2015, p 61-62.

### **6.1. Convenção para a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outros de 2 de dezembro de 1949 (*Convention for the Suppression of the Traffic in Persons and of the Exploitation of the Prostitution of Others of 2 December 1949*)**

A Convenção de 1949 foi aprovada pela Resolução 317 da Assembleia Geral das Nações Unidas em 2 de dezembro de 1949, entrando em vigor em julho de 1951, atualmente com 82 partes.

A Convenção para a Supressão do Tráfico de Pessoas e Exploração da Prostituição de 1949 é um projeto elaborado pela antiga Sociedade das Nações em 1937, a tentativa de unificar os instrumentos que tratavam sobre o tema, como o Acordo Internacional de 18 de maio de 1904 para a Supressão do Tráfico de Brancas, alterado pelo Protocolo aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 3 de dezembro de 1948; a Convenção Internacional de 4 de Maio de 1910 Relativa à Supressão do Tráfico de Brancas, alterada também pelo Protocolo de 3 de dezembro de 1948; a Convenção Internacional de 30 de setembro de 1921 para a Supressão do Tráfico de Mulheres e Crianças, alterada pelo Protocolo aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de outubro de 1947 e a Convenção Internacional de 11 de outubro de 1933 para a Supressão do Tráfico de Mulheres Adultas, alterado pelo Protocolo anteriormente citado.

Já no início do seu texto, estabelece a punição dos traficantes responsáveis por aliciar, atrair ou desviar uma pessoa, com vista à prostituição e que a explore, independentemente do consentimento da vítima (art. 1º). Em seu próximo artigo estende a punição àqueles envolvidos de forma mais indireta, dirigindo, financiando ou contribuindo de alguma forma com casas de prostituição (art. 2º) e, ainda, na medida do permitido por cada legislação em âmbito nacional, toda a tentativa e todo o ato preparatório praticado com vista a cometer as infrações também será punido.

Com a finalidade de facilitar a prevenção dos crimes, cada uma das partes na presente Convenção deve criar e manter um serviço encarregado de coordenar e centralizar os resultados das pesquisas relativas às infrações visadas nesta Convenção, os quais deverão reunir todas as informações necessárias e estar em estreita cooperação e contato com outros Estados, a fim de facilitar a prevenção e a repressão dos crimes (art. 15).

Quanto a proteção da vítima esse instrumento visa encorajar a criação de serviços sociais, econômicos, de ensino, de higiene, assegurar o sustento provisório, repatriar as que precisem e outros similares para assim assegurar a reeducação e a reintegração social das

vitimas (art. 16 e seguintes). E ainda, aprovar os regulamentos necessários para proteção dos imigrantes ou emigrantes, com vigilância nos aeroportos, portos e estradas; conscientizar a população sobre os perigos do tráfico.

## **6.2. Convenção sobre o Direito da Criança de 1989 (*Convention on the Rights of the Child*)**

Adotada pela Resolução 44/25 da Assembleia Geral, a Convenção possui atualmente 196 partes.

Considerando que, em virtude de sua falta maturidade física e mental, as crianças necessitam de proteção e cuidados peculiares, inclusive a devida proteção legal, tanto antes quanto após seu nascimento, dessa maneira, a Convenção sobre o Direito da Criança de 1989 trouxe diretrizes importantes aos Estados Parte para que sejam instituídas medidas para a luta contra a transferência ilegal de crianças para o exterior e a retenção ilícita das mesmas fora do país (art.11), bem como para a tomada de decisões pelos Estados Parte, de caráter nacional, bilateral e multilateral que sejam necessárias para impedir o sequestro, a venda ou o tráfico de crianças para qualquer fim ou sob qualquer forma (art. 35).

Os Estados Parte protegerão as crianças contra todas as formas de exploração que sejam prejudiciais para qualquer aspecto de seu bem-estar (art. 36). E devem adotar todas as medidas apropriadas para estimular a recuperação física e psicológica dessas crianças abusadas, com reintegração social em ambiente que estimule a saúde, o respeito próprio e a dignidade da criança.

## **6.3. Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (*United Nations Convention against Transnational Organized Crime*)**

Primeiro instrumento global para combate ao Crime Organizado Transnacional e tendo a dignidade da pessoa humana como bem jurídico tutelado.<sup>99</sup> Dá-nos uma nova ferramenta para enfrentar o flagelo do crime como um problema global. Com uma cooperação internacional reforçada gerando impacto real sobre a capacidade de criminosos internacionais.<sup>100</sup>

---

<sup>99</sup> RODRIGUES, Thaís de Camargo. *Tráfico Internacional de Pessoas Para Exploração Sexual*. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 98-100.

<sup>100</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *United Nations Convention against Transnational Organized Crime and The Protocols Thereto*. Disponível em: <<http://www.unodc.org/documents/treaties/UNTOC/Publications/TOC%20Convention/TOCebook-e.pdf>> Acesso em: 24 de out. de 2016, p. iv.

Esta Convenção foi aprovada pela Resolução da Assembleia Geral 55/25, de 15 de novembro de 2000 e aberta à assinatura dos Estados-membros em uma conferência política de alto nível convocada para o efeito, em Palermo, na Itália, entre 12 e 15 de Dezembro de 2000, entrando em vigor em 29 de Setembro de 2003.

Considerado o principal instrumento e legislação internacional sobre o tema em comento, representando um grande passo na luta contra o crime organizado transnacional, demonstrando o reconhecimento, pela comunidade internacional, da gravidade do problema, bem como a vontade política para responder a um desafio global com uma resposta global.

A Convenção de Palermo e seus Protocolos adicionais são, antes de tudo, tratados de combate ao crime organizado transnacional. O peso dessa abordagem repressiva é mais evidente se compararmos os dispositivos do Protocolo sobre o Tráfico de Pessoas referentes às medidas de controle e fiscalização com os artigos relativos à proteção e assistência às vítimas. Entrou em vigor, demonstrando o compromisso da comunidade internacional para enfrentar este desafio.

A Convenção aplica-se a todas as formas de tráfico, relacionadas ou não com a criminalidade organizada, todas as vítimas (mulheres, homens ou crianças) e todas as formas de exploração (exploração sexual, trabalho forçado, servidão, etc.).

As diferentes formas de cooperação internacional trazidas por essa Convenção incluem: extradição (art. 16); assistência judiciária (art. 18); transferência de processos (art. 21); transferência de pessoas condenadas (art. 17); apreensão de bens (art. 13); troca de informação e a cooperação na condução de investigações; investigações conjuntas (art. 19); técnicas especiais de investigação (art. 20); apurado corpo diplomático e autoridade competentes (art. 27); acordos bilaterais e multilaterais, dentre outros.

A Convenção traz a definição de “grupo criminoso organizado” em seu artigo 2º, alínea a), sendo: “Um grupo estruturado de três ou mais pessoas, formado de maneira não fortuita para a prática imediata de uma infração, ainda que os seus membros não tenham funções formalmente definidas, que não haja continuidade na sua composição e que não disponha de uma estrutura elaborada; existente há algum tempo e atuando concentradamente com o propósito de cometer uma ou mais infrações graves ou enunciadas na presente Convenção, com a intenção de obter, direta ou indiretamente, um benefício econômico ou outro benefício material”.

Tal Convenção é referência global de proteção com 187 partes sendo um marco que oferece aos seus Estados parceiros um quadro de cooperação para combater o problema do crime organizado.

Estados que ratificam o instrumento ficam comprometidos a uma série de medidas, incluindo a criação de delitos domésticos (participação em um grupo criminoso organizado, lavagem de dinheiro, corrupção e obstrução da justiça), adoção de marcos de extradição, assistência jurídica mútua e cooperação policial, além de promoção de treinamento e assistência técnica para a construção ou melhoria da capacidade necessária das autoridades nacionais.<sup>101</sup>

Esse tipo de crime diversificou-se e atingiu proporções macroeconômicas, podendo permear agências e instituições governamentais, alimentando a corrupção, infiltrando negócios e políticas e dificultando o desenvolvimento econômico e social.<sup>102</sup> Conforme mencionado, o crime organizado transnacional é um grande negócio, gerando ganhos estimados em US\$ 870 bilhões por ano e incontáveis vítimas.<sup>103</sup>

Os criminosos aproveitaram a abertura e as oportunidades do processo de globalização, então temos de explorar esses mesmos fatores a fim de defender os direitos humanos, derrotar as forças do crime, a corrupção e o tráfico de seres humanos.

A Convenção é complementada por três protocolos, que têm como alvo específico áreas e manifestações do crime organizado, quais sejam: o Protocolo para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças; o Protocolo contra o Contrabando de Migrantes por Terra, Mar e Ar; e o Protocolo contra a Fabricação e o Tráfico de Armas de Fogo, suas Peças, Componentes e Munições. Ressalta-se que, os países devem tornar-se partes da Convenção antes que possam tornar-se partes a qualquer um dos protocolos.

Havendo também os grupos de trabalho responsáveis pelos demais documentos de apoio para a implementação dos artigos da convenção por diferentes países.

Os Estados que ratificaram estes instrumentos comprometem-se a tomar uma série de medidas contra o crime organizado transnacional, implementando-o como infrações penais nacionais e incluindo a criação sanções.

Quanto a criação de sanções, o artigo 11 estabelece que cada Estado Parte tornará passível de sanções a prática das infrações enunciadas, como: a participação em um grupo

---

<sup>101</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *UN Convention against Organized Crime celebrates 10 years*. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/frontpage/2013/September/un-convention-against-organized-crime-celebrates-10-years.html> Acesso em: 05 de jan. de 2017.

<sup>102</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Transnational Organized Crime: Let's put them out of business. Crimes: Human Trafficking*. Disponível em: <http://www.unodc.org/toc/en/crimes/human-trafficking.html> Acesso em: 05 de jan. de 2017.

<sup>103</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *UN Convention against Organized Crime celebrates 10 years*. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/frontpage/2013/September/un-convention-against-organized-crime-celebrates-10-years.html> Acesso em: 05 de jan. de 2017.



criminoso organizado (artigo 5), lavagem do produto do crime (artigo 6), corrupção (artigo 8) e obstrução à justiça (artigo 23), tendo em conta sua gravidade e, ainda, diligenciará para que qualquer poder judicial discricionário conferido pelo seu direito interno seja exercido de forma a otimizar a eficácia das medidas de constatação e repressão destas infrações. Devendo os Estados cooperar (artigo 13), prestar assistência judiciária recíproca (artigo 18), realizando investigações conjuntas (artigo 19), bem como, coleta, intercâmbio e análise de informações (artigo 28).

Além disso, tendo em vista que a maioria dos casos de tráfico de pessoas poderão envolver uma série de jurisdições diferentes. Sempre que tal se verifique, tem de ser tomada uma decisão sobre qual a jurisdição em que o processo deverá decorrer, dividida em jurisdição obrigatória e voluntária, em conformidade com o art. 15 da presente Convenção, levando em conta ainda a possibilidade de extradição tratada pelo art. 16.

Considero, em especial, a necessidade de prevenção, conforme mencionado acima e ressaltado através do artigo 31 da Convenção. Para que crimes de tamanha densidade e dimensão possam ser combatidos é de extrema importância o tratamento multidisciplinar e as parcerias entre Estados, realizando políticas de educação e conscientização, ou seja, prevenir, na tentativa evitar o início e o aumento do problema.

Fazer com que os Estados, em conformidade com seus princípios internos, procurem elaborar e avaliar projetos nacionais, estabelecer as melhores práticas e políticas para prevenir a criminalidade organizada transnacional, preservar a integridade das entidades públicas e privadas, bem como, criar códigos de conduta para determinados profissionais, na prevenção da utilização indevida de cargo e concursos públicos, dentre outras medidas legislativas, administrativas ou similar que sejam adequadas.

A Convenção, em seu artigo 25, determina que cada Estado Parte deverá adotar, segundo as suas possibilidades, medidas apropriadas para prestar assistência e assegurar a proteção às vítimas, especialmente em caso de ameaça de represálias ou de intimidação, estabelecerá procedimentos adequados para que as vítimas possam obter reparação e sem prejuízo à qualquer direito, assegurará que as opiniões das vítimas sejam apresentadas e tomadas em consideração nas fases adequadas do processo penal.

Diante da gravidade do crime, necessário se faz a busca mecanismos capazes de proteger os sobreviventes, fornecendo um ambiente seguro com programas de apoio na recuperação, tratamento físico e emocional.

### **6.3.1. Protocolo Adicional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças (*Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons, Especially Women and Children, supplementing the United Nations Convention against Transnational Organized Crime*)**

O presente Protocolo Adicional, possui atualmente 170 partes e completa a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, estudada no item anterior, devendo, portanto, serem interpretados em conjunto. Foi adotado pela resolução 55/25 da Assembleia Geral e entrou em vigor em 25 de dezembro de 2003.

O documento em análise é o primeiro instrumento global de vínculo jurídico, com uma definição acordada de tráfico de pessoas.

Isto permite consistência em todo o mundo sobre o fenômeno do tráfico de pessoas, e facilita o estabelecimento de legislação, de âmbito nacional e internacional, para investigar e processar os casos.<sup>104</sup> Possui ainda o objetivo de proteger e assistir as vítimas do tráfico de pessoas no pleno respeito dos seus direitos humanos.

O Protocolo contém a primeira definição acordada a nível internacional. Em seu artigo 3, alínea ‘a’, abaixo descrito, e faz referencia à três elementos-chave que distinguem o tráfico humano de outros delitos semelhantes: o ato, os meios e o propósito. Artigo descreve que: “O recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recebimento de pessoas, por meio de ameaça ou uso da força ou outras formas de coerção, de rapto, de fraude, de engano, do abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade ou de dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra pessoa, para o propósito de exploração”.

O deslocamento aborda a fase de captação ou aliciamento (o recrutamento); a do transporte ao local de destino (o trânsito) e/ou; a fase da exploração das vítimas (o propósito de exploração), tudo realizado com o emprego de meios ilícitos em quaisquer das três etapas. Desta forma, o tráfico de pessoas se configura se for utilizado algum meio de coerção, físico ou psíquico, capaz de viciar o consentimento ou a vontade da vítima, como a ameaça, a força e o engano. Por fim, a nota verdadeiramente distintiva do tráfico é a exploração, usualmente relacionado a intenção de tirar proveito econômico da vítima, aspecto que o diferencia de outras práticas que violam direitos humanos que, por vezes, se associam às migrações

---

<sup>104</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *UN Convention against Organized Crime celebrates 10 years*. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/frontpage/2013/September/un-convention-against-organized-crime-celebrates-10-years.html> Acesso em: 05 de jan. de 2017.

irregulares.<sup>105</sup>

O protocolo também prevê medidas importantes para proteção das vítimas, com pleno respeito pelos direitos humanos.

Através desse instrumento, os Estados Parte, declararam a necessidade de uma ação eficaz para prevenir e combater o tráfico de pessoas, exigindo por parte dos países, tanto de origem quanto de trânsito e de destino, uma abordagem global e intersetorial.

É notável e essencial que os países realizem primeiramente políticas de educação e conscientização, ou seja, prevenir, na tentativa evitar o início do problema ou seu aumento; em um segundo momento, proteger os sobreviventes do tráfico, fornecendo um ambiente seguro e executando programas de apoio.

Os traficantes consideram as pessoas como mercadorias; itens que podem ser explorados e negociados com fins lucrativos. Este Protocolo prevê medidas importantes para proteção das vítimas, com pleno respeito pelos direitos humanos, tem como grande objetivo a proteção e a assistência às vítimas do tráfico, inclusive, frisando o dever dos Estados em consolidarem esses direitos através do seu ordenamento jurídico interno.

Determina a adoção das medidas necessárias à repressão e punição dos delitos, mas igualmente impõe aos Estados Parte o dever de acolher, proteger, assistir e repatriar as vítimas aos seus Estados de origem.<sup>106</sup> Conforme exposto:

**Art. 6. Assistência e proteção às vítimas de tráfico de pessoas**

1. Nos casos em que se considere apropriado e na medida em que seja permitido pelo seu direito interno, **cada Estado Parte protegerá a privacidade e a identidade das vítimas** de tráfico de pessoas, incluindo, entre outras (ou inter alia), a confidencialidade dos procedimentos judiciais relativos a esse tráfico.
2. Cada Estado Parte assegurará que o seu sistema jurídico ou administrativo contenha medidas que forneçam às vítimas de tráfico de pessoas, quando necessário:
  - a) **Informação** sobre procedimentos judiciais e administrativos aplicáveis;
  - b) **Assistência para permitir que as suas opiniões e preocupações sejam apresentadas e tomadas em conta** em fases adequadas do processo penal instaurado contra os autores das infrações, sem prejuízo dos direitos da defesa.
3. Cada Estado Parte terá em consideração a aplicação de medidas que permitam a **recuperação física, psicológica e social das vítimas** de tráfico de pessoas, (...)
5. Cada Estado Parte envidará esforços para **garantir a segurança física das vítimas** de tráfico de pessoas enquanto estas se encontrarem no seu território. (...) *(grifo nosso)*

**Art. 7. Estatuto das vítimas de tráfico de pessoas nos Estados de acolhimento**

1. Além de adotar as medidas em conformidade com o Artigo 6 do presente Protocolo,

<sup>105</sup> CAMPOS, Bárbara Pinowsca Cardoso. *O Tráfico De Pessoas à Luz da Normativa Internacional de Proteção dos Direitos Humanos*. Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, v. 7, n 7, Ano 2006/2007, p. 37-38.

<sup>106</sup> MPF, Ministério Público Federal. *Roteiro de Atuação: Tráfico Internacional de Pessoas*. Coordenação e organização de Raquel Elias Ferreira Dodge, Subprocuradora-Geral da República. Brasília, 2014. Disponível em: [http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/publicacoes/roteiro-atuacoes/docs-cartilhas/roteiro\\_trafico\\_internacional\\_de\\_pessoas.pdf](http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/publicacoes/roteiro-atuacoes/docs-cartilhas/roteiro_trafico_internacional_de_pessoas.pdf). Acesso em: 29 jan. 2017, p. 17-18.

cada Estado Parte considerará a possibilidade de **adotar medidas legislativas ou outras medidas adequadas** que permitam às vítimas de tráfico de pessoas permanecerem no seu território a título temporário ou permanente, se for caso disso.(...) (*grifo nosso*)

Art. 8. **Repatriamento** das vítimas de tráfico de pessoas

1. O Estado Parte do qual a vítima de tráfico de pessoas é nacional ou no qual a pessoa tinha direito de residência permanente, no momento de entrada no território do Estado Parte de acolhimento, **facilitará e aceitará, sem demora indevida ou injustificada, o regresso dessa pessoa, tendo devidamente em conta a segurança** da mesma.

2. Quando um Estado Parte retornar uma vítima de tráfico de pessoas a um Estado Parte do qual essa pessoa seja nacional ou no qual tinha direito de residência permanente no momento de entrada no território do Estado Parte de acolhimento, esse regresso levará devidamente em conta a segurança da pessoa bem como a situação de qualquer processo judicial relacionado ao fato de tal pessoa ser uma vítima de tráfico, preferencialmente de forma voluntária.

3. A pedido do Estado Parte de acolhimento, um Estado Parte requerido verificará, sem demora indevida ou injustificada, se uma vítima de tráfico de pessoas é sua nacional ou se tinha direito de residência permanente no seu território no momento de entrada no território do Estado Parte de acolhimento.

4. De forma a facilitar o regresso de uma vítima de tráfico de pessoas que não possua os documentos devidos, o Estado Parte do qual essa pessoa é nacional ou no qual tinha direito de residência permanente no momento de entrada no território do Estado Parte de acolhimento aceitará emitir, a pedido do Estado Parte de acolhimento, os documentos de viagem ou outro tipo de autorização necessária que permita à pessoa viajar e ser readmitida no seu território. (...).(*grifo nosso*)

Importante ressaltar a questão do consentimento tratada por esse instrumento, uma vez que, o consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas para qualquer tipo de exploração, é considerado irrelevante. Isso porque, está viciado diante da utilização dos meios referidos no artigo 3, alínea ‘a’, ou seja, ameaça, uso da força, coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, situação de vulnerabilidade, pagamentos ou benefícios para obter o consentimento.

Além disso, o recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou acolhimento para fins de exploração de uma criança (indivíduo com idade inferior a 18 anos) para fins de exploração serão considerados "tráfico de pessoas" mesmo que não realizado com o auxílio de nenhum dos meios referidos na definição descrita pela alínea ‘a’, acima pormenorizados.

Em termos legais, entendo aplicável especialmente porque a criança ainda não possui discernimento, considerada sua incapacidade civil diante do ordenamento.

### **6.3.2. Protocolo contra o Contrabando de Migrantes por Terra, Mar e Ar (*Protocol against the Smuggling of Migrants by Land, Sea and Air*)**

As pessoas estão tentadas a migrar para outro país, legalmente ou ilegalmente em busca de melhor qualidade de vida. No entanto muitos imigrantes que busca uma vida digna, mas que acabam enganados pela rede do tráfico.

Aqui, a exploração de crianças e jovens, independentemente do gênero, é a situação

pior e que mais ocorre. Atualmente, há uma série de esforços internacionais para reduzir essas práticas, especialmente as envolvidas na pornografia infantil.

Em linhas gerais, nota-se que o objeto deste Protocolo é prevenir e combater as atividades daqueles que promovem a entrada irregular de uma pessoa em outro país.

Antes da adoção dos Protocolos não havia consenso sobre o que, de fato, constituía uma situação de tráfico ou de contrabando de migrantes, por outro lado, ainda resta um bom caminho a percorrer.<sup>107</sup>

Contudo, ainda há certa confusão entre o que denominamos “tráfico de pessoa” e “tráfico ou contrabando de migrantes”. Isso porque, conforme já mencionado, a definição de tráfico trazida pela ONU através do Protocolo relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças, faz referencia à três elementos-chave que distinguem o tráfico humano de outros delitos semelhantes.

O primeiro elemento-chave diz respeito ao deslocamento de pessoas, sendo assim, o tráfico de seres humanos envolve, necessariamente, a migração,<sup>108</sup> que pode envolver um indivíduo ou um grupo de indivíduos e pode não se referir apenas ao cruzamento das fronteiras entre países, uma vez que uma parte substancial reside em mover uma pessoa de uma região para outra, dentro dos limites de um único país.<sup>109</sup> No entanto, o contrabando de migrantes só se realiza entre países, pois pressupõe necessariamente o cruzamento de fronteiras nacionais.

A OIM, começou a trabalhar seriamente nesta questão do tráfico no início dos anos 90 e o tráfico internacional de pessoas se insere no contexto das grandes correntes migratórias de hoje.

Em geral, as vítimas de tráfico atravessam as fronteiras internacionais sem a devida documentação, inserindo-se, assim, no grande volume de migrantes irregulares.<sup>110</sup>

O fenômeno do tráfico foi intensificado nas últimas décadas em decorrência de causas múltiplas e seu resultado é uma combinação de fatores, políticos, econômicos, históricos, sociais e culturais. Os números são alarmantes, como ficará demonstrado no presente trabalho,

---

<sup>107</sup> CAMPOS, Bárbara Pincowska Cardoso. *O Tráfico De Pessoas à Luz da Normativa Internacional de Proteção dos Direitos Humanos*. Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, v. 7, n 7, Ano 2006/2007, p. 40-42.

<sup>108</sup> CAMPOS, Bárbara Pincowska Cardoso. *O Tráfico De Pessoas à Luz da Normativa Internacional de Proteção dos Direitos Humanos*. Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, v. 7, n 7, Ano 2006/2007, p. 37-38.

<sup>109</sup> JESUS, Damásio E. de. *Tráfico Internacional de Mulheres e Crianças – Brasil: aspectos regionais e nacionais*. São Paulo: Editora Saraiva, 2003, p. XXVI.

<sup>110</sup> CAMPOS, Bárbara Pincowska Cardoso. *O Tráfico De Pessoas à Luz da Normativa Internacional de Proteção dos Direitos Humanos*. Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, v. 7, n 7, Ano 2006/2007, p. 38-39.

mas a verdade é que não é fácil, diante da própria natureza ilícita do ato, determinar a sua real dimensão.

Por trás dos crescentes movimentos migratórios que alimentam as expectativas e os sonhos dos que, em decorrência das enormes disparidades socioeconômicas, buscam alternativas e melhoria de vida, podemos identificar inúmeros indivíduos que se aproveitam da inocência de alguns nessa busca por qualidade de vida ao oferecerem o tráfico cruel revestido de oportunidade. Esse é o caso típico do chamado tráfico de migrantes ou contrabando de migrantes, tratado especificamente pelo denominado Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea.

O artigo 3º do Protocolo sobre Migrantes, define: “A expressão ‘tráfico de migrantes’ significa a promoção, com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, um benefício financeiro ou outro benefício material, da entrada ilegal de uma pessoa num Estado Parte do qual essa pessoa não seja nacional ou residente permanente”.

O contrabando de migrantes constitui uma forma de facilitação da migração irregular, realizado por pessoas ou grupos que oferecem “serviços” para facilitar e burlar o policiamento fronteiriço e os controles estatais.

Deve-se ressaltar que não se trata, pois, de combate a migração, a principal finalidade desse Protocolo é o combate a promoção, facilitação e auxílio à migração ilegal, que, inclusive, pode estar vinculada a crimes conexos, como por exemplo, a falsificação de documentos, dentre outros.

Assim, apesar de estarem fortemente relacionados, há diferenças significativas entre o tráfico de pessoas que trata o Protocolo relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças descrito no item acima e o contrabando de migrantes que trata esse Protocolo relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea.

O primeiro elemento que diferencia o tráfico de pessoas e o contrabando de migrantes é que este obrigatoriamente só se realiza entre países, pois pressupõe necessariamente o cruzamento de fronteiras nacionais. Ainda, para os casos de contrabando, a relação entre a vítima e o “traficante” ou facilitador normalmente termina com a chegada no destino, enquanto no tráfico propriamente dito, após a chegada no destino é que se inicia o propósito da exploração da vítima, de onde advém, inclusive, o lucro propiciado pelo tráfico, enquanto o montante de dinheiro recebido no contrabando provém do pagamento realizado voluntariamente pelos migrantes para facilitação de sua entrada ou estadia ilegal em

determinado país.

Deve-se destacar que, tanto a Convenção de Palermo, quanto esse Protocolo adicional, buscam retaliar e reprimir as ações do crime organizado e não impedir a migração. Quando da análise deste protocolo percebemos que tem como objetivo a punição aos “grupos criminosos organizados”, o artigo 5º demonstra expressamente esse fato quando descreve que “Os migrantes não estarão sujeitos a processos criminais nos termos do presente Protocolo, pelo fato de terem sido objeto dos atos enunciados no seu Artigo 6”.

Ou seja, a proteção à pessoa humana alcança todos, independente de sua nacionalidade, status migratório ou situação de residência. Entrar ou permanecer em outro país de forma irregular não pressupõe, portanto, a perda do respeito e gozo dos direitos fundamentais do ser humano.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos, no parecer jurídico número 18 sobre “A Condição Jurídica e os Direitos dos Migrantes Indocumentados”, de 17 de setembro de 2003, consolidou uma valiosa jurisprudência, importante contribuição para definitivamente se pôr fim às violações perpetradas contra os migrantes e os trabalhadores irregulares.<sup>111</sup> No entanto, os direitos internos ainda devem se harmonizar ao estabelecido pelos tratados internacionais, isso porque, tem acontecido em alguns países sanções ao migrante irregular, o que afronta os tratados de direitos humanos.

O artigo 6 do Protocolo tipifica as infrações penais puníveis, com o objetivo de possibilitar o tráfico ilícito de migrantes, a elaboração, obtenção ou fornecimento de documento de viagem ou de identidade fraudulento, bem como, a viabilização da permanência de uma pessoa em um Estado sem preencher as condições necessárias para permanecer legalmente neste.

O artigo é extensivo e entende como punível também a tentativa da prática da infração penal, bem como, aos coautores, cúmplices e partícipes. São agravantes as situações que ponham ou ameace por em perigo a vida e a segurança dos migrantes em causa; ou que acarretem o tratamento desumano ou degradante desses migrantes, incluindo sua exploração.

#### **6.4. Convenção do Conselho da Europa relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos (*Council of Europe Convention on Action against Trafficking in Human Beings*)**

---

<sup>111</sup> CAMPOS, Bárbara Pincowsca Cardoso. *O Tráfico De Pessoas à Luz da Normativa Internacional de Proteção dos Direitos Humanos*. Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, v. 7, n 7, Ano 2006/2007, p. 40.

A Convenção do Conselho da Europa sobre a luta contra o tráfico de seres humanos foi adotada pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa em 3 de Maio de 2005, na sequência de uma série de outras iniciativas do Conselho da Europa na luta contra o tráfico e entrou em vigor em 1 de fevereiro de 2008, atualmente com 47 ratificações.

Ressalta-se que a Convenção não se restringe aos Estados membros do Conselho da Europa ou da União Europeia, todos têm a possibilidade de ratificá-la.

Essa Convenção possui foco especial e centrado nos direitos humanos e na proteção das vítimas. Com base nos instrumentos internacionais existentes, a Convenção ultrapassa os padrões mínimos e fortalece a proteção oferecida às vítimas.

Em seu artigo 1º determina:

1 - A presente Convenção tem por finalidade:

- a) Prevenir e lutar contra o tráfico de seres humanos, garantindo a igualdade entre mulheres e homens;
- b) Proteger os direitos humanos das vítimas de tráfico, estabelecer um quadro completo de proteção e de assistência às vítimas e às testemunhas garantindo a igualdade entre mulheres e homens, bem como assegurar investigações e procedimentos eficazes;
- c) Promover a cooperação internacional no domínio da luta contra o tráfico de seres humanos.

2 - A fim de garantir uma aplicação eficaz das suas disposições pelas Partes, a presente Convenção cria um mecanismo de acompanhamento específico.

Entendido como uma das piores formas de violação dos direitos humanos e uma grande ofensa à dignidade e integridade do ser humano, as autoridades nacionais são, portanto, responsáveis se não tomarem medidas para prevenir o tráfico de seres humanos, proteger as vítimas e investigar eficazmente os casos.

Tem como objetivos primordiais: a prevenção do tráfico de seres humanos, a proteção das vítimas e o procedimento criminal contra os traficantes, além de prever também medidas destinadas a promover parcerias.

A Convenção do Conselho da Europa contra o tráfico humano aplica-se amplamente à todas as formas de exploração e vítimas, como mulheres, homens e crianças (artigos 2º e 3º).

As disposições da Convenção (artigos 5º a 9º) trazem obrigações dos Estados para tomar medidas em parceria com a sociedade civil, para prevenir o tráfico por meio de pesquisas, conscientização, educação e treinamentos, buscando combater as causas subjacentes com iniciativas sociais e econômicas, para permitir a migração legalmente, desencorajar a demanda, fortalecer o controle das fronteiras, e garantir a integridade, segurança e validade de documentos de viagem ou de identidade.

Logo no início, a presente Convenção define o tráfico de seres humanos como uma violação dos direitos humanos e ofensa à dignidade e à integridade do ser humano. A



Convenção prevê uma série de direitos para as vítimas do tráfico, em particular o direito de ser identificado como vítima, para ser protegido e assistido e receber uma indenização pelos danos sofridos (artigos 10 à 13).

Em virtude do artigo 28 desta Convenção, as partes devem tomar medidas para prover proteção efetiva e apropriada de possíveis retaliação ou intimidação às vítimas e testemunhas em particular durante e após a investigação e o julgamento. Esta proteção pode ser de vários tipos, incluindo a mudança física, mudança de identidade, e deve ser fornecida às vítimas do tráfico, testemunhas e pessoas que cooperam com a investigação ou o julgamento, bem como os membros das famílias, quando necessário. As vítimas às vezes são relutantes em dar declarações devido a ameaças de vingança dos criminosos e, portanto, a proteção das vítimas e das testemunhas de tráfico é importante para tranquilizá-los a proporcionar maior segurança.<sup>112</sup>

As vítimas também precisam estar preparadas psicologicamente para dar declarações e muitas ONGs que prestam assistência têm um papel essencial a desempenhar a este respeito.

No entanto, a mais importante contribuição desta Convenção (artigos 36 e seguintes) é a execução, aplicação e monitoramento mais eficientes da legislação internacional por meio do sistema de monitoramento à implementação das obrigações nela contidas, que consiste em dois pilares: o Grupo de Peritos em Combate ao Tráfico de Seres Humanos (GRETA - Group of Experts on Action against Trafficking in Human Beings) e o Comitê das Partes.

As atividades de monitoramento são essenciais para avaliar o cumprimento das obrigações decorrentes da Convenção e então estimular cada vez mais sua aplicação e cumprimento; aconselhar os países sobre os meios possíveis para ultrapassar os obstáculos; é, ainda, um espaço de cooperação internacional que permite a troca de informação para alertar a comunidade internacional, os Estados são assim encorajados a agir conjuntamente para prevenir ou resolver os problemas.

O GRETA é responsável pelo acompanhamento da implementação da Convenção do Conselho da Europa. Composto por no mínimo 10 e máximo 15 peritos entre os nacionais dos Estados Parte na Convenção com base na sua competência nos domínios abrangidos por esta com mandato de quatro anos, renovável uma vez (artigo 36). Se reúnem em sessões plenárias três vezes por ano; realiza visitas e elabora e publica relatórios nacionais que avaliam as medidas legislativas e outras tomadas pelas Partes para dar cumprimento às disposições da

---

<sup>112</sup> COE, Council of Europe. Secretariat of the Council of Europe Convention on Action against Trafficking in Human Beings (GRETA and Committee of the Parties) Council of Europe. *Compendium of good practices on the implementation of the Council of Europe on Action against Trafficking in Human Beings*. Disponível em: <https://rm.coe.int/16806af624> Acesso em: 12 jun 2017. P. 24.

Convenção Além disso, o GRETA publica regularmente relatórios gerais sobre suas atividades.<sup>113</sup>

Os relatórios de avaliação do GRETA contêm uma análise das medidas tomadas em cada país para combater o tráfico humano e sugestões quanto aos meios para melhorar a implementação desta convenção. Os relatórios visam colaborar e apoiar os Estados nos seus esforços de combate ao tráfico.

O Comité das Partes é o segundo pilar do mecanismo de monitorização composto por representantes dos Estados que ratificaram a convenção. Elege um presidente e vice-presidente para um mandato de um ano, renovável uma vez. O Comité tem como função, com base no relatório e conclusões publicadas pelo GRETA, fazer recomendações a um Estado Parte sobre as medida que as autoridades deveriam adotar para dar seguimento às conclusões do Relatório do GRETA.<sup>114</sup>

Todos os países signatários da convenção do Conselho da Europa são regularmente acompanhados pelo GRETA que, assim, assegura que as disposições da convenção sejam efetivamente implementadas e os direitos das vítimas sejam respeitados.

### **6.5. Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas (*Inter-American Convention on Forced Disappearance of Persons*)**

O fenômeno dos desaparecimentos forçados foi introduzido pela primeira vez na década de 1960 por governos ditatoriais na América Latina como uma prática de repressão política e censura física, que logo se tornou sistemática e generalizada.

O primeiro em larga escala ocorreu na Guatemala em 1966, quando forças do governo entraram em combate contra um nascente movimento revolucionário, o Partido Comunista da Guatemala. Segundo a Anistia Internacional (AI), milhares de pessoas desapareceram entre os anos 1970 e 1974 no país. Nos anos seguintes, os desaparecimentos se tornaram uma importante ferramenta governamental de repressão e, há informações que sugerem que mais de 200 mil pessoas foram vítimas de desaparecimento e de execução extrajudicial no país. Da mesma forma, entre 1967 e 1983 durante o período da ditadura militar argentina, milhares de pessoas foram sequestradas pelas forças de segurança e consideradas como desaparecidas.<sup>115</sup>

---

<sup>113</sup> COE, Council of Europe. *About GRETA – the Group of Experts on Action against Trafficking in Human Beings*. Disponível em: <http://www.coe.int/en/web/anti-human-trafficking/greta>. Acesso em: 20 jun 2017.

<sup>114</sup> COE, Council of Europe. *Committee of the Parties*. Disponível em <http://www.coe.int/en/web/anti-human-trafficking/committee-of-the-parties>. Acesso em: 20 jun 2017.

<sup>115</sup> TAVARES, Amarillis Busch. *O Desaparecimento Forçado como um Prática Sistemática de Estado nas Ditaduras da América Latina: Uma Abordagem Crítica sobre o Papel do Sistema Interamericano de Direitos*

Em 1978, a ONU aprovou a Resolução 33/173 sobre Pessoas Desaparecidas, a organização apelou aos governos que investigassem e punissem os responsáveis por desaparecimentos, convidando a Comissão das Nações Unidas sobre Direitos Humanos para tratar do assunto, que, posteriormente, criou um Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados.<sup>116</sup>

A Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas é um instrumento que integra a estrutura do sistema jurídico da Organização dos Estados Americanos (OEA) e foi aprovada pela Assembleia Geral dessa Organização dos Estados Americanos em seu XXIV Período Ordinário de Sessões, realizado em Belém do Pará, Brasil, em 9 de junho de 1994.

Foi o primeiro instrumento internacional com força normativa obrigatória sobre o tema do desaparecimento forçado de pessoas, tendo por antecedente internacional mais importante a Declaração sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado ou Involuntário, da Assembleia Geral das Nações Unidas (Resolução nº 47/133, de 1992), que, entretanto, possui caráter inicial de recomendação.

Para os efeitos da presente Convenção, considera-se desaparecimento forçado, conforme artigo 2º:

a privação da liberdade de uma ou mais pessoas, por qualquer forma, cometida por agentes do Estado ou por pessoas ou grupos de pessoas que atuem com a autorização, com o apoio ou com a anuência do Estado, seguida da falta de informação ou da negativa de se reconhecer dita privação da liberdade ou de se informar o paradeiro da pessoa, impedindo assim o exercício dos recursos legais e das garantias processuais pertinentes.

Os três primeiros casos sobre desaparecimentos forçados ouvidos pela Corte foram referentes a Honduras. No caso *Velásquez Rodríguez vs. Honduras*, a vítima foi sequestrada em 1981, durante o dia, por homens armados em trajes civis, que conduziam um veículo sem placas. Até o momento do julgamento, sete anos haviam decorrido desde o seu desaparecimento, o que gerou a presunção da morte da vítima.<sup>117</sup> Além disso, durante o período das guerras e da ditadura militar, milhares de pessoas foram mortas, sequestradas e/ou “desaparecidas”.

No Brasil, nos três primeiros anos do governo Geisel (1974 à 1979), o desaparecimento de presos políticos, que anteriormente representava uma pequena parcela das

---

Humanos. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/tablas/r30004.pdf#%20> Acesso em 07 jul 2017, p. 293-295.

<sup>116</sup> *Idem*.

<sup>117</sup> TAVARES, Amarillis Busch. *O Desaparecimento Forçado como um Prática Sistemática de Estado nas Ditaduras da América Latina: Uma Abordagem Crítica sobre o Papel do Sistema Interamericano de Direitos Humanos*. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/tablas/r30004.pdf#%20> Acesso em 07 jul 2017, p. 294-295.

mortes ocorridas, tornou-se a regra.<sup>118</sup>

Em 1998, podemos destacar uma evolução na jurisprudência interamericana em relação ao crime de desaparecimento forçado, com a decisão tomada no caso *Blake vs. Guatemala*. Nicholas Blake era um cidadão dos Estados Unidos, jornalista residente na Guatemala que escrevia artigos sobre a guerra civil no país. Em 1985, ele foi levado por membros da Patrulha de Autodefesa Civil para um lugar no qual foi executado. Seu corpo foi queimado e enterrado e ele permaneceu desaparecido até 1992, quando seus restos mortais foram descobertos. Alegada incompetência *ratione temporis*, visto que o crime datava de 1895 e a Guatemala havia aceitado a jurisdição da Corte apenas em 1987, no entanto, a Corte concluiu que apesar de alguns atos terem sido concluídos, seus efeitos poderiam ser considerados como continuados até ao momento em que o destino ou paradeiro das vítimas fosse determinado.<sup>119</sup>

#### **6.6. Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados (*International Convention for the Protection of All Persons from Enforced Disappearance*)**

Em 1980, a Comissão dos Direitos Humanos da ONU constituiu um grupo de trabalho para tratar os problemas decorrentes de pessoas desaparecidas e, em 1992, a Assembleia Geral concordou com uma declaração para a proteção de todas as pessoas contra o desaparecimento forçado.

Contudo, apenas em 20 de Dezembro de 2006 a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua 61ª sessão, através da resolução A/RES/61/177, e aberta à assinatura em Paris, em 6 de Fevereiro de 2007, entrando em vigor na ordem internacional apenas em 23 de Dezembro de 2010, que reafirmou boa parte dos dispositivos da Convenção Interamericana acima mencionada.

Para os efeitos desta Convenção, seu art. 2º define o desaparecimento forçado como:

a prisão, a detenção, o sequestro ou qualquer outra forma de privação de liberdade que seja perpetrada por agentes do Estado ou por pessoas ou grupos de pessoas agindo com a autorização, apoio ou aquiescência do Estado, e a subsequente recusa em admitir a privação de liberdade ou a ocultação do destino ou do paradeiro da pessoa desaparecida, privando-a assim da proteção da lei.

---

<sup>118</sup> *Idem*.

<sup>119</sup> TAVARES, Amarillis Busch. *O Desaparecimento Forçado como um Prática Sistemática de Estado nas Ditaduras da América Latina: Uma Abordagem Crítica sobre o Papel do Sistema Interamericano de Direitos Humanos*. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/tablas/r30004.pdf%20> Acesso em 07 jul 2017. P. 299-300

Os Estados Parte têm como obrigação promulgar leis específicas que estabeleçam o crime de desaparecimento forçado, tomando as medidas que se fizerem necessárias para assegurar que o desaparecimento forçado constitua crime em conformidade com o seu direito penal (arts. 3 e seguintes).

A Convenção reconhece o direito das vítimas e suas famílias de conhecer a verdade sobre as circunstâncias e o destino da pessoa desaparecida (art. 24). Também trata do sequestro ilegal de crianças cujos pais foram vítimas de desaparecimento forçado, bem como a falsificação das identidades dessas e sua adoção.

Um órgão de monitoramento é estabelecido para verificar a implementação dos direitos e obrigações acordados. Um Comitê composto por 10 peritos de elevado caráter moral e de reconhecida competência em matéria de direitos humanos, que atuarão em sua própria capacidade, com independência e imparcialidade (art. 26).

Cada Estado Parte submeterá ao Comitê, por intermédio do Secretário-geral das Nações Unidas, um relatório sobre as medidas tomadas em cumprimento das obrigações assumidas ao amparo da presente Convenção (art. 29) e Comitê apresentará um relatório anual de suas atividades (art. 36).

## **7. SISTEMA LEGAL INTERNACIONAL**

### **7.1. Corte ou Tribunal Internacional de Justiça (*International Court of Justice*)**

É o principal órgão judiciário da Organização das Nações Unidas, com sede em Haia, nos Países Baixos, mas ante de adentrarmos à sua efetiva criação, devemos saber que sua criação remota à história da arbitragem. Pode-se dizer que sua criação representou o ponto culminante de um longo desenvolvimento de métodos para a solução pacífica das disputas internacionais.

O artigo 33 da Carta das Nações Unidas enumera os seguintes métodos para a resolução pacífica de litígios entre Estados: negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, resolução judicial e recurso a agências ou acordos regionais. A mediação e a arbitragem precederam a liquidação judicial na história.

A história moderna da arbitragem internacional é geralmente reconhecida pelo chamado Tratado de Jay de 1794 entre os Estados Unidos da América e a Grã-Bretanha. Este Tratado de Amizade, Comércio e Navegação prevê a criação de três comissões misturadas,

compostas por cidadãos americanos e britânicos em igual número, cuja tarefa seria resolver uma série de questões pendentes entre os dois países que não tinha sido possível resolver por negociação que, apesar de não serem, eles deveriam funcionar até certo ponto como tribunais. Despertou-se, assim, o interesse no processo de arbitragem.<sup>120</sup>

A partir desse período houve um crescimento acentuado na prática de inserção em cláusulas de tratados que preveem o recurso da arbitragem em caso de disputa entre as partes; a conclusão de tratados de arbitragem para a resolução de determinadas classes de litígios inter-estaduais; propostas para a criação de um tribunal arbitral internacional permanente, a fim de evitar a necessidade de criar um tribunal *ad hoc* especial para decidir cada disputa arbitrária.

Em 1899 foi realizada a primeira Conferência da Paz de Haia, uma inovação notável para a época, convocada para a discussão sobre a paz e o desarmamento e terminou com a adoção de uma Convenção sobre a Resolução do Pacífico de Disputas Internacionais, que tratava não só da arbitragem, mas também de outros métodos de solução pacífica, como os bons ofícios e a mediação e, ainda, prevendo a criação de mecanismos permanentes, como Corte Permanente de Arbitragem, estabelecido em 1900 e começou a operar em 1902.

Poucos anos depois, em 1907, uma segunda Conferência da Paz de Haia revisou a Convenção e melhorou as regras que regem o processo arbitral. Os Estados Unidos, o Reino Unido e a Alemanha apresentaram uma proposta conjunta para um tribunal permanente, mas a Conferência não conseguiu chegar a acordo sobre isso e, dessa forma, a Conferência limitou-se a recomendar a adoção de um projeto de convenção para a criação de um tribunal de justiça arbitral. Embora este tribunal nunca tenha sido, de fato formado, o seu projeto de convenção consagrou certas ideias fundamentais que, alguns anos depois, serviriam de fonte de inspiração para a elaboração do Estatuto do Permanente do TIJ.

Diante de todo o exposto originou-se o Tribunal Internacional de Justiça, mais precisamente, instituído em junho de 1945 pela Carta das Nações Unidas começou a funcionar em 1946 representando o ponto culminante de um longo desenvolvimento de métodos para a solução das disputas internacionais, especialmente no âmbito de um novo sistema internacional pós Guerra Mundial.

Composto por 15 (quinze) membros/juízes com mandatos de 9 (nove) anos, eleitos pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança. Com a possibilidade de nomeação de um Juiz *ad doc*, essa figura foi criada a fim de encorajar os Estados a apresentarem casos ao

---

<sup>120</sup> ICJ, International Court of Justice. *History*. Disponível em: <http://www.icj-cij.org/en/history> Acesso em: 07 ago 2017.

Tribunal, uma vez que, passa a permitir que uma parte em um caso contencioso nomeie um juiz de sua escolha para também julgar o caso em questão.

Como já mencionado, é o principal órgão judicial das Nações Unidas e seu papel é resolver, de acordo com o direito internacional, as controvérsias legais que lhe são submetidas pelos Estados e dar pareceres consultivos sobre as questões jurídicas que lhe são submetidas pelos órgãos e agências especializadas competentes das Nações Unidas.

Dessa forma, o Tribunal pode receber disputas legais submetidas por Estados (casos contenciosos) e pedidos por pareceres consultivos a respeito de questões legais apresentadas por órgãos das Nações Unidas ou agências especializadas (pareceres consultivos). Para os casos contenciosos, as decisões da Corte são definitivas e obrigatórias a todos os Estados Parte.<sup>121</sup>

## 7.2. Tribunal Penal Internacional (*International Criminal Court*)

Com a ocorrência das grandes guerras, o mundo visualizou uma incontável violação de direitos humanos, as quais, infelizmente, permaneceram impunes.

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, as Nações Unidas cogitaram estabelecer um tribunal penal internacional permanente. Em 1948, quando a Convenção sobre Prevenção e Punição do Crime de Genocídio foi adotada, a Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceu a necessidade de um tribunal internacional permanente para lidar com os tipos de atrocidades que acabavam de ser cometidas.

A ideia de um sistema de justiça criminal internacional voltou a surgir após o fim da Guerra Fria.

No entanto, enquanto as negociações sobre o Estatuto do TPI estavam em curso nas Nações Unidas, o mundo era testemunhando a comissão de crimes hediondos no território da ex-Jugoslávia e no Ruanda. Em resposta a estas atrocidades, em 1993 e 1994 o Conselho de Segurança da ONU instituíram dois tribunais *ad hoc* específicos, a fim de punir as graves violações do direito internacional humanitário ocorridas na ex-Jugoslávia e em Ruanda, respectivamente.<sup>122</sup> <sup>123</sup> Lembrando que a jurisdição desses tribunais é limitada ao tempo e aos territórios em questão.

---

<sup>121</sup> ICJ, International Court of Justice. *History*. Disponível em: <http://www.icj-cij.org/en/history> Acesso em: 07 ago 2017.

<sup>122</sup> United Nations Mechanism for International Criminal Tribunals. *The ICTR in brief*. Disponível em: <http://unictr.unmict.org/en/tribunal> Acesso em: 02 set 2017.

<sup>123</sup> ICC, International Criminal Court. *Understanding the International Criminal Court*. Disponível em: <https://www.icc-cpi.int/iccdocs/PIDS/publications/UICCEng.pdf> Acesso em: 10 out 2017.

Assim, os precursores do TPI foram o Tribunal Militar Internacional (Tribunal de Nuremberg), que julgou integrantes do governo nazista alemão; o Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia e o Tribunal Penal Internacional para Ruanda, criados na década de 90 pelo Conselho de Segurança da ONU.

Dessa forma, após uma série de negociações para estabelecer um tribunal penal internacional permanente, com autoridade e competência para julgamento de crimes graves para a comunidade internacional, independente do lugar em que foram cometidos.

Assim, na Conferência de Roma de 1998 foi adotado o Estatuto do Tribunal Penal Internacional, igualmente denominado de Estatuto de Roma, 160 Estados participaram da conferência que aprovou o Estatuto, atualmente com 124 Estados Parte. Com sede na Haia, nos Países Baixos, o TPI iniciou suas atividades em julho de 2002, quando da 60ª ratificação ao Estatuto e, embora não seja uma organização das Nações Unidas, mantém uma relação de cooperação com a ONU. Trabalha ativamente para criar compreensão e cooperação com os Estados Parte e os Estados que não são Partes.

O TPI é financiado por contribuições dos Estados Parte e por contribuições voluntárias de governos, organizações internacionais, indivíduos, corporações e outras entidades.

O Estatuto de Roma estabeleceu três órgãos distintos: a Assembleia dos Estados Parte (com a finalidade de supervisão dos trabalhos exercidos pelos órgãos, gestão, eleição de juízes, definição de orçamento, etc.), o Tribunal Penal Internacional (composto por mais quatro órgãos separados) e o Fundo Fiduciário para as Vítimas (proporcionando assistência e suporte às vítimas).

O TPI é um tribunal internacional permanente estabelecido para investigar e julgar os indivíduos acusados de cometer crimes sérios, de interesse para toda a comunidade internacional, os quais falaremos mais adiante. Tem como principal missão ajudar a pôr fim à impunidade para os perpetradores desses delitos e contribuir para sua prevenção.<sup>124</sup>

Assim, um tribunal penal eficiente, imparcial e independente representa um grande avanço na luta contra a impunidade pelos mais graves crimes internacionais.

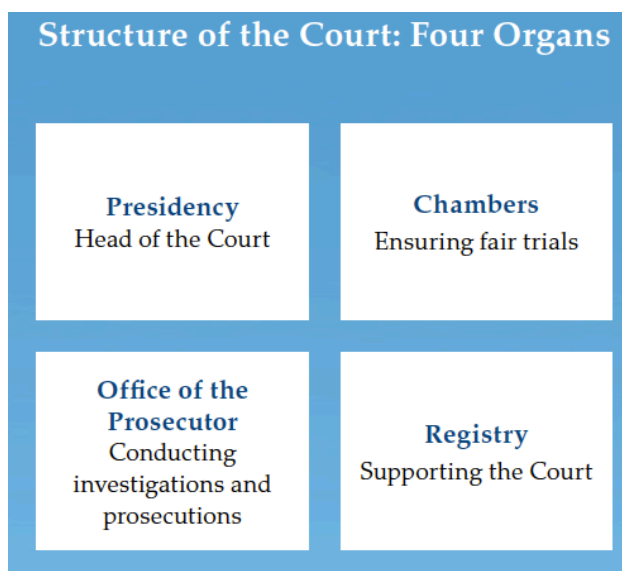
O TPI é formado pelos seguintes órgãos: a Presidência (Presidency), responsável pela administração geral; as Divisões Judiciais (Judicial Divisions), sendo uma Seção de Pré-Julgamento, uma Seção de Julgamento e uma Seção de Recursos (Pre-Trial, Trial and Appeals), que consiste em 18 juízes, responsáveis pela condução dos procedimentos do Tribunal nos seus diferentes estágios; o Gabinete do Procurador (Office of the Prosecutor),

---

<sup>124</sup> ICC, International Criminal Court. Get involved. *What is the ICC and what does it do?* Disponível em: <https://www.icc-cpi.int/iccdocs/get-involved/lesson1.pdf> Acesso em 07 ago 2017.



incumbido pelo recebimento de referências e informações substanciais a respeito de crimes dentro da jurisdição do Tribunal e posterior avaliação, investigação e prosseguimento e, ainda, a Secretaria ou Secretariado (Registry), encarregado por todos os aspectos não-jurídicos da administração do Tribunal.



**Figura 16.** Estrutura do Tribunal Penal Internacional. Fonte: <https://www.icc-cpi.int/iccdocs/PIDS/publications/UICCEng.pdf>

Subsidiariamente ao Poder Judicial interno dos Estados, o Estatuto de Roma concede ao TPI a competência para processar e julgar acusados de crimes de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crimes de agressão (at. 5º).

No entanto, diferentemente do Tribunal Internacional de Justiça que examina litígios entre Estados, o Tribunal Penal Internacional julga indivíduos (art. 25). Mas devemos ressaltar que sua jurisdição não é retroativa (arts. 11, 22, 23 e 24), os crimes devem ter sido cometido a partir de julho de 2002, por um nacional do Estado Parte, ou no território de um Estado Parte, ou em um Estado que aceitou a jurisdição do Tribunal, ou se o caso foi encaminhado ao Procurador do TPI pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas de acordo com uma resolução adotada no Capítulo VII da Carta da ONU.<sup>125</sup> Vejamos:

**Artigo 12. Condições Prévia ao Exercício da Jurisdição**

1. O Estado que se torne Parte no presente Estatuto, aceitará a jurisdição do Tribunal relativamente aos crimes a que se refere o artigo 5º.
2. Nos casos referidos nos parágrafos a) ou c) do artigo 13, o Tribunal poderá exercer a sua jurisdição se um ou mais Estados a seguir identificados forem Partes

<sup>125</sup> ICC, International Criminal Court. Get involved. *How the Court Works?* <https://www.icc-cpi.int/about/how-the-court-works>. Disponível em: 01 set 2017.

no presente Estatuto ou aceitarem a competência do Tribunal de acordo com o disposto no parágrafo 3º:

a) Estado em cujo território tenha tido lugar a conduta em causa, ou, se o crime tiver sido cometido a bordo de um navio ou de uma aeronave, o Estado de matrícula do navio ou aeronave;

b) Estado de que seja nacional a pessoa a quem é imputado um crime.

3. Se a aceitação da competência do Tribunal por um Estado que não seja Parte no presente Estatuto for necessária nos termos do parágrafo 2º, pode o referido Estado, mediante declaração depositada junto do Secretário, consentir em que o Tribunal exerça a sua competência em relação ao crime em questão. O Estado que tiver aceito a competência do Tribunal colaborará com este, sem qualquer demora ou exceção, de acordo com o disposto no Capítulo IX.

É importante esclarecer que o TPI não substitui os tribunais nacionais (princípio da complementariedade), é um tribunal de última instância e só pode intervir quando um Estado não consegue ou não deseja efetivamente realizar a investigação e processar os infratores ou se os procedimentos do país não forem genuínos, como no caso de terem caráter meramente formal, ou seja, será chamado a funcionar somente se e quando a justiça repressiva interna não funcione. Inclusive, de acordo com o seu Estatuto, é dever de cada Estado exercer a sua jurisdição criminal sobre os responsáveis por crimes internacionais.<sup>126</sup>

Artigo 13. O Tribunal poderá exercer a sua jurisdição em relação a qualquer um dos crimes a que se refere o artigo 5º, de acordo com o disposto no presente Estatuto, se:

a) Um Estado Parte denunciar ao Procurador, nos termos do artigo 14, qualquer situação em que haja indícios de ter ocorrido a prática de um ou vários desses crimes;

b) O Conselho de Segurança, agindo nos termos do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, denunciar ao Procurador qualquer situação em que haja indícios de ter ocorrido a prática de um ou vários desses crimes; ou

c) O Procurador tiver dado início a um inquérito sobre tal crime, nos termos do disposto no artigo 15.

Como instituição judicial, o TPI não tem sua própria força policial ou órgão de execução; portanto, depende da cooperação (capítulo IX) com países em todo o mundo para obter apoio, particularmente por fazer prisões, transferir pessoas detidas para centro de detenção, congelar os recursos dos suspeitos e impor sentenças. Embora não seja uma organização das Nações Unidas, o Tribunal tem um acordo de cooperação com as Nações Unidas. Quando uma situação não está dentro da jurisdição do Tribunal, o Conselho de Segurança das Nações Unidas pode encaminhar a situação ao TPI que lhe concede a sua jurisdição. Isso foi feito nas situações em Darfur (Sudão) e na Líbia.<sup>127</sup>

Sua existência contribui para prevenir a ocorrência de violações dos direitos humanos,

---

<sup>126</sup> ICC, International Criminal Court. Get involved. *What is the ICC and what does it do?* Disponível em: <https://www.icc-cpi.int/iccdocs/get-involved/lesson1.pdf> Acesso em 07 ago 2017.

<sup>127</sup> ICC, International Criminal Court. Get involved. *How the Court Works?* <https://www.icc-cpi.int/about/how-the-court-works>. Disponível em: 01 set 2017.

do direito internacional humanitário e de ameaças contra a paz e a segurança internacionais.

O crime de genocídio caracteriza-se pela intenção específica de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, matando ou causando sérios danos corporais ou mentais aos seus membros (art. 6º).

Em segundo lugar, o TPI pode processar crimes contra a humanidade, tipificados como violações graves cometidas como parte de um ataque em larga escala, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil. As formas de crimes contra a humanidade constantes do Estatuto incluem assassinato, estupro, prisão, desaparecimentos forçados, escravidão, escravidão sexual, tortura, apartheid e deportação (art. 7º).

O Estatuto do TPI, ao definir a escravização como “exercício do poder de propriedade sobre uma pessoa”, ampliou a definição para incluir todas as formas de escravidão, inclusive sexual. Reconhecendo explicitamente o tráfico de pessoas como uma forma de escravização, o Estatuto do TPI abriu as portas para a inclusão não apenas do tráfico sexual, mas também do tráfico de mão-de-obra como forma de escravização, fornece uma extensa base para o julgamento de casos de escravidão humana, incluindo o tráfico de pessoas.

Caracteriza também os crimes de guerra, que são violações graves das convenções de Genebra no contexto de conflitos armados e incluem, por exemplo, o uso de crianças-soldado, o assassinato ou tortura de civis e prisioneiros de guerra, ataques à religião, educação, arte, ciência e outros (art. 8º).<sup>128</sup>

Por fim, o crime de agressão, que ainda não pertence à jurisdição do TPI, definido como “o uso da força armada por um Estado contra a soberania, integridade ou independência de outro Estado”, tal definição foi adotada através da alteração do Estatuto de Roma na primeira Conferência de Revisão do Estatuto em Kampala, Uganda, em 2010, mas para que essas emendas entrem em vigor, elas devem ser ratificadas por pelo menos 30 Estados e depois votadas por Estados Parte.<sup>129</sup>

O ato de agressão inclui, entre outras coisas, invasão, ocupação militar e anexação pelo uso da força, bloqueio dos portos ou costas, se for considerado ser, por seu caráter, gravidade e escala, uma violação manifesta da Carta das Nações Unidas.<sup>130</sup> A Assembleia dos Estados Parte realizou a sua décima sexta sessão em dezembro de 2017 na sede das Nações Unidas em Nova Iorque, sendo, neste ato, adotado seis resoluções por consenso: sobre a

---

<sup>128</sup> ICC, International Criminal Court. Get involved. *How the Court Works?* <https://www.icc-cpi.int/about/how-the-court-works>. Disponível em: 01 set 2017.

<sup>129</sup> *Idem*.

<sup>130</sup> ICC, International Criminal Court. *Understanding the International Criminal Court*. Disponível em: <https://www.icc-cpi.int/iccdocs/PIDS/publications/UICCEng.pdf> Acesso em: 10 out 2017, p. 14.

ativação da jurisdição do TPI sobre o crime de agressão; emendas ao artigo 8 do Estatuto de Roma; sobre as consultas previstas no artigo 97, c, do Estatuto de Roma; na cooperação; sobre o orçamento de 2018 e a resolução "*omnibus*". Na resolução sobre a ativação da jurisdição do TPI quanto ao crime de agressão, a Assembléia decidiu ativar a jurisdição a partir de 17 de julho de 2018.

Salienta-se que, os juízes do tribunal são obrigados a interpretar estritamente as definições, não podendo estendê-las por analogia, isso porque, o objetivo principal do texto é estabelecer padrões internacionais objetivos e dessa forma, não pode deixar espaços para contradições ou decisões arbitrárias. Não há crime sem lei anterior que o defina, princípio da *Nullum crimen sine lege*, devidamente reconhecido pelo Estatuto em seu art. 22.

Na esfera do presente trabalho é importante entender como o Estatuto define os crimes internacionais de escravidão sexual, de prostituição forçada contra a humanidade e de guerra, bem como o desaparecimento forçado, uma vez que, intimamente ligado ao tema em comento.

O Estatuto considera o desaparecimento forçado de pessoas como um crime contra a humanidade quando praticado de forma generalizada ou sistemática (art. 7º, § 1º, "i"), o que confirma o expresso no preâmbulo da Convenção Interamericana descrita no item 5.3.8.

O conceito de escravidão sexual tem como elemento específico exercer um dos atributos do direito de propriedade sobre uma pessoa, tal como comprar, vender, dar em troca ou impor alguma privação ou qualquer outra forma de reduzir alguém à condição análoga à escravidão.<sup>131</sup>

Em conformidade com o art. 7 do Estatuto temos que:

1. Para os efeitos do presente Estatuto, entende-se por "crime contra a humanidade", qualquer um dos atos seguintes, **quando cometido no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque:**

- a) Homicídio;
- b) Extermínio;
- c) Escravidão;
- d) Deportação ou transferência forçada de uma população;
- e) Prisão ou outra forma de privação da liberdade física grave, em violação das normas fundamentais de direito internacional;
- f) Tortura;
- g) Agressão sexual, escravatura sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada ou qualquer outra forma de violência no campo sexual de gravidade comparável;
- h) Perseguição de um grupo ou coletividade que possa ser identificado, por motivos políticos, raciais, nacionais, étnicos, culturais, religiosos ou de gênero, tal como definido no parágrafo 3º, ou em função de outros critérios universalmente

---

<sup>131</sup> MJ, Ministério da Justiça. *Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*. Brasília. Cartilha 2007, p. 11-12.

reconhecidos como inaceitáveis no direito internacional, relacionados com qualquer ato referido neste parágrafo ou com qualquer crime da competência do Tribunal;  
i) Desaparecimento forçado de pessoas;  
j) Crime de *apartheid*;  
k) Outros atos desumanos de caráter semelhante, que causem intencionalmente grande sofrimento, ou afetem gravemente a integridade física ou a saúde física ou mental. (*grifo nosso*)

E para efeitos o disposto acima, entende-se, nos termos do item 2 do art. 7º:

(...) c) Por "escravidão" entende-se o exercício, relativamente a uma pessoa, de um poder ou de um conjunto de poderes que traduzam um direito de propriedade sobre uma pessoa, incluindo o exercício desse poder no âmbito do tráfico de pessoas, em particular mulheres e crianças; d) Por "deportação ou transferência à força de uma população" entende-se o deslocamento forçado de pessoas, através da expulsão ou outro ato coercivo, da zona em que se encontram legalmente, sem qualquer motivo reconhecido no direito internacional; (...) i) Por "desaparecimento forçado de pessoas" entende-se a detenção, a prisão ou o sequestro de pessoas por um Estado ou uma organização política ou com a autorização, o apoio ou a concordância destes, seguidos de recusa a reconhecer tal estado de privação de liberdade ou a prestar qualquer informação sobre a situação ou localização dessas pessoas, com o propósito de lhes negar a proteção da lei por um prolongado período de tempo. (*grifo nosso*)

O Estatuto do TPI reconhece ainda o Conselho de Segurança da ONU como responsável pela manutenção da paz e segurança internacionais aceitando que ele aja de acordo com o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, possibilitando assim, conforme determinado pelo art. 13 do Estatuto, que o Conselho encaminhe situações do TPI quando um ou mais crimes tipificados pelo Estatuto tenha sido praticados e, com isso o exercício da jurisdição torna-se vinculativa e é expandida para Estados não parte do Estatuto. Ainda, o Conselho de Segurança poderá solicitar que o TPI suspenda uma investigação e/ou processo por um período de 12 meses, renovável, com a finalidade de garantir com que os esforços de paz por ele exercidos não sejam, de alguma forma, prejudicados (art. 16).

Quanto a responsabilidade penal, essa será aplicada a todos os indivíduos sem distinção (art.27), sendo irrelevante a “qualidade oficial”, a qual não pode ser critério para redução de sentença ou outra forma de discriminação entre indivíduos acusados e/ou julgados.

Os Estados Parte têm obrigação em auxiliar e cooperar plenamente com o Tribunal em todas as etapas de trabalho, tudo isso respeitando os direitos dos envolvidos. Se um Estado se recusa a cumprir algum pedido de cooperação a Assembleia ou o Conselho de Segurança podem rever a questão.

Perante a gravidade dos crimes aqui descritos, para ajudar tanto as vítimas quanto as testemunhas a enfrentar o processo emocional e judicial, o TPI obriga-se a providenciar medidas de proteção, aconselhamento, segurança e assistência, respeitando todos os direitos

das partes, inclusive os direitos do acusado, seguindo o devido processo legal (art. 68).

Criou-se um verdadeiro sistema internacional de justiça criminal, no entanto, o TPI ainda sofre resistência e dificuldade de implementação por alguns Estados Parte que, embora tenham assinado e ratificado o Estatuto, no que diz respeito a temas como a entrega dos nacionais, a prisão perpétua, a relativização da coisa julgada e a imprescritibilidade dos crimes punidos pelo TPI.

### **7.3. Corte Interamericana de Derechos Humanos (*Inter-American Court of Human Rights*)**

A Corte Interamericana de Derechos Humanos tem sede em São José, capital da Costa Rica, e faz parte do Sistema Interamericano de Derechos Humanos. Sua primeira reunião foi realizada em 1979 na sede da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington, EUA.

A Comissão Interamericana de Derechos Humanos foi criada em 1959 e juntamente com a Corte instalada em 1979. É um órgão principal e autônomo da Organização dos Estados Americanos (OEA), composto por 7 membros independentes e encarregada da promoção e proteção dos direitos humanos no continente americano, sendo uma instituição do Sistema Interamericano de Protección dos Derechos Humanos (SIDH).<sup>132</sup>

A Corte é destinada a julgar casos contenciosos entre cidadãos e países, além de supervisionar a aplicação de suas sentenças e ditar medidas cautelares, mas o acesso individual à Corte é limitado.

A fim de apresentar uma denúncia perante a Comissão, os indivíduos devem ter esgotado os recursos internos, exceto se não existir na legislação interna do Estado e/ou o devido processo legal para a proteção do direito ou direitos que se alegue tenham sido violados; não se houver permitido ao presumido prejudicado em seus direitos o acesso aos recursos da jurisdição interna, ou houver sido ele impedido de esgotá-los e, ainda, houver demora injustificada na decisão sobre os mencionados recursos. Além disso, a Corte somente pode examinar as comunicações individuais se os Estados Parte envolvidos no caso reconheceram a competência da Corte e ratificaram a Convenção Americana sobre Derechos Humanos.<sup>133</sup>

---

<sup>132</sup> OAS, Organization of American States. Inter-American Commission on Human Rights, ‘*What is the IACHR?*’ Disponível em? <<http://www.cidh.oas.org/what.htm>>. Acesso em 29 jul 2017.

<sup>133</sup> TAVARES, Amarillis Busch. *O Desaparecimento Forçado como um Prática Sistemática de Estado nas Ditaduras da América Latina: Uma Abordagem Crítica sobre o Papel do Sistema Interamericano de Derechos*

O Sistema Interamericano de Direitos Humanos teve como uma das causas de engajamento o desejo dos Estados Americanos para que não se repetissem as barbáries ocorridas durante as guerras que vinham assolando o mundo.

Atualmente, a Corte IDH é composta de 20 países, englobando cerca de 560 milhões de cidadãos.

## 7. CASOS E JURISPUDÊNCIAS

A jurisprudência dos tribunais nacionais e internacionais tem papel importante no auxílio da consolidação das normas de direito internacional.

Segundo o princípio da complementaridade, a jurisdição dos tribunais internacionais conforme tópico anterior, deve ser exercida quando um Estado não possa, ou não deseje julgar crimes que estejam sob sua jurisdição. Para serem beneficiados com esse princípio, entretanto, os Estados necessitam de uma legislação adequada que lhes permitam julgar esses casos.

Além disso, os Estados Parte em tratados de direito internacional humanitário devem promulgar normas de implementação destes, a fim de dar eficácia às obrigações assumidas ao ratificar tais instrumentos. Isso porque, os tribunais nacionais seguirão desempenhando um papel importante e primordial no julgamento dos supostos crimes, visto que o estabelecimento de tribunais internacionais é um novo passo rumo à repressão total e efetiva.

### 7.1. Estado Africano *versus* Makhosini Mathews Fakudze (Processo N 41/942/16)<sup>134</sup>

Trata-se de caso de tráfico de criança menor de 18 anos, com o propósito de exploração sexual e utilização de meios como ameaça, uso de força, coerção e abuso de poder. A vítima é uma criança de 12 anos abusada sexualmente pelo padrasto. Apesar de relatar o caso à mãe e ao conselho tutelar da escola, nada foi feito. Passado um tempo, foi deixada pela mãe, foi quando a vítima e o acusado mudaram para outra cidade na África do Sul. Ela pensou que teria uma chance de uma vida e um futuro melhor se permanecesse com o

---

Humanos. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/tablas/r30004.pdf%20> Acesso em 07 jul 2017. P. 307

<sup>134</sup> [https://www.unodc.org/res/cld/case-law-doc/traffickingpersonscrimetype/zaf/2017/the\\_state\\_and\\_makhosini\\_mathews\\_fakudze\\_html/Sentencing\\_decision\\_Fakudze.pdf](https://www.unodc.org/res/cld/case-law-doc/traffickingpersonscrimetype/zaf/2017/the_state_and_makhosini_mathews_fakudze_html/Sentencing_decision_Fakudze.pdf)

acusado e que, talvez, ele não repetiria as coisas que havia feito a ela anteriormente, o que não ocorreu. A vítima era responsável ainda pela limpeza e tarefas domésticas.

Após anos de abuso, a vítima engravidou e, já no hospital, informou uma enfermeira que seu padrasto abusava dela. Devido à idade ela foi transferida para outro hospital para dar à luz, quando a polícia compareceu.

Instaurado o processo, o Tribunal Regional da Divisão Regional de Kwazulu-Natal, localizado em Durban (*Regional Court for the Regional Division of Kwazulu-Natal*) considerou que o acusado traficou a vítima dentro da República da África do Sul para fins de exploração sexual na forma de estupro.

Embora a vítima seja uma criança e os meios não sejam necessários para a caracterização do crime, o tribunal considerou que a vulnerabilidade da criança foi abusada. Ainda, embora a vítima tenha acompanhado voluntariamente o acusado, o consentimento claramente viciado não impede a condenação.

O tribunal aplicou e considerou os fatores agravantes estabelecidos na Seção 14 da Lei de Prevenção ao Tráfico de Pessoas de 2013 (*Section 14 of the Prevention of Trafficking in Persons Act*). Os factores agravantes incluem que o acusado é o padrasto da vítima e começou a abusar dela aos 12 anos de idade e deu a luz a um bebê com 14 anos d idade. A posição da vítima como criança tornava-a inerentemente vulnerável ao tráfico e ao abuso sexual e o acusado aproveitou dessa vulnerabilidade e levou-a junto com ele para a África do Sul e sem documentos de identificação.

Em março de 2017 o tribunal considerou o acusado culpado a prisão perpétua dos hediondos crimes de estupro e tráfico de pessoas que se tornaram um fenômeno global. Os efeitos do que ele fez têm consequências de longo alcance. Ele destruiu a infância da vítima; traiu sua confiança; destruiu sua integridade; prejudicou sua visão positiva da vida e do futuro brilhante que ela imaginou para si mesma.

## **7.2. Estados Unidos da América *versus* Erik Shamsud-Din (Número do Boletim: 1: 10-cr-00927)<sup>135</sup>**

O acusado explorou sexualmente três vítimas do sexo feminino. Uma menina de 16 anos que tinha fugido de um lar adotivo de Minnesota para conhecer uma pessoa que lhe disse

---

<sup>135</sup> <https://archives.fbi.gov/archives/chicago/press-releases/2013/interstate-sex-trafficker-sentenced-to-15-years-in-federal-prison-for-prostituting-adult-and-minor-victims>



que seria seu namorado e cuidaria dela. Após a chegada da vítima na Califórnia, ela foi forçada a trabalhar como prostituta.

Em dezembro de 2006, a vítima encontrou o acusado, que se ofereceu para protegê-la do primeiro homem que a traficou, mas desde que trabalhasse como prostituta para ele.

O acusado levou a vítima junto com outras duas mulheres que ele já havia explorado sexualmente. Foram levadas para várias cidades nos Estados Unidos para fins de prostituição, foram para os estados do Arizona, Califórnia, Novo México, Illinois e Texas. O acusado ficava com todo o dinheiro que elas ganhavam, batia nelas, deu drogas e forçou as vítimas à prostituição.

Em janeiro de 2007, a polícia do Departamento de Polícia de Skokie respondeu a uma denúncia de briga entre duas das vítimas, sendo estas resgatadas e o acusado foi preso.

Após instauração do processo, na 1ª instância, o Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito Norte de Illinois (*United States District Court for the Northern District of Illinois*) o réu foi considerado culpado pelos crimes de tráfico interno de pessoas, prostituição interestadual, tráfico sexual de menor, por meio de coerção e abuso de poder. Foi condenado a 15 anos de prisão. O tribunal considerou as leis dos EUA (US Code), aplicando especificadamente 18 U.S.C. § 2423(a); 18 U.S.C. § 1591(a) e 18 U.S.C. § 2422. Que foi confirmado na 2ª instância pelo Tribunal de Apelações dos Estados Unidos para o Sétimo Circuito (*United States Court of Appeals for the Seventh Circuit*).

### **7.3. Ministério Público Federal *versus* 6 acusados (ACR 0000957-09.2007.404.7210 TRF4/SC)<sup>136</sup>**

Seis acusados facilitavam a entrada de mulheres argentinas para exercer a prostituição no Brasil. Essas mulheres foram recrutadas sob a falsa promessa de trabalho legal no Brasil e depois foram transferidas e obrigadas a exercer a prostituição em diferentes bordéis de propriedade dos acusados, foram transportadas e, depois de alojadas, as vítimas foram sexualmente exploradas e ficaram à mercê das regras de estabelecimento. Segundo os réus, as vítimas tinham “dívidas” para pagá-las devido à provisão de transporte, alimentação e hospedagem.

Em agosto de 2013, o 4º Tribunal Regional Federal de Porto Alegre considerou os acusados culpados de favorecimento à prostituição, manutenção de casa de prostituição,

<sup>136</sup>

[https://www.unodc.org/res/cld/case-law-doc/traffickingpersonscrimetype/bra/2013/acr\\_0000957-09\\_2007\\_404\\_7210\\_trf4\\_html/50\\_ACR\\_0000957-09.2007.404.7210\\_TRF4.docx](https://www.unodc.org/res/cld/case-law-doc/traffickingpersonscrimetype/bra/2013/acr_0000957-09_2007_404_7210_trf4_html/50_ACR_0000957-09.2007.404.7210_TRF4.docx)

tráfico internacional e tráfico interno para a exploração sexual. Aplicou o Código Penal Brasileiro (arts. 228, 229, 231 e 231-A).

#### **7.4. Rantsev versus Chipre e Rússia (*Application* n° 25965/04)<sup>137</sup>**

Neste caso o requerente é um cidadão russo que apresentou uma queixa contra a República de Chipre e a Federação da Rússia apresentado ao Tribunal Europeu dos Direitos Humanos ao abrigo do artigo 34 da Convenção para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais (petições individuais) em relação à morte da sua filha de 20 anos.

O requerente queixou-se, nos termos dos artigos 2.º, 3.º, 4.º, 5.º e 8.º da Convenção, da falta de uma investigação suficiente sobre as circunstâncias da morte da filha, a falta de proteção adequada pela polícia cipriota e o fracasso das autoridades cipriotas em tomar medidas para punir os responsáveis pelos maus-tratos e morte de sua filha. Ele também se queixou sobre o fracasso das autoridades russas em investigar o suposto tráfico e morte subsequente da vítima, além de não tomar medidas para protegê-la do risco de tráfico. Finalmente, ele se queixou de acordo com o artigo 6 da Convenção sobre o processo e uma suposta falta de acesso a um tribunal em Chipre.

O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos considerou, em particular, uma violação do Artigo 4 da Convenção Europeia, que trata da proibição da escravidão e do trabalho forçado. O Tribunal esclareceu as obrigações positivas para que os Estados investigassem as alegações de tráfico e implementassem medidas para prevenir e proteger as pessoas contra o tráfico de seres humanos e concluiu o enquadramento na convenção.

#### **7.5. Chowdury and Others versus Greece (*Application* n° 21884/15)<sup>138</sup>**

Os requerentes são 42 nacionais do Bangladesh que foram recrutados em Atenas e noutras partes da Grécia para trabalhar na principal exploração de morangos na cidade de Manolada. Os seus empregadores não pagavam os salários e obrigavam as vítimas a trabalhar em condições físicas degradantes sob a supervisão de guardas armados.

A Corte Europeia de Direitos Humanos considerou que houve uma violação do artigo 4, §2 da Convenção, que trata da proibição de trabalho forçado, considerando que os

---

<sup>137</sup> [https://ec.europa.eu/anti-trafficking/sites/antitrafficking/files/rantsev\\_vs\\_russia\\_cyprus\\_en\\_4.pdf](https://ec.europa.eu/anti-trafficking/sites/antitrafficking/files/rantsev_vs_russia_cyprus_en_4.pdf)

<sup>138</sup> <http://hudoc.echr.coe.int/eng-press?i=003-5671464-7189869>

requerentes não tinham recebido proteção efetiva do Estado grego. A Corte constatou, em especial, que a situação das vítimas era de tráfico de seres humanos e de trabalho forçado.

Assim, a Corte entendeu então que o Estado grego falhou em suas obrigações de impedir a situação do tráfico internacional de pessoas, proteger as vítimas, realizar uma investigação efetiva sobre os delitos cometidos e punir os responsáveis pelo tráfico.

A recomendação foi para que os Estados devem criar um quadro legislativo e administrativo que proíba e castigue trabalho forçado ou compulsório, servidão e escravidão. A Grécia cumpriu em grande parte obrigação, nomeadamente ratificando o Protocolo de Palermo e a Convenção do Conselho da Europa de Ação contra o Tráfico de Seres Humanos

No presente caso, a Corte observou também que, muito antes dos acontecimentos autoridades estavam cientes da situação nas plantações de morangueiro de Manolada. Os Estados foram obrigados a adotar uma série de medidas para prevenir o tráfico e proteger os direitos das vítimas. Ainda, condenou a Grécia ao pagamento de 16.000 euros a cada uma das vítimas, pelos danos sofridos e mais custos e despesas.

#### **7.6. G e H (The Queen on the application of G and H) *versus* Tribunal Superior da Inglaterra e País de Gales (Upper Tribunal of England and Wales) e SSHD (Secretary of State for the Home Department) (Case N<sup>o</sup>: CO/2123/2014)**

A vítima, de origem nigeriana, foi traficada para exploração sexual da Nigéria para um outro país de destino do tráfico (não é mencionado o país de destino por questões de segurança e anonimato). Neste país de destino do tráfico, foi informada que um traficante havia pago cerca de € 40.000 por ela e, dessa forma, tinha que trabalhar para pagar essa “dívida”. O resultado foi que, no país de destino do tráfico, ela foi presa e forçada a trabalhar como prostituta por quase um ano, sendo fisicamente e sexualmente abusada. Até que ela escapou com a ajuda de um cliente, quem pagou suas despesas de viagem para o Reino Unido. Após entrar no Reino Unido usando uma identidade falsa.

A vítima alegou ainda que não procurou as autoridades ou divulgou quaisquer detalhes de seu tráfico por medo.

#### **7.7. Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde *versus* Brasil**<sup>139</sup>

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos submeteu à Corte o caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde, localizada no sul do Pará, contra a República

---

<sup>139</sup> [http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_318\\_por.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_318_por.pdf)

Federativa do Brasil e responsabilizou internacionalmente o Estado brasileiro por não prevenir a prática de trabalho escravo e de tráfico de pessoas. Especialmente porque, o Estado brasileiro o teve conhecimento da existência desta situação desde 1989 durante uma fiscalização do Ministério Público do Trabalho na Fazenda Brasil Verde e, apesar deste conhecimento, não teria adotado as medidas razoáveis de prevenção e resposta, nem fornecido às supostas vítimas um mecanismo judicial efetivo para a proteção de seus direitos, a punição dos responsáveis e a obtenção de uma reparação.

Consequentemente, a Comissão recomendou ao Estado brasileiro a reparação adequada das violações de direitos humanos tanto no aspecto material como moral; investigar os fatos relacionados com as violações de direitos humanos declaradas e conduzir as investigações de maneira imparcial, eficaz e dentro de um prazo razoável, com o objetivo de esclarecer os fatos de forma completa, identificar os responsáveis e impor as sanções pertinentes; providenciar as medidas administrativas, disciplinares ou penais pertinentes relativas às ações ou omissões dos funcionários estatais que contribuíram para a denegação da justiça e impunidade; implementar políticas públicas, bem como medidas legislativas e de outra natureza voltadas à erradicação do trabalho escravo; fortalecer o sistema jurídico e criar mecanismos de coordenação entre a jurisdição penal e a jurisdição trabalhista para superar os vazios existentes na investigação, processamento e punição das pessoas responsáveis pelos delitos de servidão e trabalho forçado e zelar pelo estrito cumprimento das leis.

Após instauração do processo e coleta de provas, a Carto decidiu que o Estado é responsável pela violação do direito a não ser submetido a escravidão e ao tráfico de pessoas, estabelecido no artigo 6.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação aos artigos 1.1, 3, 5, 7, 11 e 22 do mesmo instrumento, em prejuízo dos 85 trabalhadores resgatados em 2000. Adicionalmente, houve também violação em relação ao artigo 19 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, por ser criança no momento dos fatos. Condenado a reiniciar as investigações iniciais além da indenização por danos morais e materiais.

## **8. PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS QUE TRATAM DO TEMA**

### **8.1. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (*United Nations Office on Drugs and Crime*)**

O fundamento normativo para o trabalho de Estado de Direito das Nações Unidas é a Carta das Nações Unidas juntamente com quatro principais pilares do sistema jurídico internacional: direito internacional dos direitos humanos, direito internacional humanitário, direito penal internacional e direito internacional dos refugiados.

O UNODC, fundado em 1997, é líder global na luta contra drogas ilícitas e crime organizado internacional. Opera em todas as regiões do mundo através de uma vasta rede de gabinetes. Baseando seu trabalho em três grandes áreas: saúde, justiça e segurança pública.

Dessa base tripla, desdobram-se temas como drogas, crime organizado, tráfico de seres humanos e contrabando de imigrantes, corrupção, lavagem de dinheiro e terrorismo, além de desenvolvimento alternativo e de prevenção ao HIV entre usuários de drogas e pessoas em privação de liberdade, bem como, prevenção ao crime e justiça criminal, fraude, vida selvagem e crime florestal.<sup>140</sup>

O crime organizado transnacional engloba as mais diversas atividades e ações criminais motivadas pelo lucro e cometidas por grupos organizados envolvendo mais de um país, sendo, uma dessas atividades, o tráfico internacional de pessoas, objeto do presente trabalho.

Pode-se dizer que o UNODC desempenha o papel de guardião da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional e seus Protocolos, ajudando os Estados a traduzirem os compromissos em ação, a integrar mandatos de justiça criminal e segurança relacionados no sistema das Nações Unidas, além de promover uma conscientização global do problema. Desta feita, o UNODC tem como função dar apoio ao governo para aplicar a Convenção da maneira mais efetiva possível.

O trabalho do UNODC para enfrentar o crime organizado busca além da proteção aos direitos humanos a perspectiva da Justiça Criminal, em sinergia com os esforços antitráfico.

Para facilitar a implementação efetiva de tratados internacionais sobre crime e controle de drogas, o UNODC desenvolveu uma variedade de ferramentas jurídicas que fornecem aos Estados e profissionais de justiça penal assistência prática e informações úteis.

O Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC) mantém, desde 1999, um Programa contra o Tráfico de Seres Humanos, em colaboração com o Instituto das Nações Unidas de Pesquisa sobre Justiça e Crime Interregional (UNICRI), com a finalidade de promover a cooperação entre os Estados-Membros para o combate desse tipo de crime ressaltando o envolvimento do crime organizado nesta atividade e promovendo medidas

---

<sup>140</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *About UNODC*. Disponível em: <http://www.unodc.org/unodc/en/about-unodc/index.html?ref=menutop> Acesso em: 05 de jan. De 2017.

eficazes para reprimir ações criminosas. Criar medidas socioeducativas de prevenção, com campanhas de conscientização da comunidade sobre o problema e seus riscos; coopera com os Estados promovendo treinamentos práticos a todos os agentes envolvidos nas operações de proteção; finalmente, busca o fortalecimento dos sistemas judiciários para efetiva criminalização dos envolvidos.<sup>141</sup>

O projeto se dá em três frentes de ação: prevenção, proteção e criminalização, juntando esforços para combater o tráfico de seres humanos e promover medidas eficazes para reprimir ações criminosas. Cria medidas socioeducativas de prevenção, com campanhas de conscientização da comunidade sobre o problema e seus riscos; coopera com os Estados promovendo treinamentos práticos a todos os agentes envolvidos nas operações de proteção; finalmente, busca o fortalecimento dos sistemas judiciários para efetiva criminalização dos envolvidos.<sup>142</sup>

Em um esforço para educar e explicar os fenômenos a uma audiência global, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) lançou em 2012 uma campanha contra o crime organizado, encabeçada por um vídeo ilustrando suas diferentes formas e os custos humanos e financeiros relacionados, em conjunto de cartazes e banners online, devidamente disponíveis no site da campanha: [www.unodc.org/toc](http://www.unodc.org/toc).<sup>143</sup> Vale ressaltar que, o UNODC depende de contribuições voluntárias, principalmente de governos, para 90% de seu orçamento.

Em 26 de junho de cada ano, o UNODC marca o Dia Internacional contra o Abuso de Drogas e o Tráfico Ilícito. Em 2016, o tema da campanha foi "Ouça primeiro". O objetivo é aumentar o apoio à prevenção do uso de drogas baseado na ciência e, portanto, ser um investimento efetivo no bem-estar das crianças e dos jovens, suas famílias e suas comunidades. Especialistas desenvolveram materiais que informam e ajudam a identificar formas eficazes de apoiar os jovens a crescer saudáveis e resistentes. Já em 9 de dezembro de cada ano, o UNODC comemora o Dia Internacional contra a Corrupção, tema atual é "Quebre a Cadeia de Corrupção". Dentre outras campanhas.<sup>144</sup>

---

<sup>141</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Trafficking in Persons and Migrant Smuggling*. Disponível em: <<http://www.unodc.org/lpo-brazil/en/trafico-de-pessoas/index.html>> Acesso em: 10 maio 2016.

<sup>142</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Trafficking in Persons and Migrant Smuggling*. (...)

<sup>143</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *UN Convention against Organized Crime celebrates 10 years*. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/frontpage/2013/September/un-convention-against-organized-crime-celebrates-10-years.html> Acesso em: 05 de jan. de 2017.

<sup>144</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Campaigns*. Disponível em: <http://www.unodc.org/unodc/en/about-unodc/campaigns.html?ref=menusize> Acesso em: 05 de jan. de 2017.

A vulnerabilidade, em todas as suas diferentes formas, que estão por trás de cada caso, é fundamental para a compreensão desse tipo preocupante de crime e como ele pode ser combatido.

O UNODC é ainda responsável por administrar uma tentativa de prestar ajuda e apoio urgente às pessoas mais afetadas pelo tráfico de seres humanos, criado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas em 2010 o “Fundo Voluntário das Nações Unidas para as Vítimas do Tráfico de Seres Humanos” (Voluntary Trust Fund for Victims of Human Trafficking), com objetivo primordial para que governos, setor privado, organizações internacionais, ONGs e indivíduos trabalhem em conjunto para ajudar diretamente os mais afetados por este flagelo em todo o mundo. O Fundo Fiduciário concede subsídios plurianuais de até US \$ 20.000 por ano às ONGs de base que ajudam diretamente as vítimas em países de todo o mundo.<sup>145</sup>

No mais, ficou estabelecido que os governos deverão encaminhar relatórios anuais com as medidas adotadas e ações implementadas. O que possibilitará a fiscalização e busca por maior efetividade por parte de um importante órgão das Nações Unidas.

Ainda em 2010, reconhecendo a necessidade de desenvolver um plano global de ação contra o tráfico de pessoas para promover a ratificação universal da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional e os Protocolos, bem como outros instrumentos internacionais relevantes e reforçar sua implementação; ajudar os Estados a reforçar os seus compromissos políticos e obrigações legais; promover respostas e fortalecer a resposta da justiça criminal; aumentar a conscientização e a cooperação.

Para conscientizar, mobilizar a opinião pública mundial contra o tráfico de pessoas, encorajar a participação e demonstrar solidariedade, o UNODC lançou a campanha Coração Azul que representa a tristeza das vítimas do tráfico e nos lembra da insensibilidade daqueles que compram e vendem outros seres humanos.

A partir de 2015 a União Europeia (UE) e o UNODC implementaram o projeto GLO.ACT<sup>146</sup>, em parceria com a OIM e o UNICEF, com duração de quatro anos, de 2015 a 2019, o projeto foi criado especialmente como uma resposta coordenada ao tráfico de pessoas e ao contrabando de migrantes, buscando o desenvolvimento e reforço as respostas da justiça criminal para implementação do Protocolo para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, especialmente mulheres e crianças e o Protocolo contra o Contrabando de Migrantes

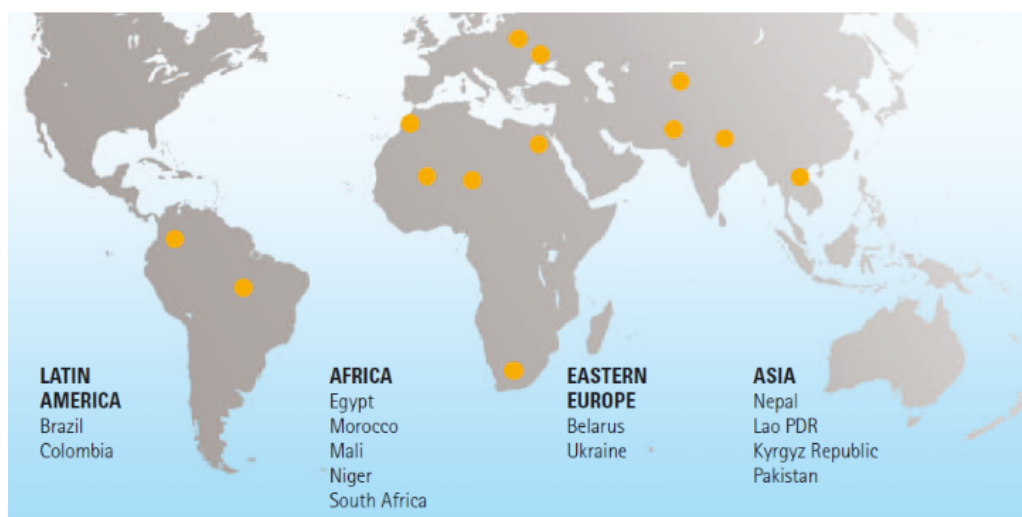
---

<sup>145</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. Victims Trust Fund. Disponível em [www.unodc.org/humantraffickingfund](http://www.unodc.org/humantraffickingfund). Acesso em: 15 fev. 2017.

<sup>146</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Ação Global para Prevenir e Combater o Tráfico de Pessoas e o Tráfico Ilícito de Migrantes (2015-2019). GLO.ACT*. Disponível em: [http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/2016/glo.act/GloACT\\_ProjectSummary\\_PT\\_2016.pdf](http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/2016/glo.act/GloACT_ProjectSummary_PT_2016.pdf). Acesso em 30 de maio de 2018.

por Terra, Mar e Ar através de uma abordagem de prevenção, proteção, acusação e cooperação.

O GLO.ACT recebeu 11 milhões de euros de iniciativa conjunta da UE e do UNODC e será realizado em 13 países estrategicamente selecionados na África, Ásia, Europa e América Latina.



**Figura 17.** Países do GLO.ACT. Fonte: <http://www.unodc.org/unodc/en/human-trafficking/glo-act/overview.html>

O projeto visa ajudar os países selecionados a desenvolver e implementar respostas abrangentes nacionais de combate ao tráfico e ao contrabando através de seis pilares:



**Figura 18.** Metas e objetivos do GLO.ACT. Fonte: [http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/2016/glo.act/GloACT\\_ProjectSummary\\_PT\\_2016.pdf](http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/2016/glo.act/GloACT_ProjectSummary_PT_2016.pdf)

**Objetivo 1:** Trabalha com os países para desenvolvimento de políticas e estratégias adaptadas ao seu contexto nacional.



Objetivo 2: Fiscaliza e garante que os quadros legislativos nacionais criminalizarão o tráfico de pessoas e o contrabando de migrantes, bem como, que cumprirão as normas internacionais.

Objetivo 3: trabalha em conjunto com as autoridades governamentais para melhorar o conhecimento e a capacidade dos profissionais da justiça criminal para combater o tráfico de pessoas e o contrabando de migrantes, assim, como, para proteger as vítimas efetivas e potenciais vítimas.

Objetivo 4: Promove a cooperação e o intercâmbio de informações entre os responsáveis pela identificação, investigação, repressão e aplicação da lei contra o tráfico de seres humanos e com o contrabando de migrantes.

Objetivo 5: Através da OIM, trabalha com a sociedade civil e autoridades governamentais para desenvolver programas de assistência e apoio às vítimas.

Objetivo 6: Através do UNICEF e OIM, trabalha com serviços de apoio a vítimas e autoridades governamentais relevantes para desenvolver estruturas para a proteção e assistência especialmente de crianças, considerando sua vulnerabilidade e especial situação.

## **8.2. Organização dos Estados Americanos (*Organization of American States*)**

A Organização dos Estados Americanos tem sua origem na Primeira Conferência Internacional Americana, realizada em Washington, D.C., em 1889, foi a partir dessa data que os Estados americanos decidiram se reunir periodicamente e criar um sistema compartilhado de normas e instituições. Tornou-se assim o mais antigo organismo regional do mundo. Esta reunião resultou na criação da União Internacional das Repúblicas Americanas, e começou a se tecer uma rede de disposições e instituições, que depois tornou-se a "União Pan-Americana" e, finalmente, com a expansão das suas funções, a Secretaria Geral da OEA, dando início ao que ficará conhecido como "Sistema Interamericano", o mais antigo sistema institucional internacional.<sup>147</sup>

A Organização foi fundada em 1948 com a assinatura, da Carta da OEA (Charter of the OAS), em Bogotá, Colômbia, que entrou em vigor em dezembro de 1951, modificada mediante Protocolos de Reforma, em quatro ocasiões: Buenos Aires, 1967; Cartagena das Índias, 1985; Washington, 1992; Manágua, 1993.

---

<sup>147</sup> OAS, Organization of American States. 'Who we are' Disponível em [http://www.oas.org/en/about/who\\_we\\_are.asp](http://www.oas.org/en/about/who_we_are.asp) Acesso em 01 maio 2017.

Para atingir seus objetivos mais importantes, a OEA baseia-se em 4 principais pilares, quais sejam, a democracia, os direitos humanos, a segurança e o desenvolvimento. Criada para alcançar, nos termos do Art. 1º da Carta:

Os Estados americanos consagram nesta Carta a organização internacional que vêm desenvolvendo para conseguir uma ordem de paz e de justiça, para promover sua solidariedade, intensificar sua colaboração e defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência. Dentro das Nações Unidas, a Organização dos Estados Americanos constitui um organismo regional.

Os pilares estão interligados por meio de uma estrutura que inclui diálogo político, inclusão, cooperação, instrumentos jurídicos e mecanismos de acompanhamento, que fornecem à OEA as ferramentas para realizar eficazmente seu trabalho e maximizar os resultados.

Todos os 35 países independentes das Américas ratificaram a Carta da OEA e pertencem à Organização, constituindo um dos principais fóruns governamentais político, jurídico e social. Além disso, a Organização concedeu o estatuto de “observador permanente” a 69 Estados e à União Europeia.<sup>148</sup>

Em matéria de tráfico humano, foi apenas em março de 2006, preocupados com o aumento do delito do tráfico de pessoas, bem como das repercussões econômicas, sociais e humanas que gera, por intermédio do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos, foi realizada a Primeira Reunião de Altas Autoridades Nacionais em Matéria de Tráfico de Pessoas em Porlamar, Ilha Margarita, República Bolivariana da Venezuela, tendo como projeto de resolução o “Combate ao delito do tráfico de pessoas, especialmente mulheres, adolescentes e crianças”.<sup>149</sup>

O processo preparatório da reunião ocorreu no âmbito do Grupo de Trabalho Encarregado dos Preparativos da Reunião de Autoridades Nacionais em matéria de Tráfico de Pessoas, criando no âmbito da Comissão Geral do Conselho Permanente. O Grupo decidiu que a reunião deveria abordar o tema do tráfico de pessoas de maneira integral e, em consequência, definiu que cinco temas comporiam a agenda da reunião, sendo: a implementação dos instrumentos jurídicos internacionais na matéria; prevenção do delito de tráfico de pessoas; proteção e assistência às vítimas do tráfico de pessoas; sujeição a processo dos autores do delito de tráfico de pessoas; e intercâmbio de informação e experiências,

---

<sup>148</sup> OAS, Organization of American States. ‘Who we are’ Disponível em [http://www.oas.org/en/about/who\\_we\\_are.asp](http://www.oas.org/en/about/who_we_are.asp) Acesso em 01 maio 2017.

<sup>149</sup> OAS, Organization of American States. Permanent Council of the Organization of American States - *Fighting trafficking in persons*. Disponível em: <http://www.oas.org/csh/english/fightingtraffickinginpersons.asp> Acesso em 01 maio 2017.

diálogo político e cooperação entre os países de origem, trânsito e destino do tráfico de pessoas e aperfeiçoamento dos registros estatísticos.<sup>150</sup>

A partir de então, continuam a serem realizadas as reuniões sobre o tema, em 2009 na Argentina, 2012 na Guatemala e 2014 no Brasil. Destacando por meio dessas reuniões a relevância dos esforços na luta contra o tráfico de pessoas e o compromisso dos governos de fortalecer a cooperação regional e internacional para combater esse grave delito, a necessidade do fortalecimento da resposta nacional, a demonstração aos Estados da importância da implementação da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional e seus Protocolos e ainda, que o tráfico de pessoas deve, de forma essencial, ser abordado sob a perspectiva da responsabilidade compartilhada como um de seus eixos transversais.

A Lei de Proteção às Vítimas do Tráfico de 2000, fornece ferramentas aos Estados americanos para combater o tráfico de pessoas em âmbito nacional e internacional. A Lei autorizou a criação do Escritório do Departamento de Estado para Monitorar e Combater o Tráfico de Pessoas e a Força-Tarefa Interinstitucional do Presidente para Monitorar e Combater o Tráfico de Pessoas para auxiliar na coordenação de esforços de combate ao tráfico.

## **9. PRINCIPAIS PROJETOS E PRÁTICAS DE BUSCA AO COMBATE DO TRÁFICO DE PESSOAS E PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS**

A aplicação da lei é muitas vezes a primeira resposta que as vítimas possuem. A ordem internacional é constituída essencialmente pelo respeito à personalidade, soberania e independência dos Estados e pelo cumprimento das obrigações emanadas dos tratados e de outras fontes do direito internacional.

As principais obrigações dos Estados em decorrência do Direito Internacional são criar projetos e tomar as medidas adequadas ou de exercer a devida diligência para prevenir, punir, investigar e reparar os danos causados por atos cometidos por particulares que prejudiquem o gozo dos direitos humanos consagrados. Isso significa que não basta que os Estados reconheçam meramente suas obrigações decorrentes das Convenções e demais instrumentos jurídicos aplicáveis ao tema, devem ir além, eles precisam tomar medidas ativas para assegurar o gozo dos direitos humanos de todas as pessoas dentro da jurisdição do Estado.

---

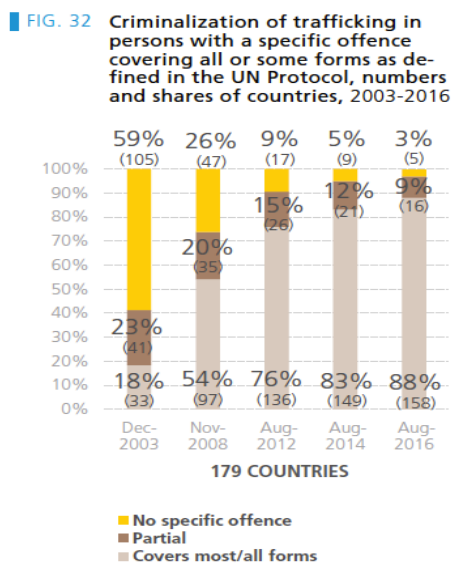
150 Report summary - First Meeting of National Authorities on Trafficking in Persons. Porlamar, Island Margarita, Bolivarian Republic of Venezuela - March 14 to 17, 2006. <http://www.oas.org/consejo/COMGRAL/PERSONSTRAFFICKING.asp>.

Com a intensificação da globalização tornou-se cada vez mais comum os atos migratórios ao redor do mundo e é nesse fluxo intenso de deslocamento que o tráfico de pessoas se expande. Passamos a visualizar maior preocupação com a problemática e a busca por uma prevenção eficaz e o combate ao crime organizado.

Muitas organizações não governamentais ao redor do mundo criam ações e projetos destinados à enfrentar e combater o tráfico de pessoas<sup>151</sup>, no âmbito das comunidades, nacional, regional e internacional. Escolhi alguns projetos que considere mais importantes em decorrência do âmbito de atuação e organização.

A maioria dos Estados-membros das Nações Unidas já criminalizam o tráfico de pessoas e muitos aprovaram novas legislações nacionais desde que foi adotada a Convenção de Palermo em 2000 e seus Protocolos, instrumentos de extrema importância criados com a intenção de ampliar as formas de proteção às vítimas do tráfico, combinando a busca por uma prevenção eficaz e o combate ao crime organizado.<sup>152</sup>

Ao longo destes anos, o número de países que tomaram medidas para implementar a Convenção de Palermo e seus Protocolos cresceu e, assim, o número de países com legislação nacional específica contra o tráfico de pessoas passou de 18% para 88% no período de 2003 à 2016.



Source: UNODC elaboration of national data.

**Figura 19.** Percentagem de países que criminalizam o tráfico de pessoas e possuem legislação específica sobre o tema, entre 2003-2016. Fonte: [http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2016\\_Global\\_Report\\_on\\_Trafficking\\_in\\_Persons.pdf](http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2016_Global_Report_on_Trafficking_in_Persons.pdf)

<sup>151</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Compendium of Best Practices on Anti Human Trafficking by Non Governmental Organizations*. Disponível em: [https://www.un.org/ruleoflaw/files/Compendium\\_of\\_Best\\_Practices\\_by\\_NGOs\[1\].pdf](https://www.un.org/ruleoflaw/files/Compendium_of_Best_Practices_by_NGOs[1].pdf) Acesso em 20 jun 2018.

<sup>152</sup> BORGES, Paulo Cesar Corrêa. (...) p. 118.

O controle da criminalidade deve ser visto como parte do maior projeto global de governo. A globalização progrediu mais rapidamente do que nossa capacidade coletiva de regulá-la e é nas áreas não regulamentadas, que as oportunidades de crime organizado cresceram.

Os dados sobre as investigações, acusações e condenações recolhidos para o período de 2010-2012 mostram que o número de condenações por crime de tráfico de pessoas continua a ser muito baixa. Durante esse período, cerca de 16% dos países catalogados não tiveram nenhuma condenação e 23% dos países relataram menos de dez condenações em um ano.<sup>153</sup>

Desta feita, o problema do tráfico de seres humanos não é apenas uma questão de justiça criminal, envolve questões sociais mais amplas, incluindo trabalho, gestão urbana, imigração e políticas externas. As estratégias de combate, tanto nacionais quanto internacionais, devem refletir esta complexidade. Precisamos de estratégias globais para problemas globais.

Sabemos que o trabalho deve ser mútuo para podermos identificar as linhas de tráfico, sendo: origem, caminho e destino.

É importante compreender como os Estados lidam com o tráfico de seres humanos é importante para teorizar a busca da segurança diante das ameaças. Dada a natureza transnacional de muitos dos casos de tráfico de pessoas, poderão envolver mais de uma jurisdições diferentes, é impreterível que haja cooperação internacional para uma investigação e punição eficazes.

Quebrar o silêncio em torno deste problema foi um passo essencial para a sua tentativa de eliminação. O mundo adquiriu nova perspectiva para enfrentar o tráfico internacional de seres humanos, criando instrumentos, medidas legislativas, administrativas, socioeducativas, focando na proteção e também buscando a punição dos envolvidos. Apesar disso, diante das estatísticas, ainda há muito o que ser feito no âmbito da concretização das ações.

No entanto, também deve-se levar em consideração que com o grande número de rotas, fluxo dinheiro, suborno de agente, falta de políticas específicas em alguns países, dentre inúmeros fator, a prevenção e combate são complexos dada a magnitude do problema. Não obstante a universalização das medidas de proteção e da adoção de mecanismos de combate ao crime organizado transnacional, a contenção dos efeitos danosos da exploração ainda é

---

<sup>153</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Global Report on Trafficking in Person 2014*. (...), p. 53-54.

incerta.<sup>154</sup>

Tradicionalmente, os tratados preveem a existência de uma autoridade de ligação, também denominada como autoridade central, uma espécie de órgão facilitador, com atribuição, interna e externa, de servir de canal de comunicação e distribuição de pedidos de cooperação.<sup>155</sup>

Se, com passar do tempo e a globalização, os crimes atravessaram as fronteiras, prejudicando diversos países, se faz necessário a criação de um instrumento capaz de proteger esses países, indo além da esfera nacional.

A luta contra o tráfico tornou-se uma prioridade política crescente, tendo em vista o tráfico apresenta número significativo, sendo que as principais potências são fortes países de destino.

Dentro do sistema europeu, o tema do tráfico de pessoas foi levantado diversas vezes no contexto da Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) desde o começo dos anos 1990 e já expressava preocupação com as práticas do tráfico e sua ligação com os problemas econômicos e o crime organizado, conforme a Declaração de Estocolmo, de 1996.<sup>156</sup> Assim, desde a década de 1990 a Comissão Europeia e o Conselho da Europa têm elaborado diversas legislações e realizado cooperação judiciária e policial, bem como, desenvolvem estratégias para prevenir e combater esse fenômeno. Inclusive, explicitamente mencionado no Tratado de Amsterdão, fonte importante do direito da comunidade europeia.<sup>157</sup>

No âmbito da cooperação internacional na União Europeia, devemos destacar a Eurojust. Em 2000, por iniciativa de Portugal, França, Suécia e Bélgica, foi constituída uma unidade provisória de cooperação judiciária sob o nome Pro-Eurojust, que opera a partir do edifício do Conselho em Bruxelas. Com os atentados de 11 de Setembro nos EUA, o foco na luta contra o terrorismo passou da esfera regional e nacional para o seu contexto internacional mais vasto e serviu de catalisador para a formalização, pela Decisão 2002/187 / JAI do Conselho da Europa para a criação da Eurojust como unidade de coordenação judiciária.

A Eurojust funciona como unidade de cooperação judiciária, organismo da União Europeia, que ajuda investigadores e delegados do Ministério Público em toda a UE a trabalhar em conjunto na luta contra a criminalidade transfronteiriça, baseado na

---

<sup>154</sup> JESUS, Damásio E. de. (...) p. XXVI.

<sup>155</sup> MPF, Ministério Público Federal. *Roteiro de Atuação: Tráfico Internacional de Pessoas*. Coordenação e organização de Raquel Elias Ferreira Dodge, Subprocuradora-Geral da República. Brasília, 2014, p. 90-91.

<sup>156</sup> JESUS, Damásio E. de. (...) p. 45-46.

<sup>157</sup> OMENA, Giovana Dias Zampieri de. *Tráfico de Seres Humanos*. Tese de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2007, p. 144-148.

solidariedade, com objetivos a melhoria da cooperação entre as autoridades, coordenação das investigações e procedimentos penais nos Estados-Membros, facilitando a troca e compartilhamento de informações, e a melhoria da prestação de auxílio no plano internacional, sem prejuízo de outras formas de apoio aptas a reforçar a eficácia das suas investigações.<sup>158</sup>

Desde sua criação a Eurojust tem crescido e em 2008 o Conselho Europeu aprovou a nova Decisão sobre o Reforço da Eurojust, cujo objetivo é melhorar as capacidades operacionais da unidade, aumentar o intercâmbio de informações entre as partes interessadas, facilitar e reforçar a cooperação entre as autoridades nacionais, bem como, reforçar e estabelecer relações com parceiros e Estados terceiros.<sup>159</sup> O capítulo mais recente do desenvolvimento da Eurojust está contido no Tratado de Lisboa.

Além disso, em âmbito europeu, em fevereiro de 2008 entrou em vigor a Convenção do Conselho da Europa relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos (the Council of Europe Convention on Action Against Trafficking in Human Beings). A Convenção visa prevenir o tráfico de seres humanos, proteger as vítimas do tráfico, processar os traficantes e promover a coordenação das ações nacionais e a cooperação internacional.

Nos Estados Unidos da América, o Gabinete do Estado para Monitoramento e Combate ao Tráfico de Pessoas, leva engajamento global dos Estados Unidos contra o tráfico de seres humanos. O projeto denominado “Trafficking Victims Protection Act of 2000”, foi responsável por aumentar as sanções penais pré-existentes em outras leis conexas e criar novas formas proteções e auxílio às vítimas de tráfico.<sup>160</sup> Ademais, o Federal Bureau of Investigation (FBI) é uma unidade de polícia do Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América (US Department of Justice), que dedica-se a eliminar os grupos transnacionais de crime organizado que representam a maior ameaça à segurança nacional e econômica do país.

O FBI é hoje a maior agência de investigação criminal no governo federal e tem a mais ampla jurisdição de investigação entre as agências federais dos Estados Unidos e permanece alojado no Departamento de Justiça. Em 2012, o FBI empregou cerca de 35.664 pessoas, incluindo 13.778 agentes especiais (investigadores criminais) e 21.886 escolas de suporte. O suporte inclui cargos profissionais, como analistas de criminalidade e inteligência, especialistas em linguagem, cientistas forenses, especialistas em informática, advogados e

---

<sup>158</sup> MPF, Ministério Público Federal. *Roteiro de Atuação: Tráfico Internacional de Pessoas*. Coordenação e organização de Raquel Elias Ferreira Dodge, Subprocuradora-Geral da República. Brasília, 2014, p. 109-110.

<sup>159</sup> *idem*

<sup>160</sup> U.S., United States of America. *Trafficking in Person Report: July 2015*. (...)

outras posições.<sup>161</sup>

Nos EUA foi criada também uma importante organização sem fins lucrativos de Washington empenhada em combater o tráfico humano e a escravidão moderna nos Estados Unidos e na Ásia, chamada Polaris, cujo projeto visa combater o tráfico de pessoas, líder na luta global para erradicar o tráfico de pessoas, colocando as vítimas no centro do problema e ajudando os sobreviventes a restaurar sua liberdade, evitando mais vítimas e aproveitando dados e tecnologia para perseguir os traficantes onde quer que eles operem. Mais de 40.000 casos de tráfico de seres humanos foram reportados ao disque denúncia do Polaris nos últimos 10 anos.<sup>162</sup>

Em 2004, o Painel de Alto Nível das Nações Unidas sobre Ameaças, Desafios e Mudanças (*United Nations High-level Panel on Threats, Challenges, and Change*) identificou o crime organizado transnacional como um dos "seis grupos de ameaças com que o mundo deve se preocupar agora e nas próximas décadas". Visto que essa forma de organização proporciona aos criminosos diversidade, flexibilidade, baixa visibilidade e longevidade.<sup>163</sup>

Ainda o âmbito das Nações Unidas, foi criado em março de 2007 o *United Nations Global Initiative to Fight Human Trafficking* (UN.GIFT), um Iniciativa Global de Combate ao Tráfico Humano, concebido para promover a luta global contra o tráfico de seres humanos com base em acordos internacionais alcançados pela Organização das Nações Unidas. Tem como fundadores e parceiros a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE).<sup>164</sup>

Em 2009 o UNODC e o UN.GIFT desenvolveram um manual a respeito do tráfico de pessoas para os profissionais que atuam perante o sistema de justiça penal, com a ajuda de diversos peritos das ciências sociais e humanas, direito e segurança provenientes de várias instituições, trazendo ferramentas relevantes sobre a abordagem técnica apropriada das vítimas, diante da grande importância delas na investigação dos crimes. Visualizou a

---

<sup>161</sup> PALMIOTTO, Michael J. *Combating Human Trafficking: A Multidisciplinary Approach*. CRC Press. Taylor & Francis Group, 2015, p. 185.

<sup>162</sup> POLARIS. *Freedon Happens Now*. Disponível em: <https://polarisproject.org/recognize-signs> Acesso em: 01 maio 2017.

<sup>163</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *The Globalization of Crime*. ISBN: 978-92-1-130295-0. United Nations publication, Sales N°. E.10.IV.6, p. 19.

<sup>164</sup> UN.GIFT, United Nations Global Initiative to Fight Human Trafficking. **About**. Disponível em: <http://www.ungift.org/knowledgehub/en/about/index.html> Acesso em: 12 maio 2016.



necessidade de compilar as boas práticas que mais se aproximam da missão do Ministério Público.<sup>165</sup>

Depois dessa criação, a ONU elaborou a campanha chamada “Coração Azul - apoiando o Fundo Global das Nações Unidas para as Vítimas do Tráfico de Pessoas”, com a finalidade específica de gerar apoio ativamente às novas contribuições para o Fundo e ajuda às vítimas, inspirar e incentivar ações em combate ao tráfico, ampliar a compreensão sobre o tema. A campanha destina-se aos cidadãos de todo o mundo, organizações, governos. O UNODC fez uma interessante cartilha com alguns depoimentos, especialmente crianças, sobre sua luta enquanto vítimas de tráfico de pessoas, que pode ser visto pelo endereço [hotsite: https://www.unodc.org/documents/blueheart/testimonials.pdf](https://www.unodc.org/documents/blueheart/testimonials.pdf).

Também em 2009, a Conferência das Partes da Convenção de Palermo convocou um grupo de trabalho sobre para facilitar a implementação do Protocolo de Palermo e fazer recomendações aos Estados Parte. Recomendou-se aos governos envolver a sociedade civil como parceiros usando uma ampla gama de ferramentas para combater o crime.<sup>166</sup>

Em 2010, o Conselho de Segurança das Nações Unidas registou com preocupação a grave ameaça que o tráfico de droga e o crime organizado transnacional representam para a segurança internacional em diferentes regiões do mundo.<sup>167</sup> E em julho de 2010, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou o Plano de Ação Global para Combater o Tráfico de Pessoas (GLO.ACT), já descrito no item 8.1 do presente trabalho, resultado de uma vontade política forte entre os Estados-membros para combater este crime brutal, requerendo assim uma base de conhecimento ampliado sobre a questão. O UNODC ficou responsável por coletar dados e informações, realizando um relatório a cada dois anos.<sup>168</sup>

A Assembleia Geral das Nações Unidas realizou em 2013 uma reunião de alto nível para avaliar o GLO.ACT e os Estados-Membros também designaram o dia 30 de julho como o Dia Mundial contra o Tráfico de Pessoas a fim de “conscientizar sobre a situação das vítimas do tráfico de pessoas e para a promoção e proteção de seus direitos”. Em setembro de 2015, o mundo adotou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e adotou metas e metas sobre o tráfico de pessoas. Outro desenvolvimento importante foi a criação do UN Summit for Refugees and Migrants 2016 que produziu a inovadora Declaração de Nova York

---

<sup>165</sup> MPF, Ministério Público Federal. *Roteiro de Atuação: Tráfico Internacional de Pessoas*. Coordenação e organização de Raquel Elias Ferreira Dodge, Subprocuradora-Geral da República. Brasília, 2014, p. 62-63.

<sup>166</sup> U.S., United States of America. *Trafficking in Person Report: July 2015*. (...) p. 11-12.

<sup>167</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *The Globalization of Crime*. ISBN: 978-92-1-130295-0. United Nations publication, Sales N°. E.10.IV.6, p. 19.

<sup>168</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Global Report on Trafficking in Person 2014*. (...) p. 16.

e estabeleceu dezenove compromissos adotados sendo que três deles são dedicados a ações concretas contra os crimes do tráfico de pessoas e do contrabando de migrantes.

Mais de uma década após a adoção do Protocolo de Palermo sobre o Tráfico de Pessoas, a maioria dos países criminalizou a maioria das formas de tráfico de pessoas em sua legislação. Mas há que se colocar realmente em prática e com eficiência todos os instrumentos, o que torna as coisas mais complicadas. O que faz com que algumas políticas econômicas andem na contramão do combate ao tráfico de pessoas. Uma vez que, o problema do tráfico de seres humanos não é apenas uma questão de justiça criminal, envolve questões sociais mais amplas, em busca da raiz do problema, quanto, especialmente, à vulnerabilidade vivida por milhões de pessoas em todo o mundo.

Em setembro de 2015, a comunidade internacional se reuniu na sede das Nações Unidas em Nova Iorque para decidir novas metas de desenvolvimento (*Millennium Development Goals*).<sup>169</sup> A intenção era “um mundo com respeito universal aos direitos humanos e dignidade da pessoa humana, as leis, justiça, igualdade e não discriminação, respeito a raça, etnia e diversidade cultural; igualdade de oportunidade permitindo uma realização humana em potencial e com prosperidade. Um mundo em que haja investimento nas crianças, para que cresçam livres, sem violência e exploração. Um mundo em que todas as mulheres e meninas gozem de igualdade de gênero e sejam removidas todas as barreiras legais, sociais e econômicas ao seu empoderamento. Um mundo justo, equitativo, tolerante, aberto e socialmente inclusivo, no qual as necessidades dos mais vulneráveis são atendidas. (tradução livre).<sup>170</sup>

No âmbito do Mercosul, devemos destacar que a região de faixa de fronteira no Brasil abrange 11 estados brasileiros, são quase 16 mil quilômetros de extensão que fazem fronteira com outros 10 países da América do Sul, ou seja, cerca de 27% do Brasil é formado por áreas de fronteira.<sup>171</sup> Estima-se que o país é um dos principais países da América Latina a contribuir para o tráfico internacional, especialmente mulheres e crianças, sendo cerca de 75

<sup>169</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Global Report on Trafficking in Person 2016*. (...), p. 30-31.

<sup>170</sup> Texto original: “A world of universal respect for human rights and human dignity, the rule of law, justice, equality and non-discrimination; of respect for race, ethnicity and cultural diversity; and of equal opportunity permitting the full realization of human potential and contributing to shared prosperity. A world which invests in its children and in which every child grows up free from violence and exploitation. A world in which every woman and girl enjoys full gender equality and all legal, social and economic barriers to their empowerment have been removed. A just, equitable, tolerant, open and socially inclusive world in which the needs of the most vulnerable are met.”

<sup>171</sup> SNJ, Secretaria Nacional de Justiça. *Pesquisa Enafron – Diagnostico sobre Tráfico de Pessoas nas Áreas de Fronteira*. Disponível em: <http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/320/Pesquisa%20Tráfico%20de%20Pessoas%20-%20ENAFRON.pdf?sequence=1> Acesso em: 30 de maio de 2018, p. 6.

mil pessoas traficadas para a Europa e originárias principalmente das comunidades pobres do norte.<sup>172</sup>

Além disso, as rotas são estrategicamente construídas em pontos de fácil mobilidade, a partir de cidades que estão próximas as rodovias, portos e aeroportos, oficiais ou clandestinos. Diante da proximidade, visualiza-se grande fluxo nas regiões norte e nordeste com destino aos países fronteiriços como Guiana Francesa, Guiana Inglesa, Suriname, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia.<sup>173</sup>

Diante do exposto, o Governo Federal por meio do Decreto nº 7.496/2011 e aliado ao Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas Migratórias (ICMPD - *International Centre for Migration Policy Development*), instituiu o Plano Nacional Estratégico de Fronteiras (ENAFRON). Este projeto foi financiado pela Secretaria Nacional de Justiça (SNJ) do Ministério da Justiça e foi realizando em parceria com o UNODC-Brasil (escritório localizado em Brasília/DF) sendo o projeto implementado pelo Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas Migratórias.

Para o Brasil, observar as fronteiras é um ato de suma importância tendo em vista sua dimensão, o que facilita, gera vulnerabilidades e por consequência o aumento da possibilidade de ocorrência do tráfico tranfronteiriço, como pontos de origem, trânsito ou destino.

O ENAFRON tem por finalidade melhorar a percepção de segurança pública junto à sociedade e garantir a presença permanente das instituições policiais e de fiscalização na região de fronteiras do Brasil, otimizando a prevenção e a repressão aos crimes que são facilitados por essa extensa região de fronteira. É uma das três ações estratégicas de enfrentamento ao tráfico da SNJ.

A questão das fronteiras secas (linhas de divisa imaginárias entre países) não era considerada até a pesquisa da ENAFRON, responsável pela realização de um diagnóstico sobre tráfico de pessoas nas áreas de fronteira. Foi a partir desta pesquisa é que maior atenção foi posta sobre as fronteiras secas como espaços de contrabando e tráfico, pois estimulam e favorecem a mobilidade humana. O grande objetivo do projeto é capacitar os agentes públicos, tais como policiais militares, civis, técnicos, rodoviários, federais; bombeiros;

---

<sup>172</sup> JESUS, Damásio E. de. (...) p. XXVI e 72.

<sup>173</sup> LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima. *Pesquisa Sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial – PESTRAF*. Relatório Nacional. ISBN 85-7062-364-x. Brasília: CECRIA, 2002, p. 71-78.

militares, dentre outros, atuantes nos estados fronteiriços, buscando melhor quantificação par identificação das vítimas e dos traficantes, bem como estratégias.<sup>174</sup>

Em 2001, a OEA encomendou uma Pesquisa Sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração no Brasil (PESTRAF) que evidenciou a existência deste problema em todo território brasileiro.<sup>175</sup> Ainda, em parceria com o Instituto Internacional de Leis e Direitos Humanos da Universidade DePaul (*International Institute on Laws and Human Rights of DePaul University*) e o Ministério da Justiça do Brasil.<sup>176</sup>

Essa pesquisa foi realizada em 2002 e mapeou 241 rotas de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Desse total, 131 rotas eram internacionais, 78 interestaduais e 32 intermunicipais. Das 131 rotas internacionais, 120 lidam com o tráfico de mulheres.<sup>177</sup>

Criou uma Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas com o objetivo de elaborar proposta do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, por meio da instauração de processos, treinamento de pessoal das organizações envolvidas e promoção de campanhas de conscientização.<sup>178</sup> <sup>179</sup> Criou um grupo de atuação especial de combate ao crime organizado, denominado GAECO que tem como função básica o combate a organizações criminosas, identificar, prevenir e reprimir o crime organizado. Além de uma assessoria especializada em cooperação jurídica com autoridades estrangeiras e organismos internacionais.

Em 2006, foi instituído o Plano de Ação para a Luta contra o Tráfico de Pessoas entre os Estados Parte do MERCOSUL e os Estados Associados (MERCOSUL/RMI/ACORDO, nº 01/2006) e ainda, um novo projeto foi assinado, com o intuito de fortalecer os esforços nacionais no combate ao tráfico humano, colocando em prática um suporte político.<sup>180</sup> <sup>181</sup> A

---

<sup>174</sup> SNJ, Secretaria Nacional de Justiça. *Pesquisa Enafron – Diagnostico sobre Tráfico de Pessoas nas Áreas de Fronteira*. Disponível em: <http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/320/Pesquisa%20Tráfico%20de%20Pessoas%20-%20ENAFRON.pdf?sequence=1> Acesso em: 30 de maio de 2018, p. 12-13.

<sup>175</sup> MJ, Ministério da Justiça. *Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*. Brasília. Cartilha 2007, p. 25.

<sup>176</sup> BLANCHETTE, Thaddeus Gregory; SILVA, Ana Paula. *Rotas da PESTRAF: Empreendedorismo moral e a invenção do tráfico de pessoas no Brasil*. ISSN: 1807 – 8214 Revista Ártemis, Vol. XVIII nº 1; jul-dez, 2014. pp. 12-27.

<sup>177</sup> LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima. *Pesquisa Sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial – PESTRAF*. Relatório Nacional. ISBN 85-7062-364-x. Brasília: CECRIA, 2002, p. 54-56.

<sup>178</sup> OMENA, Giovana Dias Zampieri de. *Tráfico de Seres Humanos*. Tese de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2007, p. 135.

<sup>179</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Tráfico de pessoas e contrabando de migrantes: ações*. Disponível em: <http://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/trafico-de-pessoas/acoes.html> Acesso em: 12 maio 2016.

<sup>180</sup> OMENA, Giovana Dias Zampieri de. *Tráfico de Seres Humanos*. Tese de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2007, p. 135.

fim de gerar uma discussão quanto a raiz do problema com uma atuação mais centrada na vítima, especialmente na tentativa de minimizar os sucessivos processos de vitimização a que geralmente é submetida.

A melhor maneira de sensibilizar a sociedade é apresentar e comprovar a existência em grande escala, os dados causados à vítima direta e à comunidade numa perspectiva geral e global, levar às mídias com mais frequência o que realmente ocorre através do tráfico e o quanto ocorre, ao meu ver, a incidência de casos é enorme e não segue a mesma proporção do que é demonstrado nas mídias de grande circulação.

Falta levar mais conhecimento à população de como é possível reconhecer o crime, antes que seja verdadeiramente consumado e como denunciá-lo, inclusive, sem medo de fazê-lo. Além disso, é essencial a formação dos profissionais que têm contato com uma grande rede de pessoas para que capacitados possam reconhecer e ajudar os possíveis casos de tráfico, como educadores, assistentes sociais, defensores e promotores públicos, profissionais da saúde, policiais, e operadores do direito em geral, em todos os níveis da federação, eliminando barreiras.

Ressaltando principalmente a necessidade de aplicação de medidas intersetoriais e integradas às mais diversas áreas de atuação, bem como, a cooperação entre órgãos nacionais e estrangeiros, integração de políticas e formação de equipes de investigação. Além disso, dedica um capítulo a respeito da proteção e assistência às vítimas devemos assegurar a proteção e evitar assim uma revitimização. O objetivo passa a ser também a proteção a maiores mais traumas.

---

<sup>181</sup> UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. **Tráfico de pessoas e contrabando de migrantes: ações.** Disponível em: <http://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/trafico-de-pessoas/acoes.html> Acesso em: 12 maio 2016.

## CONCLUSÃO

O crime organizado transnacional e o tráfico de seres humanos, bem como, as práticas corruptas e o terrorismo, tornaram-se ameaças globais, dificultando ao estado de direito e a boa governança a realização do seu desenvolvimento.

Essas questões não podem ser abordadas de forma unilateral ou compartimentada, exigem uma resposta multilateral integrada a nível global, regional, nacional e até mesmo municipal. As convenções internacionais que tratam do tema são extremamente importantes, mas por serem amplas trazem diversas limitações.

Ficou evidente ao problema do tráfico humano a existência de diversos fatores que devemos levar em consideração, sendo econômicos, sociais, ideológicos e geopolíticos, uma vez que impulsionam o crime.

Conforme demonstrado é necessário tomar medidas para combater o tráfico humano a fim de melhorar a conscientização e a resposta através da capacitação, educação e divulgação, melhorar a capacidade de aplicação da lei, melhorar a colaboração de profissionais, bem como redefinir políticas públicas, o desenvolvimento de programas e respostas baseados em evidência e ainda avaliar a necessidade de mudanças legislativas.

É importante compreender abordar as questões enfrentadas pelas vítimas e compreender os impactos psicológicos e o tratamento necessário para restaurar a saúde mental das vítimas do tráfico, para o desenvolvimento de respostas tanto terapêuticas como políticas para essa questão. Desenvolver estratégias efetivas de prevenção, compreender tanto os fatores de risco das potenciais vítimas como as características dos traficantes.

Uma tarefa política essencial para enfrentar o tráfico de pessoas é avançar nas mudanças das normativas nacionais e internacionais, avaliando os acordos e projetos já existentes, numa perspectiva de alinhar estratégias para globalizar direitos, cidadania, desenvolvimento e crescimento.

Não só a polícia deve ser treinada para detectar o tráfico humano, mas o público em geral também deve ser, isso porque os cidadãos que residem em bairros geralmente estão familiarizados com seus vizinhos e suas idas e vindas, assim, podem e devem ajudar.

Soluções definitivas para o problema apenas surgirão quando a repressão ao crime organizado, a proteção e a assistência às vítimas, que assolam a maioria da população mundial, estiverem aliadas a medidas econômicas e políticas duradouras.

Deve-se ressaltar que, por ser um tema bastante amplo e complexo, é inevitável tentar compreendê-lo sem que significativas reduções ou simplificações sejam feitas, por isso, o

presente trabalho limitou-se a realização de um breve estudo sobre o tráfico humano e suas destinações, explicando de forma simplificada os direitos existentes, a necessidade de assídua proteção e as políticas públicas nacionais e internacionais no combate desse grave problema que alcançou dimensões globais e ainda cresce.

Os estudos revelam histórias de milhares de pessoas sendo traficadas todos os anos através das fronteiras nacionais internacionais, sendo, a maioria das vítimas, proveniente de países pobres, com graves problemas, Estados falhos na suas políticas de prevenção, proteção e governo. Há, portanto, uma enorme discrepância entre a retórica em torno do tráfico e o investimento real na proteção pelos Estados, falta cooperação, cumplicidade e orçamento para a luta a prevenção, proteção e o combate.

Conforme estudado e relatado durante a elaboração do presente trabalho, a maior necessidade que se visualiza até hoje na busca ao combate, prevenção e punição do tráfico de pessoas é a falta de preparo de agentes para a identificação das vítimas, além da falta de investimento, falta de cooperação e infiltração de dos criminosos dentro do órgãos destinados ao combate.

## BIBLIOGRAFIA

### Monografias e Artigos

ALVES, José A. L. *Os direitos humanos como tema global*. São Paulo: Perspectiva; Brasília, DF: Alexandre de Gusmão, 1994.

ARY, Thalita C. *O tráfico de pessoas em três dimensões: evolução, globalização e a rota Brasil-Europa*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

ARY, Thalita C.; MAIA, Ana C. *Esforços multilaterais para o combate ao tráfico de pessoas*. Seminário Migrações Internacionais e Direitos Humanos. Brasília, 2008.

BALES, Kevin. *Testing a Theory of Modern Slavery*. Yale University, Connecticut, 2004. Disponível em: <http://glc.yale.edu/sites/default/files/files/events/cbss/Bales.pdf> Acesso em: 10 dez 2016.

BLANCHETTE, Thaddeus Gregory; SILVA, Ana Paula. *Rotas da PESTRAF: Empreendedorismo moral e a invenção do tráfico de pessoas no Brasil*. ISSN: 1807 – 8214 Revista Ártemis, Vol. XVIII nº 1; jul-dez, 2014. pp. 12-27.

BONJOVANI, Mariane Strake. *Tráfico Internacional de Seres Humanos*. São Paulo: Damásio de Jesus, 2004.

BORGES FILHO, Francisco B. *Crime organizado transnacional – tráfico de seres humanos*. Revista eletrônica Universo Jurídico. Ano X. Junho, 2005.

BORGES, Paulo Cesar Corrêa. *Tráfico de Pessoas para Exploração Sexual*. São Paulo: NETPDH, Cultura Acadêmica Editora, 2013.

BRANDÃO, Cláudio. *Direitos Humanos e Fundamentais em perspectiva*. São Paulo: Atlas, 2014.

CAMPOS, Bárbara Pinowsca Cardoso. *O Tráfico De Pessoas à Luz da Normativa Internacional de Proteção dos Direitos Humanos*. Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, v. 7, n 7, Ano 2006/2007.

CARMO, Rui.; ALBERTO, Isabel.; GUERRA, Paulo. *O Abuso Sexual de Menores: uma conversa sobre justiça entre o direito e a psicologia*. Coimbra: Almedina, 2006.

FARIA, José Eduardo. *Direitos humanos, direitos sociais e justiça*. São Paulo: Malheiros, 1998.

FREEMAN, Michael David Alan. *The international library of essays on rights. Children's Rights*. Volume II. London: Library of Congress Cataloging in Publication Data, 2004.

FREITAS, Pedro Caridade de. *História do Direito Internacional Público – Da Antiguidade à II Guerra Mundial*. Coleção Sínteses Jurídicas. Cascais: Princípia, 2015.



GALLAGHER, Anne T. *The International Law of Human Trafficking*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

JESUS, Damásio E. de. *Tráfico Internacional de Mulheres e Crianças – Brasil: aspectos regionais e nacionais*. São Paulo: Editora Saraiva, 2003.

KARA, Siddharth. *Sex Trafficking: inside the business of modern slavery*. New York: Columbia University Press, 2009.

KING, Lindsey. *International Law and Human Trafficking*. Human Rights and Human Welfare. Online Journal of Academic Literature Review. University of Denver. Disponível em: <http://www.du.edu/korbel/hrhw/researchdigest/trafficking/InternationalLaw.pdf> Acesso em :10 dez 2016.

LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima. *Pesquisa Sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial – PESTRAF*. Relatório Nacional. ISBN 85-7062-364-x. Brasília: CECRIA, 2002.

MAIA, Angelus Emílio Medeiros de Azevedo; COSTA, Hayanne Hackradt Saraiva da; MOREIRA, Thiago Oliveira. *A Tutela dos Direitos das Crianças e Adolescentes pelo Tribunal Penal Internacional*. Revista Direito e Liberdade – RDL – ESMARN – v. 14, n. 1, p. 73-97, jan/jun 2012.

OMENA, Giovana Dias Zampieri de. *Tráfico de Seres Humanos*. Tese de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2007.

PALMIOTTO, Michael J. *Combating Human Trafficking: A Multidisciplinary Approach*. CRC Press. Taylor & Francis Group, 2015.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 14ª edição. São Paulo: Saraiva, 2013.

RODRIGUES, Thaís de Camargo. *Tráfico Internacional de Pessoas Para Exploração Sexual*. São Paulo: Saraiva, 2013.

ROSEMBERG, Fúlvia.; MARIANO, Carmem Lúcia Sussel. *A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança: debates e tensões*. Cadernos de Pesquisa, v.40, n.141, p.693-728, set./dez. 2010.

SHELLEY, Louise. *Human Trafficking: A Global Perspective*. George Mason University. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

TAVARES, Amarillis Busch. *O Desaparecimento Forçado como uma Prática Sistemática de Estado nas Ditaduras da América Latina: Uma Abordagem Crítica sobre o Papel do Sistema Interamericano de Direitos Humanos*. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/tablas/r30004.pdf> Acesso em 07 jul 2017.

UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *The Globalization of Crime*. ISBN: 978-92-1-130295-0. United Nations publication, Sales N°. E.10.IV.6

UPADHYAYA, Krishna Prasad. *Poverty, discrimination and slavery*. The reality of bonded labour in India, Nepal and Pakistan. Anti-Slavery International, 2008. ISBN 978-0-900918-70-4 Disponível em: <http://www.antislavery.org/wp-content/uploads/2017/01/1-poverty-discrimination-slavery-final.pdf> Acesso em: 08 maio 2017.

## Documentos

ARK OF HOPE FOR CHILDREN. *Child trafficking Statistics*. Disponível em: <http://arkofhopeforchildren.org/child-trafficking/child-trafficking-statistics> Acesso em: 09 maio 2016.

BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça. Ministério da Justiça. *Pesquisas em Tráfico de Pessoas – Parte I. I Diagnóstico sobre o tráfico de seres humanos*. São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Ceará. Brasília, 2004.

BRASIL, Secretaria Nacional de Justiça. *Plano nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas*. Brasília : SNJ, 2008.

BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça. Ministério da Justiça. *Relatório do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*. Brasília, 2013.

COE, Council of Europe. *About GRETA – the Group of Experts on Action against Trafficking in Human Beings* Disponível em: <http://www.coe.int/en/web/anti-human-trafficking/greta>. Acesso em: 20 jun 2017.

COE, Council of Europe. *Committee of the Parties*. Disponível em <http://www.coe.int/en/web/anti-human-trafficking/committee-of-the-parties>. Acesso em: 20 jun 2017.

COE, Council of Europe. Secretariat of the Council of Europe Convention on Action against Trafficking in Human Beings (GRETA and Committee of the Parties) Council of Europe. *Compendium of good practices on the implementation of the Council of Europe on Action against Trafficking in Human Beings*. Disponível em: <https://rm.coe.int/16806af624> Acesso em: 12 jun 2017.

EC, European Commission. *Guidelines for identification of victims of trafficking human beings*. ISBN 978-92-79-32953-1. European Union, 2013. Disponível em: [https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/e-library/docs/thb-victims-identification/thb\\_identification\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/e-library/docs/thb-victims-identification/thb_identification_en.pdf) Acesso em: 01 maio 2017.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP). Disponível em: <http://www.justica.sp.gov.br/portal/site/SJDC/menuitem.d2317d0d2121fda8e345f391390f8ca0/?vgnnextoid=c8cdcc533f73e310VgnVCM10000093f0c80aRCRD> Acesso em: 27 jan. 2017.

ICC, International Criminal Court. Get involved. *How the Court Works?* <https://www.icc-cpi.int/about/how-the-court-works>. Disponível em: 01 set 2017.

ICC, International Criminal Court. Get involved. *What is the ICC and what does it do?* Disponível em: <https://www.icc-cpi.int/iccdocs/get-involved/lesson1.pdf> Acesso em 07 ago 2017.

ICC, International Criminal Court. *Undestending the International Criminal Court.* <https://www.icc-cpi.int/iccdocs/PIDS/publications/UICCEng.pdf> Acesso em: 10 out 2017.

ICJ, International Court of Justice. *History.* Disponível em: <http://www.icj-cij.org/en/history> Acesso em: 07 ago 2017.

MJ, Ministério da Justiça. *Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.* Brasília. Cartilha 2007.

MPF, Ministério Público Federal. *Roteiro de Atuação: Tráfico Internacional de Pessoas.* Coordenação e organização de Raquel Elias Ferreira Dodge, Subprocuradora-Geral da República. Brasília, 2014. Disponível em: [http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/publicacoes/roteiro-atuacoes/docs-cartilhas/roteiro\\_rafico\\_internacional\\_de\\_pessoas.pdf](http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/publicacoes/roteiro-atuacoes/docs-cartilhas/roteiro_rafico_internacional_de_pessoas.pdf). Acesso em: 29 jan. 2017.

NEWTON, Phyllis J.; MULCAHY, Timothy M.; MARTIN, Susan E. *Finding Victims of Human Trafficking.* Document n. 224393, 2007-VT-BX-0001. Norc Final Report. University of Chicado. October 2008. Disponível em: <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/grants/224393.pdf> Acesso em: 01 maio 2017.

OAS, Organization of American States. Permanent Council of the Organization of American States - *Fighting trafficking in persons.* Disponível em: <http://www.oas.org/csh/english/fightingtraffikinginpersons.asp> Acesso em 01 maio 2017.

OAS, Organization of American States. Inter-American Commission on Human Rights, 'What is the IACHR?' Disponível em: < <http://www.cidh.oas.org/what.htm> >. Acesso em 29 jul maio 2017.

OAS, Organization of American States. 'Who we are' Disponível em [http://www.oas.org/en/about/who\\_we\\_are.asp](http://www.oas.org/en/about/who_we_are.asp) Acesso em 01 maio 2017.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. *Uma Aliança Global contra Trabalho Forçado.* Relatório Global do Seguimento da Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. ISBN 92-2-817508-7. Brasília: OIT, 2005. Disponível em: [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms\\_227553.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_227553.pdf) Acesso em: 12 de junho de 2017.

POLARIS. Freedom Happens Now. *Recognize the signs.* Disponível em: <https://polarisproject.org/recognize-signs> Acesso em: 01 maio 2017.

Report concerning the implementation of the Council of Europe Convention on Action against Trafficking in Human Beings by Portugal. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2013/12/gretainges.pdf> Acesso em: 10 out 2017.

SAVE THE CHILDREN. *No one to turn to: the under-reporting of child sexual exploitation and abuse by workers and peacekeepers.* 2008.

SNJ, Secretaria Nacional de Justiça. *Pesquisa Enafron – Diagnostico sobre Tráfico de Pessoas nas Áreas de Fronteira*. Disponível em: <http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/320/Pesquisa%20Tráfico%20de%20Pessoas%20-%20ENAFRON.pdf?sequence=1> Acesso em: 30 de maio de 2018.

THE OPEN UNIVERSITY. Open Learn. Course: *Modern Slavery*. Disponível em: <http://www.open.edu/openlearn/people-politics-law/the-law/modern-slavery/content-section-0> Acesso em: 17 abril 2017.

UNICEF, United Nations Children's Fund. *Child protection from violence, exploitation and abuse*. Disponível em: <[http://www.unicef.org/protection/57929\\_58005.html](http://www.unicef.org/protection/57929_58005.html)> Acesso em: 05 maio 2016.

United Nations Mechanism for International Criminal Tribunals. *The ICTR in brief*. Disponível em: <http://unictr.unmict.org/en/tribunal> Acesso em: 02 set 2017.

UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *About UNODC*. Disponível em: <http://www.unodc.org/unodc/en/about-unodc/index.html?ref=menutop> Acesso em: 05 de jan. de 2017.

UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Ação Global para Prevenir e Combater o Tráfico de Pessoas e o Tráfico Ilícito de Migrantes (2015-2019)*. GLO.ACT. Disponível em: [http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/2016/glo.act/GloACT\\_ProjectSummary\\_PT\\_2016.pdf](http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/2016/glo.act/GloACT_ProjectSummary_PT_2016.pdf) Acesso em 30 de maio de 2018.

UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Campaigns*. Disponível em: <http://www.unodc.org/unodc/en/about-unodc/campaigns.html?ref=menuside> Acesso em: 05 de jan. de 2017.

UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Compendium of Best Practices on Anti Human Trafficking by Non Governmental Organizations*. Disponível em: [https://www.un.org/ruleoflaw/files/Compendium\\_of\\_Best\\_Practices\\_by\\_NGOs\[1\].pdf](https://www.un.org/ruleoflaw/files/Compendium_of_Best_Practices_by_NGOs[1].pdf) Acesso em 20 jun 2018.

UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Global Report on Trafficking in Person 2009*. Disponível em: <[http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/Global\\_Report\\_on\\_TIP.pdf](http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/Global_Report_on_TIP.pdf)> Acesso em: 09 maio 2016.

UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Global Report on Trafficking in Person 2012*. Disponível em: <[https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/Trafficking\\_in\\_Persons\\_2012\\_web.pdf](https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/Trafficking_in_Persons_2012_web.pdf)> Acesso em: 09 maio 2016.

UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Global Report on Trafficking in Person 2014*. Disponível em: <[https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/GLOTIP\\_2014\\_full\\_report.pdf](https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/GLOTIP_2014_full_report.pdf)> Acesso em: 09 maio 2016.

UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Global Report on Trafficking in Person 2016*. Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/data-and->

[analysis/glotip/2016\\_Global\\_Report\\_on\\_Trafficking\\_in\\_Persons.pdf](#) Acesso em: 09 jan 2017.

UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Human Trafficking. Case Law Database*. Disponível em: <https://www.unodc.org/cld/en/about/index.html> Acesso em 20 jan. 2017.

UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Organized Crime*. Disponível em: <http://www.unodc.org/unodc/en/organized-crime/index.html> Acesso em: 09 de jan. de 2017.

UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Trafficking in Persons and Migrant Smuggling*. Disponível em: <http://www.unodc.org/lpo-brazil/en/trafico-de-pessoas/index.html> Acesso em: 10 maio 2016.

UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Tráfico de pessoas e contrabando de migrantes: ações*. Disponível em: <http://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/trafico-de-pessoas/acoes.html> Acesso em: 12 maio 2016.

UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Tráfico de pessoas e contrabando de migrantes: marco legal*. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/trafico-de-pessoas/marco-legal.html> Acesso em: 10 out. 2016.

UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Transnational Organized Crime: Let's put them out of business. Crimes: Human Trafficking*. Disponível em: <http://www.unodc.org/toc/en/crimes/human-trafficking.html> Acesso em: 05 de jan. de 2017.

UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *UN Convention against Organized Crime celebrates 10 years*. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/frontpage/2013/September/un-convention-against-organized-crime-celebrates-10-years.html> Acesso em: 05 de jan. De 2017.

UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *United Nations Convention against Transnational Organized Crime and The Protocols Thereto*. Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/treaties/UNTOC/Publications/TOC%20Convention/TOCebook-e.pdf> Acesso em: 24 de out. de 2016.

UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. *Victims Trust Fund*. Disponível em [www.unodc.org/humantraffickingfund](http://www.unodc.org/humantraffickingfund). Acesso em: 15 feb. 2017.

U.S., United States of America. Department of State. Office to Monitor and Combat Trafficking in Persons *Identify and Assist a Trafficking Victim*. Disponível em: <https://www.state.gov/j/tip/id/>. Acesso em: 01 maio 2017.

U.S, United States of America. *Trafficking in Person Report: July 2015*. Disponível em: <http://www.state.gov/documents/organization/245365.pdf> Acesso em: 12 maio 2016.

U.S, United States of America. *Trafficking in Person Report. June 2016*. <https://www.state.gov/documents/organization/258876.pdf> Acesso em: 20 de maio de 2017.

U.S, United States of America. *Trafficking in Person Report. June 2017*. Disponível em: <https://www.state.gov/documents/organization/271339.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.